

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**EDUARDO REIS PIERETTI**

**A ESPECIFICIDADE CAPITALISTA BRASILEIRA  
CAPITALISMO DEPENDENTE, INTERRUPÇÃO DAS REVOLUÇÕES E  
CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA EM FLORESTAN FERNANDES**

**DOURADOS – MS**

**2017**

**EDUARDO REIS PIERETTI**

**A ESPECIFICIDADE CAPITALISTA BRASILEIRA  
CAPITALISMO DEPENDENTE, INTERRUPÇÃO DAS REVOLUÇÕES E  
CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA EM FLORESTAN FERNANDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de Pesquisa: Políticas públicas, Teoria Social e Ação Coletiva

Orientadora: María Gabriela Guillén Carías

**DOURADOS – MS**

**2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

|       |  |
|-------|--|
| P615e | <p>Pieretti, Eduardo Reis.<br/>A especificidade capitalista brasileira : capitalismo dependente, interrupção das revoluções e contrarrevolução burguesa em Florestan Fernandes. / Eduardo Reis Pieretti. – Dourados, MS : UFGD, 2017.<br/>122f.</p> <p>Orientadora: María Gabriela Guillén Carías.<br/>Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Florestan Fernandes. 2. Capitalismo dependente. 3. Interrupção das revoluções. 4. Contrarrevolução burguesa. I. Título.</p> |
|-------|--|

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**



# UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR **EDUARDO REIS PIERETTI**, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "SOCIOLOGIA".

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às 13h em sessão pública, realizou-se na Sala de Aula da Pós-Graduação, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "OS "BUSILIS" DA ESPECIFICIDADE CAPITALISTA BRASILEIRA: CAPITALISMO DEPENDENTE, INTERRUPTÃO DAS REVOLUÇÕES E CONTRARREVOLUÇÃO EM FLORESTAN FERNANDES" apresentada pelo mestrando **EDUARDO REIS PIERETTI**, do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Profa. Dra. Maria Gabriela Guillén Carias/UFGD (presidente/orientadora), Prof. Dr. Marcilio Rodrigues Lucas/UFGD (membro titular) e Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue/UNESP (Membro Titular). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado aprovado, fazendo *jus* ao título de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 25 de agosto de 2017.

Profa. Dra. Maria Gabriela Guillén Carias

Prof. Dr. Marcilio Rodrigues Lucas

Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue

Esta ata, para produzir os efeitos que lhes são próprios, necessita ser homologada pela Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFGD

ATA HOMOLOGADA EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA / UFGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa  
Assinatura e Carimbo

*Para Carol, companheira em toda a plenitude da palavra.*

## AGRADECIMENTOS

À Maria Gabriela Guillén Carias (Gaby) por toda generosidade, disposição, honestidade, firmeza e dedicação na orientação e no apoio, qualidades e esforços fundamentais para a concretização desta pesquisa. Agradeço também pela sinalização da mais do que oportuna incursão na obra de Florestan Fernandes.

À professora Silva Beatriz Adoue e ao professor Marcílio Rodrigues Lucas pela prontidão, disposição, honestidade e profunda generosidade na apreciação dos caminhos e des-caminhos da pesquisa e na atenta e decisiva participação nas bancas de qualificação e defesa desta dissertação.

À Caroline Arnaldo Ortiz (Carol), companheira de minha vida, sem a qual essa caminhada não teria a beleza, a substância e o sentido que possui. Agradeço também pelo imenso Companheirismo (com “C” maiúsculo), pela compreensão dos inúmeros momentos de ausência, por todo amor e pelo rigor e coerência com que busca avaliar cada um de nossos passos.

À Sidilei Pimenta dos Reis Pieretti e Helio Pieretti, meus pais, por absolutamente tudo o que fazem e fizeram por mim, assim como para que esse momento ganhasse vida e concreticidade. Tudo sempre regado a muito amor, carinho e dedicação.

À Ana Alice Reis Pieretti, minha irmã, pelo enorme carinho e seriedade com que encara o ofício ao qual estamos nos dedicando.

A Edna Arnaldo Ortiz, Decorozo Ortiz Neto (Deco) e Eduardo Arnaldo Ortiz pelo acolhimento e pelo apoio que sempre tem me dado.

À Alice Maria de Jesus dos Reis, Benedito Pimenta dos Reis, Manoel Pieretti (em memória) e Josefa Elói Pieretti, avós queridos, por todo amor pela vida que demonstraram, demonstram e ainda demonstrarão. O agradecimento a eles estende-se a todos os meus familiares.

A André Malina, pelas considerações a respeito do presente estudo e, igualmente à Angela Celeste Barreto de Azevedo, pela amizade e permanente e decisivo apoio.

Aos amigos e amigas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer (CEPEF): Jennifer Aline Zanela, Carlos Alexandre Herrera, Felipe Francisco Insfran, Fábio Tanowe Maddalena e Henrique Azevedo Malina, pela amizade, camaradagem e doação à realização de uma *comunidade humana autêntica*.

Aos amigos e amigas do Grupo de Estudos e Pesquisa Vitor Marinho (GEPVM) pelo companheirismo, esforço e dedicação na compreensão de problemas candentes da Educação Física no Brasil.

A todos os amigos e amigas que, de algum modo, participaram e participam direta e indiretamente do processo de minha formação humana.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Estudos.

## RESUMO

Apresentamos aqui uma abordagem de uma problemática de destaque na obra de Florestan Fernandes: sua compreensão sobre o capitalismo brasileiro e o conceito de capitalismo dependente que desenvolveu para que ele construísse uma explicação das determinações estruturais e dinâmicas desta formação capitalista periférica de origem colonial. Recorremos a seus escritos para rastrear e avaliar a construção do conceito de *capitalismo dependente* e de suas determinações. Buscamos interpretar de que modo a imbricação entre capitalismo dependente, a interrupção das revoluções e a contrarrevolução burguesa ocorre na interpretação de Florestan Fernandes do desenvolvimento capitalista brasileiro. Por seu turno, partimos do resgate e da avaliação em tela para delinear uma reflexão sobre as determinações que incidem sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A investigação em tela foi formulada em torno da hipótese segundo a qual ocorre uma imbricação entre capitalismo dependente, “interrupção das revoluções” e contrarrevolução burguesa de caráter permanente e que essa imbricação se dá no plano da teorização florestaniana e no plano concreto do capitalismo dependente no Brasil. Desse modo, exploramos a ideia de atualidade das teses de Florestan Fernandes sobre o capitalismo brasileiro.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes; capitalismo dependente; interrupção das revoluções; contrarrevolução burguesa;

## RESUMÉN

Presentamos aquí una abordaje de una problemática destacada en la obra de Florestan Fernandes: su comprensión sobre el capitalismo brasileño y el concepto de capitalismo dependiente que desarrolló para que él construyera una explicación de las determinaciones estructurales y dinámicas de esta formación capitalista periférica de origen colonial. Hemos recurrido a sus escritos para rastrear y evaluar la construcción del concepto de capitalismo dependiente y de sus determinaciones. Buscamos interpretar de qué modo la imbricación entre capitalismo dependiente, la interrupción de las revoluciones y la contrarrevolución burguesa ocurre en la interpretación de Florestan Fernandes del desarrollo capitalista brasileño. A su vez, partimos del rescate y de la evaluación en pantalla para delinear una reflexión sobre las determinaciones que inciden sobre el desarrollo del capitalismo en Brasil. La investigación en tela fue formulada en torno a la hipótesis según la cual ocurre una imbricación entre capitalismo dependiente, "interrupción de las revoluciones" y contrarrevolução burguesa de carácter permanente y que esa imbricación queda en el plano de la teorización florestaniana y en el plano concreto del capitalismo dependiente en Brasil. De ese modo, exploramos la idea de actualidad de las tesis de Florestan Fernandes sobre el capitalismo brasileño.

**Palabras-clave:** Florestan Fernandes; capitalismo dependiente; interrupción de las revoluciones; contrarrevolución burguesa;



## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – Primeiras aproximações à crítica do desenvolvimento capitalista brasileiro.....</b> | <b>27</b>  |
| 1.1. O autor e a obra.....  | 27         |
| 1.2. Dominação imperialista e sobreapropriação repartida do excedente econômico.....                | 28         |
| 1.3. “Marcas” do subdesenvolvimento relativo e a natureza do nexo de dependência.....               | 35         |
| <b>CAPÍTULO 2 – O conceito de capitalismo dependente como síntese teórica.....</b>                  | <b>53</b>  |
| 2.1. “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” (1967).....  | 53         |
| 2.2. “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (1974).....                        | 66         |
| 2.3. “Reflexões sobre as revoluções interrompidas” (1981).....                                      | 85         |
| 2.4. Continuidades e descontinuidades na construção do conceito.....                                | 101        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>105</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>117</b> |

## INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui uma abordagem da obra de Florestan Fernandes, expoente da moderna sociologia brasileira. Sua extensa e complexa obra foi forjada no sentido de desenvolver uma interpretação do Brasil, pensando-o enquanto uma sociedade de classes que se insere estrutural e dinamicamente nos circuitos da sociedade capitalista global. No rol de temas e problemáticas presentes em sua produção sociológica, Florestan Fernandes desenvolveu o conceito de *capitalismo dependente* para “decifrar” a formação da sociedade brasileira a partir daquilo que é compreendida como sua *especificidade* em termos capitalistas.

Na interpretação que o sociólogo paulista desenvolve do capitalismo brasileiro, um outro aspecto ao qual é conferido destaque refere-se às marcas herdadas da colonização por essa sociedade e as relações sociais a partir das quais tal herança se manifesta. Concentramos esforços na imbricação teórica existente entre o conceito de capitalismo dependente forjado por Florestan Fernandes e a maneira pela qual essa especificidade capitalista se liga a dois fenômenos que vinculam-se à atualização da “herança colonial”: o *modelo autocrático-burguês de transformação capitalista*, e sua *natureza contrarrevolucionária*, e a *interrupção das revoluções*.

Partimos de uma perspectiva materialista da totalidade social para elaborar nossa análise do problema em questão e avaliar a hipótese com a qual trabalhamos. Esta refere-se ao fato de, no interior da teorização elaborada por Florestan Fernandes, o modelo a interrupção das revoluções e os fundamentos da “reminiscente” contrarrevolução burguesa serem manifestações históricas que expressam a origem colonial do capitalismo dependente brasileiro. Buscamos avaliar se essas manifestações configuram uma determinação na qual o capitalismo dependente brasileiro (a realidade e sua expressão conceitual) só pode ser compreendido com uma adequada avaliação da “herança colonial” da qual é legatário; e, ao mesmo tempo, a “herança colonial” brasileira torna-se inteligível sem uma adequada avaliação do capitalismo brasileiro recente.

Para este fim, recorreremos às formulações teóricas desenvolvidas pelo autor que se encontram condensadas em alguns textos, que aglutinam reflexões em torno do referido conceito de capitalismo dependente: “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” (1967), “Modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (1974) e “Reflexões sobre as Revoluções Interrompidas” (1981). Ainda que a ênfase seja dada a estes textos,

é importante destacar que as reflexões neles contidas ligam-se visceralmente a outros elementos do conjunto da produção sociológica da qual são partes, ao contexto no qual foram desenvolvidas e aos diálogos inscritos nessas reflexões de Florestan Fernandes. Ainda que seja imperioso identificar como a temática por nós ventilada se situa no conjunto da obra do sociólogo, encarregar-nos-emos de fazê-lo ao passo em que se fizer necessário sanar determinadas ambiguidades teóricas e estabelecer linhas de continuidades e descontinuidades no desenvolvimento do conceito de capitalismo dependente.

Em cada um dos textos selecionados buscamos apresentar: 1) o fio-condutor das análises florestanianas e como o autor situa o conceito aqui priorizado na abordagem que ele desenvolve sobre as temáticas as quais os textos se direcionam; 2) como a concepção de capitalismo dependente se articula às formulações precedentes; e 3) quais reflexões e de que modo elas colocam novas questões à formulação do conceito de capitalismo dependente e à interpretação do modelo autocrático-burguês e do fenômeno das “revoluções interrompidas”, na medida em que Florestan desenvolve a problemática.

Naquilo que se refere à avaliação do modo pelo qual o capitalismo brasileiro recente apresenta os traços fundamentais descritos na teorização de Florestan Fernandes sobre “padrão dependente de desenvolvimento capitalista”, nosso intento é de lançar mão da referida teorização e das categorias nela inscritas de modo a buscar subsídios para “projetar um olhar” sobre a realidade brasileira contemporânea, buscando formular uma problematização dos nexos entre interrupção das revoluções, contrarrevolução burguesa e capitalismo dependente hoje.

No capítulo um, apresentamos uma primeira aproximação às determinações do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes e uma preliminar avaliação de características do capitalismo brasileiro recente; cotejando ambos. Ao capítulo dois destinamos a exposição de nossa abordagem da construção da problemática do padrão dependente de desenvolvimento capitalista e do processo de teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes, onde buscamos apreender sua gênese, estrutura, as continuidades e rupturas no interior da teorização. Por fim, tecemos uma indicação da imbricação entre capitalismo dependente, modelo autocrático-burguês e interrupção das revoluções e de que modo tal imbricação nos permite avaliar criticamente o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Como já se espera, o recorte operado na obra de Florestan não se dá sem riscos. Sem embargo, compreendemos que a abordagem focalizada e sistemática dos textos selecionados pode iluminar a maneira pela qual o sociólogo compreende o capitalismo e de que modo dele participa a sociedade brasileira.

Gostaríamos de destacar ainda que o recurso à sociologia de Florestan Fernandes para a elaboração deste estudo desenvolve-se no sentido de permanente busca de aparato teórico-conceitual que nos auxilie no desenvolvimento de uma análise adequada sobre as formas de ser da sociedade de classes no Brasil e de quem dela participa. Consideramos que as tarefas contidas nessas reflexões constituem etapas inelimináveis não só à interpretação adequada de quaisquer aspectos da realidade social, mas também, e principalmente, subsidiar uma intervenção adequada nessa mesma sociedade.

\*\*\*\*\*

O período dos mais de 16 anos transcorridos do século XXI no Brasil apresentou-se fortemente marcado por uma dupla incidência que afeta amplos espectros da sociedade: os desdobramentos de uma crise econômica e também um profundo quadro de instabilidade política. Essa dupla articulação catalisou no contexto atual uma situação de considerável impacto sobre a sociedade brasileira estando associada a uma crise do padrão societário vigente. No desenvolvimento dessa crise, torna-se possível observar um aumento dos índices de desemprego, atingindo 13,3% da população economicamente ativa no Brasil no trimestre que vai de março à maio de 2017 (cerca de 13,8 milhões de trabalhadores)<sup>1</sup>; redução da capacidade de consumo efetiva de trabalhadores e aumento do endividamento das famílias brasileiras, encolhendo aos índices relativos a 2010<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Cf. Agência Brasil, “Taxa de desemprego no país se mantém em 13,3% diz IBGE” publicado em 30/06/2017, [disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/taxa-de-desemprego-no-pais-se-mantem-em-133-diz-ibge>, acessado no dia 08/08/2017, às 11:02]. A situação é mais grave do que o período de março a maio de 2016, quando houve uma redução do número de postos de trabalho ocupados com carteira assinada no setor privado, quando comparado ao mesmo período do ano de 2015. Cf. Agência Brasil, “Desemprego chega a 11,2% no trimestre e atinge 11,4 milhões de pessoas”, publicado em 29/06/2016, [disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/taxa-de-desemprego-fica-em-112-em-maio>, acessado no dia 10/08/2016, às 14:46].

<sup>2</sup> Parece haver uma forte imbricação entre essa queda e o aumento do endividamento das famílias brasileiras Cf. Estadão, “Consumo no Brasil volta aos níveis de 2010”, publicado em 15/05/2016, [disponível em: <http://economia.ig.com.br/2016-05-15/consumo-no-brasil-volta-aos-niveis-de-2010.html>, acessado no dia 10/08/2016, às 15:06]

diminuição dos postos de trabalho na indústria, chegando a 10,7% a menos em maio de 2016, se comparado com o mesmo período do ano anterior<sup>3</sup>; fomento à especialização regressiva com a preponderância dos setores econômicos voltados à produção de *commodities*<sup>4</sup>; elevação das já altas taxas de juros e persistência do crescimento da dívida pública<sup>5</sup>; avanço na privatização de setores estratégicos como Energia<sup>6</sup>, Bancos Públicos, com a proposta de abertura do capital da Caixa Econômica Federal<sup>7</sup>, e Transportes, pela aprovação de medida provisória que permite 100 por cento de capital estrangeiro em empresas áreas<sup>8</sup>, além de monopolização de capitais na área da Educação, sendo a “Ser Educacional” e a “Kroton-Anhanguera” exemplares nesse sentido<sup>9</sup>.

Além dos ajustes diretamente associados à recomposição das taxas lucro e da acumulação de capitais, indiretamente, ajustes e rearranjos na esfera estatal podem ser observados. Pensando com Florestan Fernandes, é possível indicar que transcorre, ainda que com oscilações, avanços e refluxos, a mobilização de expedientes por parte das frações burguesas (industrial, agroexportadora, financista e de serviços), que se inserem em um movimento permanente de *contrarrevolução* autodefensiva. Pode-se indicar que, pelo pacto desenvolvido pelo alto entre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)

<sup>3</sup> Cf. Agencia Brasil, “Desemprego chega a 11,2%...” *op.cit.*

<sup>4</sup> A esse respeito, ver Guilherme Costa Delgado, “Especialização primária como limite ao desenvolvimento”, *In: Desenvolvimento em Debate*, v.1, n.1, p.111-125, 2010; também Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr., “Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária” *In: A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

<sup>5</sup> Maria Lucia Fattorelli, “O ajuste fiscal alimenta o corrupto sistema da dívida”, *In: Dossiê Ajuste Fiscal*, outubro de 2015; Jean Peres, “Dívida pública e Ajuste Fiscal: as armadilhas do circuito fechado do endividamento”, ambos em “Dossiê Ajuste Fiscal”, outubro de 2015 [disponíveis em: <http://marxismo21.org/ajuste-fiscal/>, acessado em 10/08/2016, às 19:07].

<sup>6</sup> G1, “Petrobras aprova compartilhar controle da BR Distribuidora”, publicado em 22/07/2016, [Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/petrobras-aprova-compartilhar-controle-da-br-distribuidora.html>, acessado em 10/08/2016, às 19:30].

<sup>7</sup> Estadão, “Abertura de capital da Caixa é estudada por equipe de Temer”, publicado em 09/05/2016 [Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abertura-de-capital-do-banco-e-estudada-por-equipe-de-temer,10000050079>, acessado em 10/08/2016, às 19:24].

<sup>8</sup> Câmara Notícias, “Câmara aprova MP que permite 100% de capital estrangeiro em empresas aéreas”, publicado em 21/06/2016 [Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRANSPORTE-E-TRANSITO/511051-CAMARA-APROVA-MP-QUE-PERMITE-100-DE-CAPITAL-ESTRANGEIRO-EM-EMPRESAS-AEREAS.html>, acessado em 10/08/2016, às 19:40].

<sup>9</sup> Cf. Valor Econômico, “Ser Educacional vai abrir mais 20 campi até 2020”, publicado em 08/08/2016 [disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4661861/ser-educacional-vai-abrir-mais-20-campi-ate-2020>, acessado em 10/08/2016, às 19:49].

junto aos setores financistas, industrialistas e agroexportadores e por uma certa hegemonia dos legatários das oligarquias agrárias na economia brasileira, essa contrarrevolução ganha em ritmo e intensidade.

Nesse sentido, a resposta das frações burguesas ao encerramento de um ciclo político marcado pelo pacto social do qual o PT participou, estabelecendo uma capilarização do pacto mediante um processo de apassivamento de consideráveis setores sindicais e populares, nos marcos da mencionada contrarrevolução autodefensiva, foi o abandono do referido governo mediante a efetivação do impedimento do quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores<sup>10</sup>. Seguem-se rearranjos em torno da “governança” nacional, com uma nova acomodação desses setores, agora diretamente vinculados à administração do Estado brasileiro, sem intermediação do petismo/lulismo. Esses elementos parecem acelerar o esgotamento do PT enquanto partido, que outrora esteve mais aproximado de um programa político popular, denominado por alguns de “estratégia democrático-popular”, tendo em vista que ela configurou-se como linha de menor resistência à ofensiva capitalista, dada a prioridade da política de conciliação de classes<sup>11</sup>.

Ademais, observa-se uma maior ressonância no interior da sociedade de pensamentos de orientação conservadora e proto-fascista. Demian Melo argumenta que há, além da difusão e adesão de um ideário de orientação fascista no Brasil e no mundo hoje, indícios de um crescimento de *organizações* propriamente fascistas<sup>12</sup>. As dimensões do pensamento conservador se entrecruzam e acabam nutrindo-se reciprocamente<sup>13</sup>. Observa-se a escalada da violência com fortes traços racistas (à população negra e aos

<sup>10</sup> Mariana Schreiber (BBC Brasil), “Após ampla derrota no Senado, aliados de Dilma dizem que só Lava Jato muda impeachment” publicado em 10/08/2016 [Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37032064>, acessado em 10/08/2016, às 19:51].

<sup>11</sup> A respeito dos limites e do esgotamento da Estratégia Democrático-Popular, ver Morena Gomes Marques Soares, “Em busca da revolução brasileira: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil”, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

<sup>12</sup> Ver Demian Melo, “Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje”, publicado em 25/05/2016 [disponível em: <http://blogjunho.com.br/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje/>, acessado em 10/08/2016, às 20:09].

<sup>13</sup> É elucidativo o ataque a estudantes na UnB por um grupo de orientação fascista, racista e homofóbica. Cf. Revista Fórum, “Aos gritos de Bolsonaro, UnB é invadida e estudantes atacados com bombas”, publicado em 18/06/2016 [Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/06/18/aos-gritos-de-bolsonaro-unb-e-invadida-e-estudantes-atacados-com-bombas-2/>, acessado em 10/08/2016, às 20:28].

povos originários). A dramaticidade do caso dos Guarani-Kaiowá, submetidos à exclusão e sistemático extermínio, expõe a natureza propriamente violenta de uma sociabilidade inerente ao capitalismo agrário, sob predominância do agronegócio<sup>14</sup>.

O conjunto dessas relações de tendência *sociopática* revelam a manifestação do fascismo, como uma expressão da ofensiva ou do sentido da autopreservação do capital nacional e internacional<sup>15</sup>, no Brasil. Atrela-se às manifestações do fascismo na América Latina e no Brasil, o anticomunismo parece atrelar-se ao reforço à militarização da política e à criminalização da questão social e dos movimentos populares contestatórios<sup>16</sup>. Os impasses gerados pela não superação de contradições próprias ao alto grau de desigualdade social e a traços próprios a uma sociedade na qual mantém-se marcas do subdesenvolvimento e da vulnerabilidade estrutural aos centros capitalistas hegemônicos enredam um contexto propício à convulsão social e observa-se uma radicalização de movimentos populares. Nesse sentido, expedientes para conter forças políticas que voltam-se tanto para o alargamento das possibilidades democráticas e, principalmente, aquelas que se orientam pelo sentido de negação da ordem. Utilizando a linguagem de Florestan Fernandes, tratam-se de bloqueios à pressão dos “de baixo”, tanto no nível da “revolução dentro da ordem” quanto da “revolução contra a ordem”. A aprovação da Lei Federal n.º 13.260, em 16 de março de 2016, parece tratar-se exatamente desse ponto. A chamada “Lei Anti-terrorismo”, sancionada pela presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), opera como um mecanismo jurídico de criminalização de movimentos populares, na medida em que enquadra como terrorista táticas de luta popular, como ocupações de espaços estratégicos para fins reivindicatórios.

Se, por um lado, cada uma dessas questões é dotada de uma cadeia causal própria, com aspectos intrínsecos a cada um desses fenômenos, por outro, sua manifestação conjugada parece indicar que há elementos de ligação entre eles. Em termos mais evidentes, há indícios de uma crise de um modelo de desenvolvimento econômico e

<sup>14</sup> Ver Combate Racismo Ambiental, “Apyka’i: polícia despeja indígenas Guarani Kaiowá de terra explorada por Bumlai, preso na Lava Jato” [disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?p=221004>, acessado em 10/08/2016, às 20:24].

<sup>15</sup> Cf. Theotonio dos Santos, “Socialismo o Fascismo: el nuevo caracter de la dependência y el dilema latinoamericano”, Cidade do México, Edicol, 1978.

<sup>16</sup> Rodrigo Castelo indica que há um movimento ascendente de militarização (e criminalização) da pobreza associado à supremacia neoliberal. Cf. Rodrigo Castelo, “Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal”, São Paulo: Expressão Popular, 2014.

sociocultural. O que não é fato inédito na sociedade brasileira, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro já passou por crises e foi criticado por diversos setores intelectuais e sociais algumas vezes em sua história<sup>17</sup>. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr, no resgate que realizou das formulações de Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, apresenta uma abordagem de como cada um desses intelectuais criticou o padrão dependente do capitalismo brasileiro e quais seriam as alternativas históricas à superação desse padrão<sup>18</sup>.

Radicalizando a “expição”, pode-se chegar a argumentar que tais fenômenos são manifestações da crise, não só de um modelo de desenvolvimento, mas de um padrão civilizatório, de uma forma de organização da vida em sociedade. Ambas as perspectivas – a primeira de crise de um modelo de desenvolvimento e a segunda de uma crise do padrão civilizatório - (que não são unívocas, mas profundamente diversificadas e ramificadas em seu interior) mostram-se como prismas críticos para se interpretar o presente<sup>19</sup>.

A nosso ver, a radicalidade da crítica depende grandemente da capacidade que ela tem de estabelecer conexões entre esses fenômenos e o todo, complexo e articulado, do qual elas mesmas são partes constituintes, e explicar, inclusive, outras teorias destinadas ao mesmo fim<sup>20</sup>. A explicação dos fenômenos, quando confinada nos termos de suas

<sup>17</sup> Ver André Bojikian Calixtre e Niemeyer Almeida Filho (orgs.), “Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil”, Rio de Janeiro: IPEA, 2014. e Maria Mello de Malta (coord.), “Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro”, Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

<sup>18</sup> Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr, “Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente”, Tese de Doutorado (Instituto de Economia/UNICAMP), Campinas: 1997.

<sup>19</sup> Na famosa passagem da Introdução à Crítica da Economia Política, conhecida e publicada no Brasil como introdução aos “*Grundrisse*”, seus esboços da Crítica da Economia Política [1857-1858], Karl Heinrich Marx sintetiza seu método da economia política, que é compreendida como “lei” fundamental ao estudo das sociedades humanas: “A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por esta razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc” (Karl Marx, “*Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-58: esboços da crítica da economia política*”, São Paulo: Boitempo, 2011).

<sup>20</sup> Lucien Goldmann, “Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia?”. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.



particularidades, consegue pôr em evidência traços importantes destes. De outro modo, partindo da compreensão de que até mesmo os menores microcosmos da vida em sociedade se interconectam em um conjunto que pode ser qualificado como totalidade social<sup>21</sup>, ou ainda totalidade concreta<sup>22</sup>, a explicação sociológica realista não reside na verificação minuciosa e no entrecruzamento dos elementos empíricos mais evidentes. Nem nas elaborações teóricas mais robustas, de caráter generalizante e radicalmente racionalista. Tal perspectiva realista encontra-se na dialética entre o todo e as partes, na interação entre aqueles elementos autoevidentes e suas “subterrâneas” interconexões, sendo esse todo complexo e articulado aquilo que fornece a chave-explicativa para os fenômenos sociais.

No caso em tela, os traços conjunturais recentes da sociedade brasileira ganham sentido explicativo quando pensados como constituintes de uma realidade abrangente: a sociedade capitalista global. Não somente em termos econômicos e políticos, como é o caso do aumento do desemprego ou da especialização regressiva, mas as mais variadas particularidades histórico-concretas, como a ascensão ou proeminência do pensamento conservador ou a resistência sociopática a padrões de comportamentos constituídos na superação de relações sociais “extra burguesas”, ganham significado objetivo a partir desse prisma. Isto não quer dizer que a compreensão desses aspectos da realidade como manifestações de estruturas e dinamismos próprios à sociedade capitalista indiquem tudo aquilo que se deve saber sobre o assunto. Ao contrário, indicam mesmo o caráter multifacetado, dinâmico e provisório da realidade social como unidade do diverso, do concreto enquanto síntese de múltiplas determinações<sup>23</sup>. Ainda sob essa perspectiva, torna-se imperativo compreender não só as mais diversas manifestações econômicas, políticas e socioculturais no interior da sociedade brasileira como também buscar a explicação da cadeia causal, dos nexos existentes entre essas manifestações e seu fundamento material.

A crise na qual se encontra a sociedade brasileira pode ser interpretada sob essa ótica. Interpretações sobre o Brasil que partilham dessa ótica foram estabelecidas e

<sup>21</sup> Lucien Goldmann, *op. cit.*

<sup>22</sup> Karel Kosik, “A dialética da totalidade concreta”. In: “Dialética do concreto”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

<sup>23</sup> Karl Heinrich Marx, *op. cit.*, p.

continuam a ser desenvolvidas. Como toda e qualquer corrente do pensamento, a perspectiva em questão não é unívoca. É, inclusive, uma perspectiva em disputa. Ainda que haja discordância sobre a natureza dessas raízes, a ênfase deve ser dada às raízes materiais, históricas e objetivas, do tempo presente. Seria possível explicar alguns dos aspectos elencados no início desta sessão, ou o seu conjunto, por essa via? Buscando os fundamentos materiais de sua gênese, sua estrutura e mesmo a razão de sua persistência, mesmo quando existem as possibilidades de suplantá-los? Parece-nos que a resposta a esta questão implica, inicialmente, o recurso a interpretações já elaboradas sobre a sociedade brasileira. Todavia, é preciso salientar que o ponto de vista por nós adotado é o de que é o presente dessa sociedade que explica as interpretações, não o contrário<sup>24</sup>. Isso não significa que pretendemos verificar a vitalidade ou pertinência de uma teoria ou interpretação do Brasil, mas entender o modo pelo qual essa ou aquela interpretação nos auxilia na “decifragem” de certos traços da sociedade brasileira no tempo presente.

O crescimento do desemprego e a compressão dos salários dos trabalhadores são fenômenos próprios à sociedade capitalista. Karl Marx atribui esse duplo movimento a tendências imanentes à acumulação do capital (a lei geral da acumulação capitalista, com a produção daquilo que Marx denomina de superpopulação relativa que, grosso modo, diz respeito ao fato de a produção da riqueza ocorrer, *juntamente e em razão da* produção da pobreza; soma-se a isso a alteração na composição orgânica do capital com o crescimento da porção constante do capital em detrimento do capital variável)<sup>25</sup>. Essas são tendências que operam com o crescimento da massa constante de capital, traço característico de uma sociedade na qual a produção capitalista encontra-se em fase ascendente de desenvolvimento (incorporação crescente de proporções maiores de capital intensivo e de uma maior massa de mais-valia relativa, relacionando-se ao desenvolvimento da indústria).

Em termos “latino americanos”, a lei geral da acumulação ganha tonalidades ainda mais fortes, quando trabalhamos com a tese do desenvolvimento desigual e combinado. Desde a colonização e as transformações capitalistas inerentes ao capital na periferia, em sequência, o desenvolvimento capitalista das sociedades hegemônicas exercem forte

<sup>24</sup> Respaldamo-nos aqui nas formulações de Karl Heinrich Marx, *op. cit.*,

<sup>25</sup> A esse respeito ver sessões IV e V do livro primeiro d'O Capital de Karl Heinrich Marx, Cf. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

pressão sobre a periferia, fazendo com que a lei geral da acumulação capitalista, a produção e a apropriação da riqueza e a pauperização de diversos segmentos das classes trabalhadoras, tenham, desde a origem, uma dimensão inextrincavelmente internacional. O advento da assim chamada “acumulação flexível”<sup>26</sup>, fenômeno coetâneo às primeiras manifestações da crise estrutural do sociometabolismo do capital<sup>27</sup>, contribui à atualização desse processo, na medida em que ajusta as dinâmicas da acumulação à conhecida tendência de queda da taxa de lucro, combinando novos padrões de acumulação capitalista (toyotista) com padrões próprios de um outro estágio do desenvolvimento capitalista (fordismo e taylorismo), e que não desaparecem, mas re-espacializam-se, predominando na periferia do sistema capitalista, como é o caso da América Latina e do Brasil, ainda que seja possível identificar manifestações dos novos padrões de acumulação<sup>28</sup>.

Sabe-se também que o desenvolvimento do capitalismo, e especificamente da indústria sob a forma capitalista, ocorre de modo desigual. Sob o capitalismo, o processo de industrialização ocorre em alguns pólos, em detrimento de outros, a depender do modo de inserção de determinadas regiões tanto no que diz respeito ao mercado mundial, quanto ao mercado interno. Isso implica que, em regiões periféricas no mercado mundial e mercados nacionais, o desenvolvimento da produção industrial tende a ser fortemente condicionado por essa posição nos mercados, com uma forte ênfase na indústria de “baixa intensidade”, como é o caso daquelas destinadas à produção ou processamento dos chamados *commodities*, produção forjada para a exportação em uma condição de subordinação estrutural de um mercado periférico aos centros capitalistas.

Assim, embora o que se tenha observado seja uma “maquinização” ou mesmo “industrialização” da agricultura brasileira<sup>29</sup> junto a uma proletarização do trabalhador do

<sup>26</sup> Cf. David Harvey, “A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX”, *In*: “Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, São Paulo: Loyola, 1992.

<sup>27</sup> Cf. István Meszáros, *op. cit.*

<sup>28</sup> Cf. Ricardo Antunes (org.), “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil”, São Paulo: Boitempo, 2006; “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II”, São Paulo: Boitempo, 2013; “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III”, São Paulo: Boitempo, 2014;

<sup>29</sup> Guilherme Costa Delgado, em “Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)”, discute esse fenômeno, encarando a modernização da agricultura brasileira, com seus ciclos de crescimento, estagnação e crise, como expressão da inserção subalterna do Brasil no mercado mundial e como estratégia do capital financeiro na agricultura.

campo<sup>30</sup>, o encolhimento do setor industrial no Brasil parece estar relacionado com o processo de reprimarização da economia brasileira, tudo isso sob hegemonia da burguesia financeira transnacional<sup>31</sup>. Esses fenômenos, conjugados aqueles do aumento do desemprego e do rebaixamento real dos salários parecem evidenciar a fragilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro. Soma-se a isso o avanço na privatização, monopolização e transnacionalização de setores estratégicos (Energia, Bancos Públicos, Transportes, Educação) que expressam uma busca pelo reestabelecimento dos padrões de dominação externos que garantam a reprodução ampliada do capital, como resposta ao movimento tendencial de queda da taxa de lucro, não da “massa de lucros”.

Nesse cenário, a maior ressonância no interior da sociedade de pensamentos de orientação conservadora e tendencialmente fascista ganha força. Como expressão desse fenômeno, a escalada da violência com fortes traços sociopáticos é indicativa de que a crise do modelo brasileiro, ou do padrão civilizatório do qual faz parte, não se confina aos campos econômico e político, e se manifesta na própria natureza das relações sociais e em certos padrões de sociabilidade nessa sociedade.

A compreensão desse quadro crítico, complexo e articulado, imprime dificuldades. A interconexão entre os campos não é direta e demanda um tratamento que dê conta de identificar e interpretar esses nexos de ordem causal. Uma das contribuições do marxismo inscreve-se no pensamento científico pela priorização de uma perspectiva teórica que estabeleça as relações entre esses nexos causais e a totalidade social; como as particularidades ganham expressão ou de que modo fazem parte da sociedade humana global em seu estágio contemporâneo.

Fundada sob esse signo, a assim chamada “teoria marxista da dependência”, corrente teórica e ideo-política inaugurada por nomes como os de Ruy Mauro Marini<sup>32</sup>,

<sup>30</sup> A respeito da proletarização do trabalhador do campo, Octavio Ianni nos apresenta indicações já na década de 1970. Cf. Octavio Ianni, “A formação do proletariado rural no Brasil”, In: João Pedro Stédile, “A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980”, São Paulo: Expressão popular, 2012.

<sup>31</sup> Guilherme Costa Delgado, “Especialização primária...”, *op.cit.*. Em dossiê a respeito das “Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil”, publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, é possível encontrar também a compreensão de que a presença do capital financeiro na agricultura é decisiva na conformação de um padrão econômico forjado para a produção de *commodities*.

<sup>32</sup> Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (orgs.), “Ruy Mauro Marini: vida e obra”. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Vania Bambirra<sup>33</sup> e Theotônio dos Santos<sup>34</sup>, e que mantém-se por meio de seus continuadores, é exemplar. Desenvolvem uma crítica da economia política a partir de uma perspectiva latino-americana e se inscrevem na multifacetada teoria política de tradição marxista na América Latina. Como construção teórica e chave-explicativa para a interpretação dos contornos das sociedades brasileira, latino-americanas e aquelas historicamente subalternas no desenvolvimento histórico do capitalismo global, a teoria marxista da dependência parece fornecer-nos instrumentos teórico-analíticos privilegiados. Fundamentalmente pela visão que construiu na crítica da dependência estrutural e do capitalismo dependente como por exemplo, a forma propriamente capitalista que cabe à sociedade capitalista brasileira.

Com a adoção dessa “teoria”, a crítica da economia política torna-se capaz de explicar a especificidade das relações capitalistas no Brasil, sociedade dependente de origem colonial, que apresenta uma forma estruturalmente subordinada de integração ao mercado mundial.

Dentre outras perspectivas dotadas da mesma veia e fundamento críticos<sup>35</sup>, outra interpretação do desenvolvimento do conjunto das relações sociais forjadas sob o signo capitalista é a de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro de origem paulista. Afora a latente necessidade de uma investigação que recaia sobre a identificação das convergências e distanciamentos, ou mesmo complementariedade, entre as interpretações de Florestan Fernandes e aquelas vinculadas à teoria marxista da dependência, a “visão” que Florestan desenvolve sobre a sociedade brasileira, por seu turno “sociológico”, e não propriamente de uma crítica da economia política “estrito senso”, está marcada pela adoção da crítica das relações sociais que tem bases na crítica da economia política de orientação marxista, mas que por isso mesmo, elabora uma análise globalizante, “macrossociológica”, do conjunto das estruturas, dinamismos, funções e ritmos no

<sup>33</sup> Vania Bambirra “El capitalismo dependiente latinoamericano”. Siglo Veintiuno, 1999.

<sup>34</sup> Theotônio dos Santos. “Socialismo o fascismo: el nuevo caracter de la dependencia y el dilema latinoamericano”. In: “Obras reunidas de Theotônio dos Santos”. UNAM, 2015. [Disponível em: <http://ru.iiec.unam.mx/3098/1/SocOFas.pdf>, acessado em 11/08/2016, às 18:23].

<sup>35</sup> Enquadram-se nesta orientação as interpretações de Nelson Werneck Sodré, “Formação histórica do Brasil”, São Paulo, Difel, 1982; e “Introdução à revolução brasileira”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967; Caio Prado Junior, “Formação do Brasil contemporâneo: colônia”, São Paulo: Companhia das Letras, 2011; e “A revolução brasileira”, São Paulo: Brasiliense, 1978; Jacob Gorender, “O escravismo colonial”, São Paulo: Ática, 1980; e “A escravidão reabilitada”, São Paulo: Ática, 1990; Francisco de Oliveira, “Crítica da razão dualista”, São Paulo: Boitempo, 2013; e “O Ornitórrinco”, *op. cit.*

interior dessa sociedade. Esta característica faz com que a interpretação que Florestan desenvolveu do Brasil chame a atenção pelos diálogos e atitude crítica que ele estabelece diante da “herança clássica” do pensamento sociológico<sup>36</sup>. A qualidade da sociologia de Florestan Fernandes já foi estabelecida por um certo “ecletismo” de sua obra<sup>37</sup>. Entendemos que, menos a orientação eclética (que inclusive parece “desvanecer” com a consolidação de sua obra madura), e mais sua atitude sociológica radicalmente dialética, que nega pela incorporação, confere robustez a sua obra.

Sabe-se que a sociologia de Florestan Fernandes figura entre os esforços mais autênticos e proeminentes de consolidação da sociologia brasileira, seja em sua linhagem crítica<sup>38</sup>, moderna<sup>39</sup> ou mesmo como forma de pensamento propriamente científico<sup>40</sup>. Neste sentido, pensamos ter a obra de Florestan Fernandes uma capacidade heurística para lançar luz sobre os problemas esboçados. Nos referimos, mais especificamente a uma problemática no interior de sua obra<sup>41</sup>: sua análise da estrutura de classes brasileira, na qual e a partir dela desenvolveu o conceito de capitalismo dependente<sup>42</sup>.

A investigação sobre a formação da sociedade brasileira fica comprometida quando desvinculamos o estudo de sua gênese da história do desenvolvimento do capitalismo como realidade pelo mundo. Elas ocorrem *pari passu* e nutrem-se reciprocamente. O “Brasil colonial” participa do processo, ainda que de modo periférico e subordinado da história do desenvolvimento do capitalismo. Com a independência

<sup>36</sup> Sobre a atitude de Florestan Fernandes diante da teoria social marxiana e seu lugar junto à teoria sociológica clássica, ver “A herança clássica e seu destino” In: “A natureza sociológica da sociologia”, São Paulo: Ática, 1980; e José Paulo Netto, “Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução social”, In: “Marxismo Impenitente”, São Paulo: Cortez, 2005.

<sup>37</sup> Gabriel Cohn, “O ecletismo bem temperado”, In: D’INCAO, Maria Ângela (org.), O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>38</sup> Florestan Fernandes, “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, In: Florestan Fernandes, “A sociologia no Brasil”, Rio de Janeiro: Vozes, 1977; Octavio Ianni, “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”, Introdução a Octavio Ianni (org.), Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>39</sup> Miriam Limoeiro Cardoso, “Sobre a teorização do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes”. In: FÁVERO, Osmar (orgs.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes. Niterói/Campinas: EdUFF/Autores Associados, 2005.

<sup>40</sup> Fernando Henrique Cardoso, “A paixão pelo saber”, In: D’INCAO, Maria Ângela (org.), O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>41</sup> Miriam Limoeiro Cardoso, “Florestan Fernandes: a criação de uma problemática”, In: Estudos Avançados, 10(26), 1996.

<sup>42</sup> Miriam Limoeiro Cardoso, “Sobre a teorização do conceito...” *op. cit.*

nacional, a abolição da escravidão, a tendência à generalização do trabalho assalariado e a criação de um mercado interno tipicamente capitalista, internalizam-se mecanismos propriamente capitalistas na sociedade brasileira. Ainda assim, persistem formas históricas “sub”, “pré” ou “extra” capitalistas não superadas, mas que são “funcionais” ao padrão de desenvolvimento capitalista que se inaugurara no Brasil. Essas formas históricas “sub”, “pré” ou “extra” capitalistas não são estritamente econômicas e políticas e tendem a atingir as mais amplas dimensões da vida social, decisivamente pelo traço agrário inerente à resistência sociopática à mudança social.

As tentativas de ruptura com esses bloqueios de origem propriamente coloniais se articulam com o processo de desenvolvimento da sociedade propriamente capitalista, modificando ou revitalizando esses bloqueios. A revolução burguesa no Brasil, como processo de instauração de transformações capitalistas foi esterilizada em suas possibilidades autenticamente democráticas, culminando com a concretização de uma autocracia-burguesa como contrarrevolução autodefensiva de caráter permanente. Desenvolveu-se a interpretação de que a autocracia-burguesa brasileira passou por uma crise com a transição da ditadura para a Nova República. Os acontecimentos recentes põem na ordem do dia a possibilidade da vitalidade tanto do modelo autocrático-burguês como da persistência de nexos coloniais no interior do capitalismo dependente brasileiro.

As interpretações sobre a relação entre “herança colonial” e capitalismo brasileiro são constructos teóricos robustos e de grande envergadura que, em maior ou menor medida, imprimiram influência nos estudos, debates e no desenvolvimento<sup>43</sup> da formação do capitalismo brasileiro. A depender do necessário grau de aprofundamento à disposição do investigador, a abordagem sistemática de cada uma delas e o respectivo enquadramento histórico, demanda, por si, a realização de investigações mais ou menos específicas de largo fôlego e de um trabalho constante de articulação e diálogo entre essas interpretações.

Esforços nesse sentido podem ser observados em “Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro”<sup>44</sup>, “Cátedras para o desenvolvimento:

<sup>43</sup> Parece-nos que estudos sobre a influência e o impacto das teorias do Brasil sobre o próprio desenvolvimento histórico da sociedade brasileira ainda carece de um balanço sistemático.

<sup>44</sup> Maria Mello de Malta (org.), “Ecos do desenvolvimento...” *op. cit.*

patronos do Brasil”<sup>45</sup>, “Sete lições sobre as interpretações do Brasil”<sup>46</sup>, “Interpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados”<sup>47</sup> e “Pensadores que inventaram o Brasil”<sup>48</sup>, “Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente”. Tendo isso em vista, a arbitrariedade na seleção de uma ou outra interpretação do Brasil conjuga a adequação da interpretação ao problema sociológico em questão com as possibilidades à disposição do pesquisador na abordagem teórico-metodológica das interpretações. Há de se destacar ainda que não é para si que o problema de estudo se volta, mas para a compreensão da realidade concreta da qual ele é um enquadramento particular.

Claro está que este é um tema que se vincula a toda uma constelação de outros temas e questões: o tema do subdesenvolvimento e de seus requisitos estruturais e dinâmicos; dos padrões contemporâneos de organização do mercado mundial e da articulação da divisão internacional do trabalho; do imperialismo e de suas formas de manifestação no capitalismo hoje; das implicações históricas da transnacionalização do capital e do papel que cumpre o capital financeiro nesse processo; dos limites sociometabólicos e das decorrências societárias e civilizacionais da articulação desses processos. E é no entrelaçamento dessa série de questões com os fatores estruturais e dinâmicos do capitalismo brasileiro, a fim de desenvolver uma compreensão o mais próximo da precisão possível, que alguns esforços vem sendo empreendidos.

Como já mencionamos, a obra de Florestan Fernandes pode ser compreendida como marco fundacional da moderna sociologia brasileira<sup>49</sup> e a atualidade dessa sociologia e da interpretação do Brasil nela contida vem sendo reiteradas<sup>50</sup>. Apesar de,

<sup>45</sup> André Bojikian Calixtre e Niemeyer Almeida Filho (orgs.), “Cátedras para o desenvolvimento...” *op. cit.*

<sup>46</sup> Bernardo Ricupero, “Sete lições sobre as interpretações do Brasil”, São Paulo: Alameda, 2008.

<sup>47</sup> Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Ferreira Secco (orgs.), “Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados”, São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>48</sup> Fernando Henrique Cardoso, “Pensadores que inventaram o Brasil”, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>49</sup> Cf. Miriam Limoeiro Cardoso, “Sobre a teorização do conceito...”, *op. cit.*

<sup>50</sup> Ver José Paulo Netto, “Florestan Fernandes: uma recuperação...”, *op. cit.*; Nildo Ouriques, “O intelectual militante”, *In: O colapso do figurino francês*, Florianópolis: Insular, 2014; Miriam Limoeiro Cardoso, “Sobre a teorização do conceito...”, *op. cit.*; Bernardo Ricupero, “Florestan Fernandes”, *In: “Sete lições...” op.cit.*



como destaca Miriam Limoeiro-Cardoso, as abordagens mais recorrentes das formulações de Florestan Fernandes serem pouco dispostas a lançar luz sobre as análises florestanianas do capitalismo dependente e sua conceituação dessa especificidade capitalista, esforços tem sido realizados nesse sentido<sup>51</sup>.

Florestan Fernandes, na sua interpretação do Brasil, desenvolve sua concepção do *capitalismo dependente* enquanto especificidade capitalista, que parece gozar de vitalidade na abordagem sociológica do desenvolvimento capitalista recente no Brasil. Referimo-nos, mais especificamente, ao conjunto de textos em que confere acabamento ao conceito de capitalismo dependente<sup>52</sup> e opera uma recuperação marxista da categoria de revolução social<sup>53</sup>: *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1972) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). A inclusão do texto *Poder e Contrapoder na América Latina* emana do fato de, nele, Florestan manter a interlocução entre os temas da revolução social e da colonização, mais propriamente, das possibilidades e bloqueios da descolonização postas na América Latina, num desdobramento da discussão sobre capitalismo dependente.

No sentido da construção de nossa investigação, de que modo articulam-se no presente um avanço propriamente capitalista com a reposição do passado colonial? Como é possível pensar o passado, não como tempo histórico pretérito, mas como dimensão histórica colocada na qualidade de ponto de partida para o presente e também como ponto de chegada, como culminância de um processo histórico? Como poderíamos determinar aquilo que é umbilicalmente traço colonial e aquilo que não o é? Qual é o lugar do “não colonial” na sociedade capitalista no Brasil? Quais as vias de contenção ou suplantação da “herança colonial”? Elas estão colocadas na história contemporânea? Essas questões orientam nosso olhar sobre a problemática aqui desenhada.

Na tarefa de resgate da teorização de Florestan Fernandes, o critério de seleção dos livros “*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*”, “*Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*” e “*Revolução Burguesa no Brasil*” vem de nossa

<sup>51</sup> Além das próprias pesquisas de Miriam Limoeiro Cardoso sobre o tema, o estudo de doutoramento de Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr. insere-se por entre os esforços de resgate das formulações teóricas de Florestan Fernandes na explicação do capitalismo dependente brasileiro.

<sup>52</sup> Cf. Miriam Limoeiro Cardoso, “Sobre a teorização do conceito...”, *op. cit.*

<sup>53</sup> Cf. José Paulo Netto, “Florestan Fernandes: uma recuperação...”, *op. cit.*

concordância com Miriam Limoeiro Cardoso, que tem dedicado sistematicamente seus esforços no estudo da obra de Florestan Fernandes, e identifica especificamente nestes momentos da obra de Florestan o trabalho com o capitalismo dependente como *conceito*, ferramenta heurística<sup>54</sup>. A escolha do texto “Poder e Contrapoder na América Latina” se deu pelo fato de estarmos trabalhando com a hipótese de que o processo que o autor identifica como *congelamento da descolonização*, na análise que Florestan desenvolve das Revoluções Interrompidas, além de pouco trabalhado nas abordagens até então desenvolvidas sobre a obra de Florestan Fernandes, parece também indicar aspectos decisivos para as reflexões contidas em nossa pesquisa, fundamentalmente no cotejamento da compreensão desse processo com aquilo que Florestan denomina de *condição colonial permanente* e que relações estes guardam com o *conceito de capitalismo dependente*.

No resgate desse conceito, buscaremos abordar temas candentes, tais como: condição colonial permanente; congelamento da descolonização; autonomia e heteronomia; desenvolvimento, subdesenvolvimento e desenvolvimentismo; dependência dentro da dependência; sobre-expropriação repartida do excedente econômico e superexploração da força de trabalho; Autocracia-Burguesa; “Revolução dentro da ordem” e “Revolução contra a ordem”; Resistência sociopática à mudança social; Capitalismo colonial, neocolonial, e monopolista; Imperialismo e imperialismo total. Pretendemos identificar de que modo essas categorias se conectam na elaboração do conceito de capitalismo dependente e como este conforma uma ferramenta teórica capaz de subsidiar uma interpretação das manifestações da “herança colonial” e os modos pelos quais elas se dão no capitalismo dependente brasileiro.

<sup>54</sup> Miriam Limoeiro Cardoso, “Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares”, São Paulo: IEA/USP, dezembro de 1994; “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes”, São Paulo: IEA/USP, agosto de 1995; “Florestan Fernandes: a criação de uma problemática”, São Paulo: IEA/USP, 1996; “Sobre a teorização do conceito...” *op. cit.*

## CAPÍTULO 1 - PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES À CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

### 1.1. O autor e a obra

A vida e a obra de Florestan Fernandes, falecido em 10 de agosto de 1995, aos 75 anos de idade, vitimado por complicações de um transplante de fígado mal sucedido<sup>55</sup>, já ocupam lugar de destaque no pensamento sociológico e na vida de setores da sociedade brasileira. O sociólogo paulista empresta seu nome a instituições representativas daquilo que sempre ocupou lugar de destaque em sua vida, indo da luta dos setores sociais aos quais ele nutria estreitos vínculos ideo-políticos, como é o caso da “Escola Nacional Florestan Fernandes”<sup>56</sup>, à Biblioteca “Florestan Fernandes”, biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Faculdade e Universidade nas quais fez carreira, ocupando as cadeiras de Sociologia 1 e 2, e onde, junto a seus mestres, colaboradores e assistentes, contribuiu decisivamente para alçar as Ciências Sociais, e a Sociologia em especial, a um lugar de destaque nas Ciências no Brasil.

Somam-se a isso todo um conjunto de esforços despendidos no sentido de resgatar a obra de Florestan Fernandes<sup>57</sup>. Esse resgate tem sido feito para além das fronteiras das ciências sociais e parece identificar, como um ponto de convergência, o vigor que a obra de Florestan Fernandes mantém, mesmo passados mais de 20 anos de sua morte.

O próprio sociólogo teve uma incisão em diversas áreas, dentre as quais destacam-se os estudos sobre os Tupinambás, sobre a situação do negro no Brasil, o folclore, os temas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a burguesia, o tema das revoluções burguesas e das contrarrevoluções, a metodologia das ciências sociais, a educação no

<sup>55</sup> Em um artigo publicado na coluna Ilustríssima da Folha de São Paulo, Florestan Fernandes Jr. relata a circunstância de falecimento de seu pai, Florestan Fernandes. Haveria vários indícios de que, apesar do já grave quadro clínico de Florestan, a morte do sociólogo foi acelerada por uma série de erros na condução de seu tratamento clínico e cirúrgico. Cf. Florestan Fernandes Jr., “Um adeus no Olhar: a vida e a morte de Florestan Fernandes”, [disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/10/1699583-o-adeus-em-um-olhar-a-vida-e-a-morte-de-florestan-fernandes.shtml>, publicado em 28/10/2015, acessado em 09/08/2017, às 09:14].

<sup>56</sup> Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para formação de militantes de movimentos sociais e organizações que “lutam por um mundo mais justo”, cf. [http://amigosennff.org.br/index.php?option=com\\_content&view=featured&Itemid=101&lang=pt-BR](http://amigosennff.org.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101&lang=pt-BR). A Escola Nacional Florestan Fernandes recentemente sofreu uma investida

<sup>57</sup> Realizamos um levantamento preliminar da produção sobre a vida e a obra de Florestan Fernandes e apresentamos os documentos encontrados no Anexo I, ao final dessa dissertação.

Brasil, o marxismo (o pensamento e a vida de Karl Heinrich Marx, Friedrich Engels e Vladimir Ilitch “Lenin”, com especial destaque), as revoluções socialistas (russa e cubana, com maior ênfase), o movimento socialista brasileiro e latino-americano e o Partido dos Trabalhadores. Sua atividade intelectual sempre foi dotada de uma orientação prática. Traduziu e escreveu uma apresentação para a “Contribuição à Crítica da Economia Política” de Karl Marx, que era um texto ainda inédito em português, motivado pela organização trotskista clandestina da qual foi membro na década de 1940; atuou na famosa “Campanha em Defesa da Escola Pública” nas décadas de 50 e 60, assim como também na estruturação e desenvolvimento da universidade brasileira e do Ensino Superior no Brasil; na luta contra a ditadura empresarial-militar no Brasil e na América Latina; como difusor do marxismo e do pensamento socialista no Brasil; como intelectual do Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi eleito deputado federal por dois mandatos e durante a qual exerceu um importante papel de periodista.

## **1.2. Dominação imperialista e sobreapropriação repartida do excedente econômico**

Tratamos aqui, em uma abordagem preliminar, da dupla condição do capitalismo brasileiro identificada por Florestan Fernandes: dominação externa na forma imperialista e sobreapropriação repartida do excedente econômico. Ao propor a discussão dos padrões de dominação externa na América Latina, Florestan Fernandes, que tem em vista um moderno e sistemático tipo de colonialismo, coloca-a em um duplo caráter: (1) o primeiro é o da emergência de uma “nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos”<sup>58</sup>; o segundo, diz respeito (2) ao problema de como enfrentar “o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dadas as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região”<sup>59</sup>.

A forma de dominação *colonial*, à qual esteve submetida a América Latina durante cerca de três séculos, exigiu o estabelecimento de marcos legais e políticos que preservassem, incrementassem e reforçassem o privilegiamento das Coroas e dos colonizadores. O autor compreendia que sob essa forma de dominação, uma autêntica

<sup>58</sup> Florestan Fernandes, “Padrões de dominação externa na América Latina”, *In*: “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p.12.

<sup>59</sup> Florestan Fernandes, “Padrões de dominação...”, *op. cit.*, p. 12.

sociedade colonial foi criada, na qual apenas os colonizadores estavam habilitados a “participar das estruturas de poder e de transmitir posição social”<sup>60</sup>. Consta como mecanismo de “absorção e controle de massas de nativos, africanos e mestiços”, uma estratificação flexível, mantendo essas massas como categorias de castas ou como estamentos dependentes. Nesse quadro, “o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de *exploração ilimitada*, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício da Coroa e dos colonizadores”<sup>61</sup>. O padrão de dominação colonial entra em crise, devido: (1) à insuficiência das metrópoles (Portugal e Espanha) em sustentar o “financiamento das atividades mercantis, relacionadas com a descoberta, a exploração e o crescimento das colônias”; (2) o confronto na Europa pelo controle econômico das colônias; e (3) “setores da população das colônias, vitimados pela rigidez da ordem social e interessados na destruição do antigo sistema colonial”, sendo esses setores aqueles que deram suporte “aos movimentos de emancipação nacional foi recrutada entre esses setores”<sup>62</sup>.

A emergência do padrão *neocolonial* de dominação externa se dá na crise do antigo sistema colonial. Os países europeus vitoriosos na disputa pelas colônias na América Latina, fundamentalmente a Inglaterra, ocuparam o vácuo econômico deixado por Portugal e Espanha nas ex-colônias latino-americanas e acabaram por estabelecer a monopolização do “controle de mercado dos processos econômicos”, estabelecendo uma forma de dominação externa “largamente indireta”<sup>63</sup>. Diferente do período colonial, os “‘produtores’ de bens primários” poderiam reter alguma parte do quantum que lhes eram retirado pela exploração colonial e “suas ‘economias coloniais’ recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno”. Com esse novo padrão de dominação externa, agravava-se a dominação e seus efeitos na medida em que as classes exploradoras locais, sem muitas alternativas históricas de autopreservação, optaram por cumprir um “papel econômico secundário e dependente, aceitando como

<sup>60</sup> Florestan Fernandes, “Padrões de dominação...”, *op. cit.*, p.13.

<sup>61</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.13, *grifos nossos*.

<sup>62</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.15.

<sup>63</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.15.

vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial”<sup>64</sup>.

Florestan Fernandes, quando da redação de *Poder e Contrapoder na América Latina*, problematiza um conjunto de ideias e correntes teóricas de esquerda naqueles tempos acerca dos rumos da América Latina<sup>65</sup>. Essa ponderação, mostra um traço característico de Florestan: seu engajamento na compreensão e seu empenho político-intelectual para a efetivação de mudanças substantivas. Naquele momento, aborda e problematiza os caminhos tomados pelos movimentos de esquerda na América Latina que se viram solapados pelas ditaduras e seguiram ou o caminho do oportunismo ou do extremismo infantil<sup>66</sup>.

Florestan Fernandes delimita quatro temas para ele estratégicos na condução da discussão sobre o problema das “revoluções interrompidas”, quais sejam: “o problema da descolonização; os limites da ‘transformação capitalista’; as lições de Cuba e quem aproveita as contradições na luta de classes?”, problemas esses que se mostram encadeados na compreensão das especificidades periféricas do capitalismo latino-americano<sup>67</sup>.

A questão central ao problema da descolonização, que, de acordo com o autor, por vezes é tratado de modo apressado pela crítica, vem a ser “o que entra no circuito da descolonização quando ela é obra histórica das elites econômicas e militares dos estamentos dominantes? E o que é condenado a ficar permanentemente fora da descolonização para que as classes burguesas emergentes possam controlar a mudança social progressiva e não arriscar tanto a supremacia social, quanto o seu monopólio do poder político?”<sup>68</sup>.

Quanto aos limites da “transformação capitalista”, como contraposição a um tácito paralelismo entre a respectiva transformação nos países capitalistas centrais e àqueles sob

<sup>64</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.15-6.

<sup>65</sup> Os diálogos mencionados serão tratados no capítulo 5.

<sup>66</sup> Florestan Fernandes, “Movimentos de guerrilha na América Latina”, *In*: “Poder e contrapoder na América Latina”, São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.11.

<sup>67</sup> Florestan Fernandes, “Reflexões sobre as revoluções interrompidas (uma rotação de perspectivas)”, *In*: “Poder e Contrapoder na América Latina”, São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 76.

<sup>68</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 76-8.

capitalismo neocolonial e o capitalismo dependente, é possível compreender que um “desenvolvimento capitalista satelitizado não lança na arena política uma ‘burguesia conquistadora’; um desenvolvimento com baixa industrialização ou com uma industrialização maciça incipiente não conta de imediato com um ‘proletariado independente’”<sup>69</sup>.

A Revolução Cubana consta, para o autor, como um dos elementos-chave na compreensão das possibilidades revolucionárias para a América Latina “evidencia que a negação do passado se introduz como corrente histórica no processo civilizatório da América Latina”. Indaga dessa forma sobre “o que representa essa revolução como o contrário das revoluções interrompidas? Por que, dentro dos marcos do capitalismo, os estamentos dominantes primeiro e as classes dominantes depois não puderam ir além da mudança social progressiva, fechada pelo egoísmo dos donos do poder ou confinada ao universo dos ‘mais iguais entre os iguais’”<sup>70</sup>.

E, finalmente, sobre quem exercerá melhor aproveitamento das contradições da luta de classes a seu favor, Florestan Fernandes é enfático: “as contradições refletem a forma e o grau de desenvolvimento do capitalismo, da relação recíproca de classes sociais antagônicas”. Em seu entendimento, a questão central desse problema seria “se as classes trabalhadoras possuem ou não condições objetivas ou subjetivas para travar em nome próprio e em seu proveito a luta de classes”<sup>71</sup>.

A análise crítica da situação dos países da América Latina que passam pelo processo de transição neocolonial apresenta insuficiências na medida em que adota o ponto de vista daquilo que ele compreende como “teoria do colonialismo interno”, tendo em vista que ela “concede uma vantagem estratégica às classes dominantes”, dado que negligenciam a “necessidade de uma investigação rigorosa das formas de estratificação engrenada ao capitalismo neocolonial e ao capitalismo dependente”, e atribuindo à luta de classes um segundo plano, considerando a possibilidade de impactos construtivos “da

<sup>69</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.77.

<sup>70</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.77.

<sup>71</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.77-8.

mudança social espontânea, do desenvolvimentismo e, em particular, da secularização e da racionalização inerentes à expansão do urbanismo e do industrialismo”<sup>72</sup>.

O “busílis” do problema da descolonização diz respeito à necessária “ênfase à descolonização que *não se realiza (nem pode realizar-se)* sob o capitalismo neocolonial e sob o capitalismo dependente”. Isso implica, do ponto de vista “dos de baixo” – os mais afetados pela imprecisão dos termos dados à transição neocolonial, em conduzir a descolonização aos seus limites, a seus pontos críticos, colocando-a “em termos socialistas, ainda que com vistas à ‘aceleração da revolução burguesa’”<sup>73</sup>.

A radicalização dessa conclusão decorre da realidade do procedimento de “congelamento da descolonização”, na medida em que é do interesse dos estamentos e classes dominantes em associação se apropriarem do máximo de rendimentos possíveis produzidos a partir das técnicas e formas de trabalho já consolidadas, implicando que o “anticolonialismo dos estratos privilegiados só era intenso e fervoroso em um ponto, o da conquista da condição legal e política de donos do poder”<sup>74</sup>.

Florestan dá realce ainda a um segundo elemento, qual seja, o de quem arcara com os “custos” desse padrão de desenvolvimento capitalista: “escravos, libertos, trabalhadores semilivres”, excluídos do mercado. Florestan Fernandes pondera que, mesmo quando há certo grau de inserção em determinados países (no plano legal), não há alteração no duplo caráter desse novo padrão de desenvolvimento emergente e em vias de consolidação de desenvolvimento econômico. Esse duplo caráter é o de “subordinado aos centros estratégicos da economia mundial e praticamente extorsivo quanto à massa da população pobre e trabalhadora, independentemente de sua condição civil formal”<sup>75</sup>.

Duas tendências são postas em relevo nesse quadro de congelamento da descolonização: (1) a espoliação do “homem pobre do campo, convertido em trabalhador semilivre de modo permanente”; e (2) “tendência ao aviltamento do trabalho e do trabalhador”. A estratégia de congelamento da descolonização, longe de ser uma

<sup>72</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.78-9.

<sup>73</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.81, *grifos nossos*.

<sup>74</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.82.

<sup>75</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.



desvantagem para a burguesia na luta de classes, configura-se, do ponto de vista de seus efeitos destrutivos e negativos, como estratégia ultravantajosa à burguesia<sup>76</sup>.

O sociólogo é enfático na crítica à ilusão nutrida na periferia de que seria possível para os países periféricos obter tanto em qualidade quanto em grau o desenvolvimento capitalista ocorrido na Europa e nos Estados Unidos. A difusão dessa ilusão é compreendida Florestan como parte do processo de colonização<sup>77</sup>. A transformação capitalista foi conduzida nas nações da América Latina com maior peso econômico, demográfico e político, por meio de uma revolução burguesa despojada “dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna” e em “cooperação com o pólo externo e através de iniciativas modernizadoras de monta, desencadeadas pelo pólo externo”. Essa forma de desenvolvimento capitalista, “internacionalizador” por contingência histórica e por seu dinamismo interno, teve como elo mediador um Estado autocrático burguês e dinamizou-se a partir de uma “modernização dirigida e autocrática” e de uma “transformação de estruturas previamente drenadas ou esterilizadas”<sup>78</sup>.

O desenvolvimento capitalista foi acelerado unilateralmente, no sentido de “queimar etapas” o quanto puderam as classes burguesas, sem se colocarem em situação de risco, assim como também tais classes “buscaram uma articulação mais flexível e eficaz entre o ‘capital interno’, o ‘capital externo’ e atuação do Estado” (*idem, ibidem*). Nesse quadro, Estado e Nação, ao contrário de perderem força do ponto de vista das classes burguesas, configuram-se de fato como marcos importantes na estratégia global de “luta contra o socialismo e da necessidade de crescimento contínuo”. Para as nações capitalistas neocoloniais e dependentes na América Latina, solapadas por regimes autocráticos, que a “segurança às brutas deverá, a médio prazo, ser substituída por segurança consensual, obtida se preciso, a base da cooptação generalizada de certos segmentos das classes médias e do proletariado”. A respeito dos rumos para a América Latina, Florestan Fernandes continua sua análise: “um período terrível e angustiante – se

<sup>76</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.84-5.

<sup>77</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 89.

<sup>78</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.93-4.

não se tentar (ou se tentar sem êxito) reverter as tendências históricas do capitalismo monopolista imperializado das nações capitalistas estratégicas da periferia”<sup>79</sup>.

O desvelar de tal “encruzilhada” coloca às classes trabalhadoras e sua vanguarda diante de uma “opção histórica”. Para Florestan Fernandes, ou se vinculam, mediante a conformação de uma aristocracia operária, à defesa do desenvolvimento capitalista, “engrossando as fileiras da contrarrevolução aberta ou dissimulada”, ou se colocam no sentido das “correntes históricas de nossa época, que levam ao socialismo e a um novo padrão de civilização”<sup>80</sup>.

Essa situação coloca também as classes burguesas defronte da “dificuldade insuperável” de “dividir o bolo” entre centro e periferia e, “dentro da periferia, entre apetites tão diversos, e ainda contar com alternativas para superar historicamente o dilema econômico do capitalismo na América Latina”<sup>81</sup>. Dada a natureza do desenvolvimento desigual e combinado, os limites da transformação capitalista “tenderão pois a escapar ao controle da burguesia”, em virtude da preservação e fortalecimento da debilidade dos elos já débeis desse desenvolvimento desigual e combinado. Tais configurações implicam, para Florestan Fernandes, o alcance de um novo patamar da luta de classes no qual a possibilidade real de perda de controle sobre os dinamismos do “capitalismo selvagem” por parte das classes burguesas, alarga o espaço histórico para atuação organizada das classes trabalhadoras que demanda que seu movimento, em força e grau de alcance, seja simétrico aquele das classes burguesas<sup>82</sup>.

Dominação imperialista e sobreapropriação do excedente econômico articulam a persistência do subdesenvolvimento e conformam-se como determinações viscerais da sociedade brasileira. A relação entre essa dupla condição se enlaça com a instituição de novos patamares do nexos de dependência estrutural do capitalismo brasileiro e da própria possibilidade desse nexos ser caracterizado como colonial.

<sup>79</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.95-6.

<sup>80</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.96-7.

<sup>81</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>82</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p.98.

### 1.3. “Marcas” do subdesenvolvimento relativo e a natureza do nexu de dependência

Dominação imperialista, sobreapropriação do excedente econômico, subdesenvolvimento e a revitalização do nexu de dependência são aspectos decisivos do capitalismo brasileiro. Mesmo com a perspectiva histórica de que as formas sociais passam por modificações e tendem a gerar continuidades ao mesmo passo em que discontinuidades são engendradas, esses aspectos podem ser visualizados na história recente do Brasil. A dificuldade reside fundamentalmente em explicar e interpretar as razões dessa persistência e da debilidade da sociedade brasileira em sustentar um padrão de desenvolvimento autônomo.

Florestan Fernandes, quando convidado para um diálogo sobre a temática do desenvolvimento, apresenta uma análise de conjunto do capitalismo brasileiro, “uma sociedade nacional do ‘mundo subdesenvolvido’”<sup>83</sup>. Demarca a posição, segundo a qual, a sociedade nacional brasileira origina-se no interior do processo de expansão do mundo ocidental, dado que o período de colonização coincide com a crise do feudalismo europeu. Uma outra face desse mesmo processo é a de que, dada a impossibilidade de transplantação de formas sociais emergentes na Europa para a colônia, ocorre uma “revitalização do regime estamental”, dada, em grande medida, à associação entre “grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial”<sup>84</sup>.

Dentre os marcos de compreensão da origem dessa sociedade nacional, consta também que, apesar de alterações referentes à formação do Estado Nacional independente, a estrutura de castas e estamentos não passou por uma crise. As alterações jurídico-políticas não foram sucedidas daquelas de natureza econômica e social. Persistira a orientação colonial da formação social brasileira, estando o país vinculado ao processo de conformação neocolonial, quando da emergência do imperialismo britânico. Três alterações são anotadas por Florestan Fernandes, no que diz respeito à “revolução política” no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro: 1) eliminação, em termos legais, de formas preexistentes de expropriação colonial; 2) “reorganização do fluxo interno de excedente econômico”, deixando de ser estritamente regulado de fora; e

<sup>83</sup> Florestan Fernandes, “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, *In*: “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p.9.

<sup>84</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 10.

3) “transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas”<sup>85</sup>. Ainda que isso tenha ocorrido, as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial permaneceram intocadas, seja por razões de manutenção do poder político das elites senhoriais, seja por exigências do mercado mundial<sup>86</sup>.

Uma terceira condicionalidade da emergência do Estado nacional no Brasil é a de que, apesar de ter sido gestada uma real possibilidade de formação construtiva de uma Nação moderna, as relações de dependência econômica sobredeterminaram a dinâmica da independência política. Ainda que considerável fração da sociedade nacional emergente continuasse presa estrutural, emocional e moralmente ao mundo colonial, para Florestan Fernandes, do momento da efetiva independência política em diante “a história dos homens passara a ser feita e contada em função de sua capacidade de lidar com o capitalismo como uma realidade interna”<sup>87</sup>.

Duas conclusões são extraídas, pelo autor, desses três elementos anteriores: 1) é a própria estrutura agrária das Nações de matriz agroexportadora e importadora de produtos manufaturados que subsidia tanto a “base política e os fundamentos econômicos ou sociais para a absorção inicial do capitalismo” quanto suas “implantações definitivas”, do capitalismo como uma “realidade histórica interna”<sup>88</sup>; 2) a internalização de uma mentalidade “europeizante” não se deu sempre nos modos de agir, de ser e tampouco na generalização de um estilo de vida acessível a todos; o que de fato prevaleceu foi a “identificação com a civilização ocidental”, no ajustamento dos “interesses socioeconômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo”<sup>89</sup>.

Florestan traça caracterizações e alterações daquilo que ele chama de uma *condição colonial permanente*: “primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois, se associa ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade [1967], vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela [condição colonial

<sup>85</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>86</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 11.

<sup>87</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 12.

<sup>88</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>89</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 13.

permanente] se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do País, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante”<sup>90</sup>.

Tais traços são apresentados para que seja possível depreender que os agentes econômicos no capitalismo dependente e subdesenvolvido, apesar de nutrirem por vezes a falsa consciência de serem “construtores de impérios econômicos”, não passam de “laboriosos artífices (e sob vários aspectos de uma vítima) do antípoda desse capitalismo: o capitalismo diferenciado porém subdesenvolvido e dependente, que exprime a espécie de êxito, conquistado na esfera econômica, pelos antigos povos coloniais que nasceram, biológica, cultural e historicamente, da expansão do mundo ocidental”<sup>91</sup>.

A explicação sociológica sobre as sociedades nacionais tendo por referência modelos institucionais adiantados e atrasados não dá conta da amplitude e complexidade da “constelação civilizatória” em questão. Em outro sentido, é necessário formular o problema das sociedades nacionais nos termos segundo os quais “a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico teria de ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica”<sup>92</sup>.

Florestan Fernandes busca sublinhar algumas questões sobre a explicação macrosociológica do subdesenvolvimento. E, nesse sentido, compreende que a caracterização da estratificação social nas sociedades subdesenvolvidas passa, via de regra, pela pressuposição de um modelo analítico de referência. Ainda que isso ocorra, Florestan argumenta ser “conveniente [para um análise sociológica rigorosa] considerar-se as conexões entre os processos de estratificação social e a formação ou a diferenciação

<sup>90</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 14.

<sup>91</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>92</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 15.

do mercado capitalista em diferentes momentos, anteriores a essa passagem do subcapitalismo e do capitalismo dependente para formas de capitalismo integrado”<sup>93</sup>.

No conjunto de variadas gradações possíveis, em termos de estrutura e dinâmica, em que esses processos de desenvolvimento econômico e social vão ocorrendo, destacam-se, grosso modo, duas alternativas históricas: a consolidação de um capitalismo independente ou do padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Nessa diferenciação no processo de absorção do capitalismo pelas sociedades subdesenvolvidas, Florestan expõe um rol de processos que situam-se a caminho do rompimento da condição heteronômica dessas sociedades nacionais:

Se a emancipação política corresponder a alguma automatização real e definitiva do controle interno do excedente econômico, gerado pelo setor exportador e pelo crescimento do mercado interno; se os recursos naturais existentes, o comércio e, eventualmente, a indústria e os bancos puderem ser explorados por firmas autóctones ou, se forem estrangeiras, com larga participação de dirigentes locais e em associação com capitais nativos; se o volume da população for suficientemente [ou potencialmente] grande, para atingir uma escala de uma dezena ou mais de milhões de habitantes e para aumentar com certa intensidade constante e em aceleração. Suscetível de fazer face a alterações súbitas da divisão do trabalho social e a alimentar fortes processos de deslocamento espacial e de concentração demográfica; se as perspectivas de urbanização relativamente acelerada fomentarem a difusão de novos padrões de vida, de trabalho e de consumo, estimulando a diferenciação da produção interna e a paulatina constituição de um mercado interno, diferenciado do mercado externo e mais ou menos independente de seus controles diretos; se as camadas dominantes nativas e suas elites dirigentes utilizarem o Estado nacional e seus meios de dominação política para transformar a expansão interna do capitalismo em fator de integração da economia nacional – a absorção de técnicas, instituições e valores capitalistas impõe-se, de maneira espontânea, como uma alternativa economicamente viável, politicamente desejável e socialmente construtiva<sup>94</sup>.

Há de se notar oscilações, entre superestimação e subestimação, no que se refere tanto ao papel da “acumulação originária” para o pólo econômico urbano-comercial, assim como também na abordagem do “campo” como “núcleo da vida social ‘civilizada’”<sup>95</sup>. Florestan Fernandes indica que para que sejam realisticamente compreendidas as discussões sobre os fatores “rurais” e “urbanos”, apesar de contarem com uma “rede própria e específica de causa e efeito”, torna-se necessário tratá-los como

<sup>93</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 20.

<sup>94</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 21-2.

<sup>95</sup> Florestan Fernandes, “Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil”, *In: “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p.178.

fatores derivados e secundários<sup>96</sup>. Isto porque, tais fatores precisam ser observados e interpretados, a partir de estruturas e dinamismos inclusivos “que condicionam e determinam, inclusive, os ritmos históricos do aparecimento dos processos comunitários ou societários especificamente rurais ou urbanos”, assim como também “os limites dentro dos quais eles chegam a desencadear os grandes processos histórico-sociais, a que se ligam”<sup>97</sup>.

Outro importante destaque, fundamentalmente em termos históricos e metodológicos, diz respeito à (im)precisão na abordagem do capitalismo como realidade histórico-social no Brasil. Florestan identifica como recorrente uma abordagem “elástica” da noção de capitalismo, equivocada ao seu juízo, segundo a qual o capitalismo, como modo e sistema de produção, já estava “incubado” na formação social brasileira desde o antigo sistema colonial. Para Florestan Fernandes, o capitalismo, como sistema e modo de produção, é uma “manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social do Brasil”<sup>98</sup>. Para o autor, no período colonial, o capitalismo se fazia presente no nível da “mercantilização dos produtos tropicais” e “só se expandiu, realmente, graças a desintegração do sistema de produção escravista”. Acrescenta ainda que, quando da desintegração da ordem escravista, “o capitalismo como modo e sistema de produção irradiou-se da cidade para o campo, através da expansão de uma economia de mercado moderna”, responsável por conduzir a “transformação do trabalho em mercadoria” assim como também a “universalização do trabalho livre”, da “relação social pressuposta pela reprodução da mais-valia relativa”<sup>99</sup>.

Os fatores “rural” e “urbano” ligam-se, na compreensão sociológica de Florestan Fernandes contida em sua discussão sobre o Capitalismo Agrário, à discussão da heteronomia. A interação entre o rural e o urbano nos processos de mudança social e revolucionamento da sociedade brasileira é considerada no sentido em que a economia agrária, de diversos modos e em diferentes momentos, “sempre operou como matriz ou como suporte de dinamismos econômicos, sociais e políticos que alteraram (...) a organização da sociedade brasileira”. A heteronomia é compreendida como elo causal

<sup>96</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 179.

<sup>97</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>98</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 180.

<sup>99</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

entre a efetividade e presença dos referidos dinamismos econômicos, sociais e políticos e a ausência de “vitalidade para reter e reelaborar *autonomamente* tais dinamismos”. Assim, para Florestan “o desenvolvimento do capitalismo [no Brasil] ainda se acha no estágio de *satelitização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária*”<sup>100</sup>.

Parece-nos necessário e fundamental observar e avaliar a atualidade desse argumento, na medida em que toca em uma questão intimamente relacionada ao papel que cumpre hoje à “economia agrária” no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O modelo primário exportador especializado em *commodities* cumpre uma função central no capitalismo brasileiro. A especialização regressiva, profundamente destrutiva e que vai no sentido contrário ao desenvolvimento econômico auto-propelido e auto-sustentado, parece gerar um impacto para além dos aspectos econômicos e políticos. A crise humanitária na qual estão imersos os Guarani-Kaiowá é indicativa nesse sentido. Retirada de seus territórios tradicionais, superexploração da força de trabalho indígena, um processo de aldeamento forçado e destruição dos modos de vida originários autossuficientes exemplificam o alcance dos impactos gerados pelo “padrão agrário” de desenvolvimento capitalista.

Se por um lado, Florestan compreende que os “estratos possuidores rurais” gozam de um “privilegiamento relativo”, dado o fato de que, para o autor, o “monopólio da mudança social (e de seus efeitos construtivos)” estaria atribuído aos estratos possuidores e ao desenvolvimento urbano, por outro, as “massas despossuídas rurais”, inexoravelmente sob o pauperismo e a marginalização. Florestan Fernandes atribui a esse nível de análise do capitalismo agrário brasileiro a possibilidade de desvendamento das “iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira, uma moeda que destrói, inexoravelmente, os agentes humanos de sua força de trabalho”<sup>101</sup>.

De um ponto de vista fundado na análise de conjunto do capitalismo agrário brasileiro, Florestan Fernandes compreende que uma distinção substantiva, entre as economias centrais e hegemônicas daquelas periféricas e heterônomas consiste no fato de serem estas “caudatárias” daquelas primeiras. Essa diferença implica que aquilo que “se concretiza como liberdade efetiva, no plano da ação e do pensamento reais, é a negação

<sup>100</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>101</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 180-1.



da própria liberdade do agente econômico (mesmo que ele seja um agente econômico privilegiado)”<sup>102</sup>. A heteronomia condiciona em grande medida os limites à liberdade, seja no período de vínculo colonial, neocolonial ou de dependência. Nesse sentido,

Ao afirmar-se ou ao afirmar seus próprios interesses, o agente econômico realiza as condições que são necessárias à reprodução dos vínculos de heteronomia econômica e acaba tornando-se instrumental para a afirmação dos interesses e da vontade do agente econômico que detém o controle direto ou indireto da relação econômica colonial, neocolonial ou de dependência. Ele conta com uma margem de auto-realização, dentro da qual concretiza seus fins econômicos. Mas, essa margem é limitada, porque se define como uma condição para que se reproduza a relação econômica colonial, neocolonial ou de dependência<sup>103</sup>.

Como consequência dessa análise, Florestan, radicalizando a concepção sobre os agentes econômicos em sociedades heteronômicas, argumenta que os agentes econômicos, também os privilegiados, só podem afirmar seus interesses e “lograr êxito” quanto aos seus fins na medida em que vinculam-se aos agentes econômicos hegemônicos, que os “transcendem e submetem”<sup>104</sup>.

Em seu desenvolvimento histórico, a economia agrária brasileira mostrou-se como sendo “a parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição de heteronomia”<sup>105</sup>. Na esteira dessa condição, apesar de a economia agrária ter alcançado patamares consistentes de especializações na medida em que a evolução interna do capitalismo se consolidava (comercial e industrialmente, ainda na integração de ambos, “tendências persistentes de modernização tecnológica), não havia ultrapassado a contenção operada por “um mercado interno que redefiniu ‘para dentro’ o mesmo tipo de vinculação que ela [economia agrária brasileira] experimentara ‘para fora’”<sup>106</sup>. Florestan Fernandes trabalha com a tese de que o aparecimento, fortificação e ampliação de “uma economia especificamente capitalista, nos marcos do desenvolvimento econômico brasileiro, não foi suficiente para imprimir à economia agrária brasileira maior autonomia”<sup>107</sup>.

<sup>102</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 182.

<sup>103</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>104</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 183.

<sup>105</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>106</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>107</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

A economia agrária brasileira não era nutrida de possibilidades de alteração substantiva de suas estruturas e dinamismos. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que os “custos” da metropolização de grandes cidades e correlata industrialização do eixo Rio de Janeiro-São Paulo exigiu uma vasta retaguarda econômica. Tendo em vista que se trata de uma economia capitalista dependente, os limites ao desenvolvimento urbano-comercial e urbano-industrial bloqueavam o estabelecimento de “efeitos circulares compensadores”<sup>108</sup>. Assim, via-se que o “crescimento dos polos ‘modernos’ (...) passaram a depender, *de forma permanente*, da captação de excedentes da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no ‘campo’”<sup>109</sup>. Com o estabelecimento do desenvolvimento dos setores “urbanos”, a economia agrária brasileira fora convertida (nos termos de um “mal necessário”<sup>110</sup>) em “bomba de sucção”, na qual maior parte riqueza produzida nesse setor era transferida para sustentar o desenvolvimento de setores outros, inviabilizando, inclusive, o aproveitamento de suas próprias potencialidades.

Nesse padrão de articulação econômica, compreendida por Florestan como “*dependência dentro da dependência*”<sup>111</sup>, apesar do privilegio dos setores externos ao “campo” em virtude da drenagem da riqueza aí produzida, os agentes privilegiados rurais, enquanto empresários rurais, por meio de “comportamentos econômicos autodefensivos e autocompensadores”, guardam interesses [mercantis] comuns aos empresários urbanos. Esses interesses do empresariado rural derivam fundamentalmente da apropriação que eles também realizam do excedente econômico gerado e da reinserção desse excedente no seio da economia urbana (periféricas ou centrais).

Seja pelas mãos dos empresários urbanos ou rurais, “a empresa rural também preenche a função de ser um meio para outros fins sociais e políticos”, sendo montada para gerar “crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural externo”<sup>112</sup>. Nesse ponto da análise, Florestan Fernandes lança mão de um argumento, fundado na perspectiva da autonomização do desenvolvimento capitalista no Brasil, segundo o qual

<sup>108</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 184.

<sup>109</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem, grifos nossos*.

<sup>110</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 186.

<sup>111</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 185.

<sup>112</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

já seria “um progresso para economia global quando essas funções são canalizadas para dentro do país, deixando de ser absorvidas por completo pelas nações hegemônicas”<sup>113</sup>.

A drenagem do excedente econômico para fora, na direção da “grande cidade” ou do “mercado externo”, com a conseqüente atrofia do padrão de desenvolvimento capitalista da economia agrária, não o perturba [empresário rural]. O que poderia perturba-lo seria a interrupção do processo, que o exporia ao risco de perder as bases materiais de sua própria posição como agente econômico privilegiado, privando-o das “condições ótimas” de acumulação pessoal de excedente econômico<sup>114</sup>.

Na acepção florestaniana sobre o capitalismo agrário brasileiro, o setor agrário da economia cumpre o papel de “mais sólido bastião interno do capitalismo dependente”<sup>115</sup>. Isto porque, para agentes econômicos rurais privilegiados operar com “motivações econômicas puramente capitalistas”, fomentar a expansão do capitalismo como realidade interna, grosso modo, buscar a “autonomização do desenvolvimento econômico, sociocultural e político” do capitalismo é gerar impasses e dificuldades para sua própria reprodução enquanto agentes privilegiados. Florestan anota que com o “esvaziamento do capitalismo agrário” sob capitalismo dependente, ficam condenadas a revolução agrícola e a revolução nacional e neutralizada a revolução burguesa<sup>116</sup>. Além do mais, há um outro “traço” que diz respeito ao elemento político.

As políticas econômicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento da economia agrária são de natureza “estreita”, e restringem-se ao âmbito da “ação direta dos empresários e de suas associações de ‘classe’” ou mesmo no da “intervenção estatal induzida pelos interesses empresariais”<sup>117</sup>. Tais políticas voltam-se “não para as condições de aceleração da produção capitalista na economia agrária e de sua rápida absorção pelo mercado interno”, mas, sistematicamente, para a “mercantilização dos produtos”<sup>118</sup>. Para Florestan, tais políticas econômicas, implícitas ou explícitas,

<sup>113</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>114</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 186.

<sup>115</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>116</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem.*

<sup>117</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 186-7.

<sup>118</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 187.

reproduziam-se junto a três tendências “persistentes de solapamento dos dinamismos capitalistas da economia agrária”<sup>119</sup>.

Uma primeira tendência, seria o bloqueio à transformação estrutural da própria economia agrária, articulada em dois processos concomitantes: a) prevalência da dissociação entre as formas de produção (capitalistas, pré-capitalistas ou subcapitalistas) e formas de comercialização (propriamente capitalistas, objeto de interesse dos agentes econômicos privilegiados, detentores do “controle dos processos econômicos no campo”) dos produtos agrários, ainda que com a progressiva penetração do capitalismo no campo; b) “hegemonia do pólo econômico urbano-comercial e urbano industrial”, traduzida na “persistente intensificação do desenvolvimento capitalista nas cidades”, que implica não só bloqueio/frenagem do desenvolvimento da economia agrária, mas também da integração da economia capitalista em escala nacional (“o volume e as potencialidades do mercado interno são tão negligenciadas quanto as formas genuinamente capitalistas de produção agrária”<sup>120</sup>).

A segunda, trata-se da reprodução, na economia agrária, de formas pré ou subcapitalistas de exploração do trabalho, “projetando as relações de trabalho para fora do mercado interno ou deprimindo severamente o valor do trabalho assalariado, frequentemente tratado como trabalho semilivre”<sup>121</sup>. Para Florestan, trata-se de uma resistência sistemática à extensão do mercado interno “sequer às principais relações de trabalho da economia agrária”, podendo tal acesso ao mercado interno como um fator “irresistível de transformação estrutural da economia agrária, *dentro de padrões puramente capitalistas*”<sup>122</sup>.

Por fim, uma terceira: o “atrofiamento crônico da intensidade do desenvolvimento capitalista no campo”<sup>123</sup>. Essa tese deriva da associação das tendências anteriores (“mercantilização dos produtos agrários” e “preferência por formas pré ou subcapitalistas de exploração do trabalho na economia agrária”). Para Florestan, a “abundância relativa de terras mais ou menos férteis, a facilidade de usos econômicos alternativos dos recursos

<sup>119</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>120</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>121</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>122</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 188, *grifos nossos*.

<sup>123</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

naturais, a pressão de populações volumosas em busca de mera subsistência através do trabalho”, associados ao “padrão de articulação dos dois pólos internos de uma economia capitalista dependente”, são fatores que imperam na restrição pelo subdesenvolvimento dos “interesses dos agentes econômicos privilegiados” por “formas de produção agrária puramente capitalistas”<sup>124</sup>. Tal restrição tem razão de ser do ponto de vista desses agentes privilegiados, na medida em que o fomento ao desenvolvimento de formas propriamente capitalistas de desenvolvimento da economia agrícola, poderia gerar um revolucionamento desse pólo econômico.

A Revolução Burguesa, processo que se vincula às transformações capitalistas, em termos gerais, é compreendida pelo autor como “conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas” que são realizadas quando do clímax da evolução industrial no interior do desenvolvimento capitalista<sup>125</sup>. Florestan destaca porém a dificuldade de se precisar “o ponto de partida” e “o ponto de chegada”. Este último dar-se-ia quando a revolução burguesa atinge um “patamar histórico irreversível”, também quando da consolidação tanto do *poder burguês* quanto da *dominação burguesa*.

Em termos históricos, na transição do Império para a República no Brasil, ocorre uma “recomposição das estruturas de poder” (ainda sob hegemonia oligárquica), que marca o “início da modernidade” no Brasil e separa o *antigo regime* da *sociedade de classes*, ainda que tal separação tenha sido operada de forma desigual no encadeamento interno das transformações àquelas vinculadas ao “império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro”<sup>126</sup>. Assim, “ilhas burguesas” se justapõem e definem seus interesses comuns no *comércio*. De modo particular, “nossa burguesia converge para o Estado” e se unifica no *plano político*, pressionando o Estado no sentido do atendimento de seus “fins particulares”. Dessa forma, a base de poder da oligarquia manteve-se preservada. A aristocracia agrária “encontrou condições ideais para enfrentar

<sup>124</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 188.

<sup>125</sup> Florestan Fernandes, “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente”, terceira parte de “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”, São Paulo: Globo, 2005, p.239.

<sup>126</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 240.

a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível”<sup>127</sup>.

Nesse contexto, o papel que a burguesia acabou por cumprir não foi o de “paladina da civilização” ou de “instrumento da modernidade”, conforme argumenta Florestan. Sua intervenção conformou-se no sentido de, em sua composição com as oligarquias agrárias, buscar mobilizar, em conjunto com e sob hegemonia destas oligarquias, o maior âmage possível de vantagens para si que lhes fosse possível. O sentido dessa articulação se deu na direção de “amortecer a mudança social espontânea” e de operar a frenagem de um processo de “modernização impetuoso”<sup>128</sup>. Para Florestan, mesmo na existência de conflitos entre burguesia e oligarquia, eles se dão de maneira circunscrita ao alcance de seus “interesses particularistas”, permitindo “fácil acomodação” aos conflitos. Assim, tal burguesia, de natureza sociocultural e política reacionária e ultraconservadora, não deixou de reproduzir, querendo ou não, o “mandonismo oligárquico”<sup>129</sup>.

A burguesia em questão, “dotada de *moderado* espírito modernizador”, tendia a confinar a modernização em termos estritamente econômicos<sup>130</sup>. Quando a modernização transcendia essa dimensão da vida social, ela se dava como meio, e não como finalidade, mesmo quando tal “impulso modernizador” se dava sob forte influência externa. Quando desta, ocorria uma convergência de interesses burgueses emanados tanto de dentro quanto de fora do país, convergência à qual amortecia esse impulso e tendia a anulá-lo, antes que ele se espraiasse por todo o tecido social e opera-se como fermento de algum tipo de revolução nacional. Assim, havia uma permanente busca pela estabilidade política e econômica, implicando a ocorrência de uma associação da dominação burguesa a “procedimentos *autocráticos*, herdados do passado e improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos”<sup>131</sup>.

Florestan Fernandes destaca dois elementos que, segundo ele, são fundamentais à “interpretação sociológica da evolução da dominação burguesa”: (1) o primeiro deles diz respeito a um “acordo tácito” entre as “elites das classes dominantes” para a manutenção

<sup>127</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>128</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 241.

<sup>129</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>130</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 242, *grifos nossos*.

<sup>131</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 243, *grifos nossos*.

e reforço do “caráter autocrático da dominação burguesa”, mesmo quando tal característica entrasse em conflito com requisitos formais da ordem democrática e com valores ideais dos grupos liberais e/ou republicanos; (2) um outro elemento é a progressiva emergência de “uma efetiva oposição dentro da ordem e a partir de cima”, em concomitância à viabilização histórica do surgimento de uma “oposição contra a ordem”, contra “o regime de classes” e emanado de “baixo para cima”. A partir da conciliação entre as elites das classes dominantes, de modo a preservar seus interesses comuns, vê-se como menos desvantajosa a acomodação aquela primeira oposição e recruta-se, em uma reação de larga duração, as “reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação” para combater e solapar qualquer movimento das massas populares na consolidação daquela “oposição contra a ordem”<sup>132</sup>. Mandonismo, paternalismo, ritualismo eleitoral e manipulação dos movimentos populares constam entre os recursos utilizados no solapamento dos movimentos políticos de natureza popular<sup>133</sup>.

Para o autor, aquele segundo elemento, o do surgimento de uma “efetiva oposição dentro da ordem e a partir de cima” e de sua “doma” demanda maior relevo, pois é “nesse entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações” que conformam-se as bases da “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil”<sup>134</sup>. De acordo com Florestan, é a oligarquia, seja ela agrária ou moderna, quem “plasma a mentalidade burguesa” e determina o “próprio padrão de dominação burguesa”. Conseguiu isso fazendo cessão ao “radicalismo dos setores intermediários e à insatisfação dos círculos industriais”. Além disso, as oligarquias não só preservaram seus interesses materiais como também transferiram aos parceiros “seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo”<sup>135</sup>.

Postos esses elementos de prevalência das oligarquias, são exatamente esses grupos que operam como o “pião da transição para o ‘Brasil Moderno’”<sup>136</sup>. Florestan Fernandes compreende que o argumento de que existiu um conflito de vida e morte entre

<sup>132</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 244.

<sup>133</sup> Florestan Fernandes, *op. cit., idem.*

<sup>134</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 245, *grifos nossos.*

<sup>135</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 246.

<sup>136</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 247.

a burguesia em ascensão e a aristocracia agrária é falso, na medida em que os engenhos, as fazendas e as estâncias pré-capitalistas se assentavam sobre fundamento comercial, o que proporcionou às elites agrárias uma inserção no centro da transformação capitalista no Brasil<sup>137</sup>. Há uma fusão do “velho” com o “novo”. As condições para o desenvolvimento da moderna acumulação capitalista se deram sobre as bases preservadas das fontes de acumulação originária, “herdadas da Colônia e do período neocolonial”<sup>138</sup>. E a centralidade dessas oligarquias na consolidação da dominação burguesa se deu de tal forma porque somente elas podiam oferecer “aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas, a *maior segurança possível*” na viragem do mundo pré-capitalista para o “mundo capitalista”<sup>139</sup>.

Nesse padrão de dominação burguesa, dirigido pelas oligarquias as quais controlam as fontes de acumulação originária, o inimigo comum das referidas elites, que outrora eram os escravos, agora, com a transição para a modernização capitalista, tal inimigo passa a ser o “assalariado ou semiassalariado do campo e da cidade”<sup>140</sup>. A definição desse inimigo comum operou como mecanismo de preservação tanto daquelas fontes de acumulação pré-capitalistas, que mantiveram a dinamização do “persistente esquema neocolonial de exportação-importação” e que lançaram as bases para o desenvolvimento interno do capitalismo competitivo, quanto “o modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista”<sup>141</sup>.

É no sentido dessas conformações que Florestan Fernandes argumenta ser a democracia burguesa que aqui se coloca uma “‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa”<sup>142</sup>. O caráter profundamente autodefensivo do poder burguês e dominação burguesa estabelecem as raízes e o sentido político da intolerância.

<sup>137</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 246.

<sup>138</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 247.

<sup>139</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem, grifos nossos*.

<sup>140</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>141</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>142</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 249.



Aprofundando-se na discussão sobre a caracterização da dominação burguesa, Florestan apresenta dois elementos que, para ele, são problemas básicos para a questão. Um primeiro é o fato de que “não existe uma burguesia débil”<sup>143</sup>, o que de fato ocorre é que existem outras classes (ou setores de classe) que tendem a tornar a “dominação burguesa mais ou menos vulnerável”. Florestan Fernandes compreende que a própria configuração histórica da dominação burguesa assim como o grau de intervenção que as oligarquias (velhas e novas) ocupam nessa dominação “converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária”<sup>144</sup>. Um segundo aspecto destacado pelo autor diz respeito ao fato de que a restrição do campo de atuação histórica e o fechamento do espaço político a mudanças sociais construtivas da burguesia *não* implica que a Revolução Burguesa torna-se inviável.

Na articulação desses dois problemas emerge uma questão central: o *capitalismo dependente* é fundamentalmente um *capitalismo difícil*, no qual a atuação histórica da burguesia circunscreve-se estritamente à *transformação capitalista*, não podendo transcender a esta<sup>145</sup>. As burguesias, sob capitalismo dependente, são incapazes de conduzir processos de “revolução nacional e democrática”. Nesses termos, sob essa via de desenvolvimento capitalista, o capitalismo dependente, a Revolução Burguesa, apesar de difícil, “é igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa”<sup>146</sup>.

A transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista no Brasil é marcada por uma “crise do poder burguês”<sup>147</sup>. A superação dessa crise teve amplo grau de influência dos “dinamismos da economia capitalista mundial”<sup>148</sup>. Fator determinante nesse processo de transição é “o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil”. Tal avanço relativo diz respeito à “absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista”<sup>149</sup>. Esses

<sup>143</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 250.

<sup>144</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

<sup>145</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 251.

<sup>146</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem, grifos nossos*.

<sup>147</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 252.

<sup>148</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 253.

<sup>149</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.,idem*.

elementos abriram, para a burguesia brasileira oportunidades decisivas para sua afirmação no bloco de poder burguês mediante a edificação de “seus laços de *associação com o imperialismo*”.

A superação dessa crise do poder burguês foi consolidada mediante uma “contrarrevolução autodefensiva”<sup>150</sup>. Os “setores dominantes das classes alta e média” que se aglutinaram em torno dessa contrarrevolução asseguraram as condições materiais e políticas para consolidar “a penosa fase de modernização tecnológica, aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava”<sup>151</sup>. Desse modo, a burguesia pode:

1º) estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2.º) reprimir, pela violência ou pela intimidação qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma ‘revolução democrático-burguesa’); 3.º) transformar o Estado em instrumento de poder exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político<sup>152</sup>.

Como se viu, tais ganhos se deram a partir da reação das elites àquela crise do poder burguês. No interior desse quadro crítico, Florestan destaca que “a burguesia viu-se sob tripla pressão”: (1) uma de origem externa, das “estruturas e dinamismos do capitalismo monopolista mundial”, que impunha que no Brasil se dispusesse de condições precisas para “desenvolvimento com segurança”, conferindo garantias reais ao “capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento”; (2) outra, proveniente do proletariado e das massas populares que força a burguesia à adesão de um “novo pacto social”, o que implicava, não um rompimento com o regime, mas uma transformação situada “nos limites da ‘revolução dentro da ordem’”; e (3) uma terceira que diz respeito às “proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica”. Mesmo sendo tal intervenção, tanto em qualidade quanto em grau de intensidade, uma exigência sem a qual não seria possível a consolidação e o desenvolvimento do capitalismo dependente e subdesenvolvido, a enorme presença das empresas estatais inquietava política e economicamente a iniciativa privada. Todas essas três pressões,

<sup>150</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 255.

<sup>151</sup> Florestan Fernandes, *op. cit., idem*.

<sup>152</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 255.

segundo Florestan, afetaram grandemente os “círculos conservadores influentes”: a externa, gerando enorme animosidade, e as duas internas, gerando profunda inquietação<sup>153</sup>.

Todo esse quadro fez com que, “pela primeira vez na história do país”: (1) a dominação burguesa mostrou-se plenamente tal qual é, “evidenciando as forças sociais que a compõem e como ela própria funciona”, e (2) ela “se manifestou de modo coletivo”, mediante uma composição mais heterogênea, diferente àquela composição monolítica de outrora<sup>154</sup>.

Do ponto de vista de um novo patamar dessa composição da dominação burguesa, consta que “a expansão do capitalismo monopolista *não* se produziu, especificamente, como puro efeito do desenvolvimento capitalista espontâneo”<sup>155</sup>. A superação da crise do poder burguês e a consolidação da dominação burguesa, esta última colocada a nu pela nitidez com a qual a “revolução de cima para baixo” se desenhava, operaram de modo tal que “a reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado” balizaram a recuperação e normalização do padrão de dominação burguesa em questão<sup>156</sup>. Longe de romper as relações de dependência, tal processo de transição para o capitalismo monopolista implicou a “reorganização do padrão de dominação externa” e colocou o capitalismo monopolista brasileiro diante de uma “nova forma de submissão ao imperialismo”<sup>157</sup>.

Apesar de a burguesia, no caso brasileiro, ter sido moldada sob o capitalismo competitivo, ela atingiu sua maturidade e sua “plenitude de poder” com a “irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as condições de “recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento”<sup>158</sup>. Nesse sentido, o caráter profundamente *autocrático* da dominação burguesa no Brasil apurou-se e intensificou-se, dada a impotência da dominação burguesa em “conciliar o

<sup>153</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 254.

<sup>154</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 255-6.

<sup>155</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 257, *grifos nossos*.

<sup>156</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 257-8.

<sup>157</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

<sup>158</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 258.

modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática”. Para Florestan Fernandes, o que também está em questão na interpretação histórico-sociológica da via pela qual o desenvolvimento capitalista ocorreu no Brasil é que tal padrão de desenvolvimento “contém o futuro de outros países, que pertençam à periferia do capitalismo mundial e não possam encaminhar-se diretamente para o socialismo”<sup>159</sup>.

Estabelecidos alguns elementos para uma primeira aproximação ao conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes, deter-nos-emos nos próximos capítulos a uma análise mais sistemática de cada um dos textos escolhidos. Cada texto pressupõe toda uma sorte de diálogos dos quais Florestan participou. Tais diálogos serão abordados em cada capítulo, tendo em vista a enormidade de interlocutores que teve o sociólogo e a importância que essa interlocução parece ter para a formação de sua análise sobre o capitalismo dependente no Brasil, assim como também o impacto que essa análise teve para o debate sobre os rumos dessa sociedade.

<sup>159</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 259.

## **CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE CAPITALISMO DEPENDENTE COMO SÍNTESE TEÓRICA**

*A civilização ocidental não se espalhou como as águas de um rio que transborda.*

Florestan Fernandes.

Esse capítulo é dedicado a uma abordagem focalizada de um momento da obra de Florestan Fernandes. Aqui, buscaremos compreender, em linhas gerais, a maneira pela qual o autor desenvolve o conceito de capitalismo dependente. Inicialmente, abordamos a partir de quais condições históricas ele elabora suas formulações, como elas estão situadas no conjunto de sua obra e quais os diálogos inscritos em sua teorização do conceito de capitalismo dependente. Em seguida, daremos ênfase a determinadas interpretações de Florestan a respeito de temas que se ligam na teorização do conceito de capitalismo dependente, buscando reconstituir como as concepções de “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” e de “interrupção das revoluções” se conectam à teorização e conceito de capitalismo dependente. Por fim, apresentamos uma avaliação de como o conceito é trabalhado na obra.

Quanto a focalização do conceito nos textos selecionados, como mencionado anteriormente, buscaremos identificar: 1) o fio-condutor das análises florestanianas e como o autor situa o conceito aqui priorizado na abordagem que ele desenvolve sobre as temáticas as quais os textos se direcionam; 2) como a concepção de capitalismo dependente se articula às formulações precedentes; e 3) quais reflexões e de que modo elas colocam novas questões à formulação do conceito de capitalismo dependente e à interpretação do modelo autocrático-burguês e do fenômeno das “revoluções interrompidas”, na medida em que Florestan desenvolve a problemática.

### **2.1. “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” (1967)**

Pode-se encontrar um primeiro esforço mais robusto para formular uma explicação da natureza, das estruturas, dos dinamismos e dos ritmos do desenvolvimento do capitalismo dependente em “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”. Esse texto diz respeito a um trabalho apresentado por Florestan Fernandes em uma conferência em Münster, à época na Alemanha Ocidental, dedicada ao enfrentamento do tema “Problemas das Sociedades em Desenvolvimento Industrial”.

O problema central ao qual Florestan Fernandes dedicara sua apreciação do tema do subdesenvolvimento em uma sociedade nacional periférica e heteronômica, diz respeito, de maneira geral, a entender de quais condições, se é que existiam, essas sociedades nacionais dispunham para ultrapassar a condição de subdesenvolvimento. Tornar-se-ia necessário considerar: 1) que a sociedade nacional brasileira deriva da “expansão do mundo ocidental”<sup>160</sup> e que, daí resultou que “a colonização do Brasil” coincidiria com a “crise do mundo medieval na Europa e com a elaboração concomitante das formas sociais que floresciam sobre seus escombros”<sup>161</sup>, mas que o “empreendimento colonial” não acarretava uma “transplantação dessas formas sociais em elaboração, com suas tendências históricas características”<sup>162</sup>; 2) a implicação de que o ingresso da sociedade brasileira em formação no “mercado mundial” estabeleceu que o Estado nacional, assim como outros requisitos históricos relacionados à sociedade ocidental emergente, foram formados “*ex abrupto*”, sem que o antigo sistema colonial houvesse passado por uma desagregação, resultando no fato de que a vinculação ao *neocolonialismo* operou uma mudança na organização da apropriação do excedente econômico, consolidando um colonialismo indireto pela independência política e dependência econômica<sup>163</sup>; e terceiro, que a sociedade nacional que estava sendo formada era politicamente independente, mas uma Nação economicamente dependente, tendo em vista que a modernização apenas disfarçara e matizara “os novos laços de dependência colonial”, mas que, apesar disso, tratar-se-ia do fato de que a história “no mundo colonial”, “passara a ser feita e contada em função da capacidade de lidar com o capitalismo como uma realidade interna”<sup>164</sup>.

Florestan Fernandes considerava ser importante considerar, no tratamento do problema, que se compreendesse que foi exatamente a “estrutura agrária” das nações de origem colonial que forneciam a “base política e os fundamentos econômicos ou sociais para a absorção inicial do capitalismo (organizado em torno dos ‘negócios de exportação

<sup>160</sup> Florestan Fernandes, “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, *In*: Florestan Fernandes (1972), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.9.

<sup>161</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 10.

<sup>162</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 10.

<sup>163</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 10-1.

<sup>164</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 12.

e de importação’) e sua implantação definitiva como realidade histórica interna”<sup>165</sup>. Cumpriria considerar também que a modernização equivalia a uma “europeização” dos “níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes”, de modo a ajustar os “interesses socioeconômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo”<sup>166</sup>. Considerando que a formação das sociedades de classes não é a mesma e não tem os mesmos resultados, a depender das condições históricas específicas a partir das quais elas são desenvolvidas, aquilo que interessaria em termos interpretativos, reside na consideração de que os “homens reconstruíram essa civilização e por isso, escreveram através dela uma história econômica, social e cultural particularíssima, que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a dita civilização a partir de uma *condição colonial permanente*”, embora dotada de mutabilidade e instabilidade<sup>167</sup>. Ao referir-se a essa questão, Florestan Fernandes lança mão de uma nota de rodapé para buscar explicitar melhor aquilo que ele compreende por condição colonial permanente. Temos a impressão de ser esse um tema central na discussão do texto em tela.

A condição colonial permanente refere-se a natureza heteronômica da vinculação da sociedade nacional brasileira com os centros irradiadores da dominação externa. Um primeiro estágio dessa condição diria respeito a situação no Brasil, enquanto colônia, encontrava-se preso ao antigo sistema colonial, sob a órbita da dominação portuguesa. O momento posterior diria respeito à vinculação neocolonial com o imperialismo britânico. No estágio a partir do qual Florestan escrevera, essa condição colonial permanente assumira a forma de dependência, a partir da vinculação ao capitalismo monopolista e ao estágio de integração da economia internacional dele derivado. A redefinição da condição colonial permanente dar-se-ia, não em função de uma mudança da condição heteronômica, mas “a natureza do nexa de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de terminação do núcleo dominante”<sup>168</sup>. O que ficara implícito é que a compreensão das possibilidades de ultrapassagem da condição de subdesenvolvimento em uma

<sup>165</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 12.

<sup>166</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 13.

<sup>167</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 14.

<sup>168</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 14.

sociedade de classes periférica, implica, *necessariamente*, a compreensão dessa “condição colonial”, na medida em que ela seria *permanente*.

Antes de encarar frontalmente a questão da sociedade de classes sob o capitalismo dependente, Florestan escreveu um famoso excerto sobre “a explicação macrossociológica do subdesenvolvimento”, de modo apresentar como ele concebe a construção de um ferramental sociológico para a análise das sociedades de classes heteronômicas e subdesenvolvidas que ganham forma bem definida com o capitalismo dependente. Dele extrairemos suas conclusões teóricas que indicam sua compreensão sobre o capitalismo dependente, ainda que isso possa implicar numa defasagem em relação à apresentação de como ele compreendia as contribuições de Max Weber, Emile Durkheim e Karl Marx para a explicação da formação da sociedade de classes, das posições autônomas e heterônomas, e da constituição e diferenciação da ordem social competitiva<sup>169</sup>.

<sup>169</sup> “O balanço realizado [sobre as contribuições de Marx, Weber e Durkheim à explicação macrossociológica do subdesenvolvimento] comporta certas conclusões, que não devem ser subestimadas. Primeiro, dois modelos explicativos (o de Marx e o de Weber) conduzem a caracterizações que evidenciam, sociologicamente, que o grau de diferenciação e de integração do capitalismo, nas chamadas sociedades subdesenvolvidas, constitui uma função das relações de mercado ao nível mundial. Desse ângulo, o subdesenvolvimento explica-se, objetivamente, pelas condições de dependência ou de heteronomia econômica. Mercados e economias capitalistas, construídos para serem operados como satélites, organizam-se e evoluem segundo as regras e as possibilidades do capitalismo dependente. Assim, o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido a parti de dentro, mas gerado, condicionado e regulado a partir de fora, por fatores estruturais e de conjuntura do mercado mundial. Segundo, os três modelos [de Marx, Weber e Durkheim] suportam igualmente a conclusão de que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorveram os padrões de organização econômica, social e política da civilização ocidental moderna (ou seja, característicos do capitalismo, do regime de classes e da democracia representativa), mas segundo arranjos econômicos, sociais e políticos que refletem tanto a dupla polarização da ordem econômica nelas vigentes quanto os impactos inibidores da herança colonial. Por paradoxal que pareça, nesse plano os três modelos levam a evidências convergentes, pelas quais a ruptura do subdesenvolvimento se identifica com o repúdio ao capitalismo dependente e só pode desencadear-se, em condições econômicas internas ‘favoráveis’ ou ‘desfavoráveis’, a partir de dentro. Terceiro, os três modelos propõem os requisitos estruturais e dinâmicos de integração da economia capitalista, do regime de classes e da ordem legal-moral correspondente, que podem ser explorados de dois modos distintos no estudo sociológico das sociedades capitalistas subdesenvolvidas. De um lado, eles podem ser entendidos como critérios de reconhecimento sociológico do grau em que elas realizam (ou deixam de realizar) o modelo de integração típico do padrão de civilização vigente. Aproveitados dessa maneira, os requisitos indicam onde, como e por que tais sociedades incorporam o capitalismo, o regime de classes e a ordem social competitiva de forma peculiar (ou típica). De outro lado, eles podem ser representados como exigências mínimas da fruição auto-suficiente e autônoma do padrão de civilização vigente, servindo portanto como indicadores objetivos da existência (ou da inexistência) de condições estruturais e dinâmicas de superação (ou de manutenção) do estado de subdesenvolvimento. Nesse plano, eles definem o sentido histórico das opções coletivas de mudança social (ou de conservantismo cultural) e o modo pelo qual o desenvolvimento cai (ou deixa de cair), na esfera de consciência social e de atual social inconformista das classes em presença”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 45-7.



Uma primeira ideia básica a qual Florestan Fernandes recorrera nesse caminho é a de que a explicação sociológica do subdesenvolvimento e da heteronomia deve ser buscada, não em uma cadeia de fenômenos particularíssima, tampouco à luz dos “modelos originais”, mas nos próprios elementos que congregariam a explicação do desenvolvimento capitalista autônomo<sup>170</sup>. E a questão que se colocaria como nuclear a essa discussão tratar-se-ia de compreender “como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica”<sup>171</sup>. Segue que “o ponto central para a caracterização das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas está, naturalmente, no modo pelo qual os processos de estratificação social se vinculam com a ordem econômica”<sup>172</sup>.

Nessa perspectiva, a modernização poderia ou não cumprir um papel de pressão autonomizadora do desenvolvimento capitalista. Ela não ocorreria enquanto fossem mantidas ligações entre modernização e condição colonial, seja ela direta ou indireta, implicando, ao contrário, num agravamento nos vínculos heteronômicos<sup>173</sup>. A modernização poderia cumprir o referido papel de superação da situação heteronômica, se ela encontrasse as condições para absorver “técnicas, instituições e valores capitalistas”, impondo-se, “de maneira espontânea, como uma alternativa economicamente viável, politicamente desejável e socialmente construtiva”: caso a “emancipação política” correspondesse a uma “automatização real e definitiva do controle interno do excedente econômico”; se “os recursos naturais existentes” fossem explorados com decisiva participação e controle nativos; se o “volume da população for suficientemente grande”; se “as perspectivas de urbanização relativamente acelerada fomentarem a difusão de novos padrões de vida, de trabalho e de consumo”; se as “camadas dominantes nativas e suas elites dirigentes utilizarem o Estado nacional e seus meios de dominação política para transformar a expansão interna do capitalismo em fator de integração econômica nacional”<sup>174</sup>. Seria exatamente no enfrentamento desses requisitos que Florestan Fernandes enxergaria a viabilidade e formação de um capitalismo

<sup>170</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 15.

<sup>171</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 15.

<sup>172</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 20.

<sup>173</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 21.

<sup>174</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 21-2.

independente, ou a “fixação, a meio caminho, num regime social de produção capitalista dependente”<sup>175</sup>.

As estrutura e os dinamismos específicos de uma sociedade nacional situada no espectro do capitalismo dependente, articular-se-iam em torno de uma “economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada”<sup>176</sup>. A formatação específica dessa “economia de mercado capitalista” diria respeito a coexistência e simultaneidade nos papéis de uma “entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial”, além de ser uma “entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas” e como uma “entidade tributária”, no patamar “do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas”<sup>177</sup>. A partir dessa situação, configurar-se-iam dois “extremos”, que compartilham da posição heteronômica: de um lado, “uma economia de mercado capitalista que crescia com o excedente econômico transferido ou pilhado em economias coloniais”; em outro, uma “economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente”<sup>178</sup>. Poder-se-ia compreender também que essa vinculação heteronômica transcende a esfera da economia e da política e torna-se observável no fato de que elas, “independentemente do seu atraso ou avanço relativos, não possuem recursos materiais e humanos para inverter sua condição de focos de consumo da cultura, e dia a dia vêm aumentar a distância histórica”, que as afastaria seja

<sup>175</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 22. A “superação do capitalismo dependente e a implantação do capitalismo autossuficiente, numa sociedade subdesenvolvida, repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva, através da absorção dos padrões e princípios de organização capitalista do sistema econômico. Se ou enquanto a sociedade subdesenvolvida não possuir requisitos estruturais e dinâmicos para engendrar processos de autonomização econômica, sociocultural e política, ao nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva, ela ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente (qualquer que seja a fórmula empregada para disfarçar esse destino) ou terá de procurar no socialismo (qualquer que seja a via pela qual ele se desencadeie historicamente) as soluções para os dilemas socioeconômicos, sociais e políticos”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 23.

<sup>176</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 24.

<sup>177</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 24.

<sup>178</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 25.

dos núcleos irradiadores da heteronomia estrutural, seja da “própria autonomização cultural”<sup>179</sup>.

Na continuidade da abordagem que Florestan Fernandes realiza a respeito da relação entre sociedade de classes e subdesenvolvimento, na qual procurou caracterizar como funcionaria o regime de classes sobre em uma sociedade de classes sob o capitalismo dependente, ele lançou mão de alguns elementos próprios à caracterização de um regime de classes. Se até esse ponto de sua explicação ele buscou compreender certas tendências e elementos macroestruturais inerentes ao capitalismo dependente, deste ponto em diante tratar-se-ia de compreender de que modo “interesse de classe”<sup>180</sup>, “situação de classe”<sup>181</sup>, “classe social”<sup>182</sup>, “consciência de classe” e “atuação de classe”<sup>183</sup> comportar-se-iam a partir de determinadas “relações de produção” e “dinamismos de mercado”, no interior de um “sistema econômico” e de uma “ordem econômica” sob especificidade capitalista dependente. O sociólogo parte de duas constatações, para ele, fundamentais: o sistema econômico comportaria, coordenada e equilibradamente *subsistemas econômicos em “diferentes estágios de evolução econômica”*<sup>184</sup>; e a ordem econômica exprimiria o

<sup>179</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 48.

<sup>180</sup> “Essencialmente, o ‘interesse de classe’ diz respeito às condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade da posição ocupada e das vantagens dela decorrentes”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 58;

<sup>181</sup> “A ‘situação de classe’ define-se, por sua vez, através do grau de homogeneidade assegurado socialmente pela ordem econômica à fruição (ou ausência dela) de interesses análogos”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 58, *grifos nossos*.

<sup>182</sup> “A classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesses de classe e de situações de classe. Mas ela é, sobretudo, *um grupo social*, sujeito a variações de acordo com a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares etc. Por isso, a comunidade de interesses e de situação de classe não impede, antes condiciona uma relativa diferenciação social dos indivíduos, de acordo com o modo pelo qual podem valorizar socialmente, criando destinos sociais relativamente comuns suas probabilidades econômicas. Quando as classes surgem com esta conotação sociológica, elas são perceptíveis como realidade histórica aos próprios agentes e caem na esfera do consenso geral. Pode-se, pois, utilizar as elaborações perceptivas dos agentes humanos envolvidos, para caracterizá-las e descrevê-las”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 59, *grifos nossos*.

<sup>183</sup> “As características estruturais dos interesses de classes, das situações de classes e das próprias classes indicam, por si mesmas, que os conceitos de ‘consciência de classe’ e de ‘atuação de classe’ se tornam *invariavelmente ambíguos e equívocos* no contexto societário descritivo. As únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 61.

<sup>184</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 50, *grifos nossos*. Essa característica “é parte inelutável do capitalismo dependente: grande parte do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários, e a organização da produção, nesse setor, dificilmente poderia evoluir para formas especificamente capitalistas, sem elevar os custos a níveis demasiado altos. Além disso, a conjugação de

“conjunto de tendências que regulam as situações econômicas (ou algumas de suas fases) em *bases propriamente capitalistas*”<sup>185</sup>.

De acordo com o autor, seria importante dar maior ênfase ao significado da “articulação de estruturas econômicas heterogêneas no sistema econômico nacional”. Em suma, a função dessa articulação tratar-se-ia de uma utilização em um máximo rendimento possível, nas condições objetivas e das formas históricas das quais se dispunham, do “único fator constantemente abundante”: o trabalho. E a “persistência de formas econômicas arcaicas” não seria uma função secundária sob o capitalismo dependente. A partir da articulação dessas formas com outras – modernas ou ultramodernas – dar-se-ia o “‘cálculo capitalista’ do *agente econômico privilegiado*”. A unificação em termos capitalistas seria realizada no nível da comercialização e do “destino do excedente econômico”. Ao “agente econômico ‘mais arcaico’” restara o preenchimento de “funções econômicas que decorrem de sua posição no sistema econômico”, quais fossem: “elo entre mercado interno e mercado externo na captação do excedente econômico”; “alimentar uma pequena porção do mercado interno”; “elo entre o ‘setor arcaico’ e o ‘setor moderno’ do sistema econômico, transferindo para esse último parcelas substanciais do excedente econômico”<sup>186</sup>. De acordo com Florestan Fernandes, a natureza desse quadro não se alterou com a industrialização. Esse mecanismo foi ajustado às condições de uma industrialização intensiva, e o “ciclo industrial” passou a operar nesse “padrão de crescimento articulado de uma economia capitalista dependente”<sup>187</sup>.

No que diz respeito a regulação das situações econômicas, ou de algumas de suas fases, em bases propriamente capitalistas, a abordagem florestaniana da questão apresenta como “conclusão”: 1) não houvera uma “transformação do setor arcaico”, tendo em vista que esse processo dependia de “alterações no mercado mundial” e de um considerável crescimento econômico da produção e do consumo, qualitativa e quantitativamente

procura externa com técnicas de produção extensiva acarretou um padrão de crescimento econômico pouco flexível”, Florestan Fernandes, *op. cit., idem*.

<sup>185</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 50, *grifos nossos*.

<sup>186</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 52-3, *grifos nossos*.

<sup>187</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 54.

falando<sup>188</sup>; 2) a absorção de “modelos econômicos das nações capitalistas hegemônicas” não imprimiria uma autonomização do desenvolvimento econômico capitalista, o que torna patente o fato de a “ordem inerente ao sistema econômico de uma sociedade capitalista dependente” nascer do “ponto de inflexão” das vinculações entre ela e as “econômicas mais avançadas”. Ela se integra ao nível mais avançado e complexo dos mecanismos econômicos do mercado mundial<sup>189</sup>. Onde predominaram “formas arcaicas”, a ordem econômica capitalista absorveu, orientou e regulou “o comportamento dos agentes e fatores econômicos incorporados aos dinamismos no mercado mundial”<sup>190</sup>. Onde as “formas modernas” predominaram, *todos os fatores econômicos* tendiam a ser incluídos à “ordem inerente ao sistema econômico global”<sup>191</sup>.

A não classificação de todos os agentes econômicos em bases capitalistas, em virtude da persistência de formas pré, sub ou extra-capitalistas, implica que a “caracterização sociológica” do regime de classes deva levar em conta essa condição. A dificuldade residiria no fato de que nem todos esses agentes econômicos, mesmo alguns agentes com uma posição ativa no sistema de produção, não constituíram uma classe social. Nesse sentido, Florestan compreendia que “posseção de bens” e “não-posseção de bens”, como caracterização sociológica, adequar-se-ia melhor à realidade brasileira. Se, por um lado, *todos* os “possuidores de bens” conseguiram classificar-se a partir das relações de produção próprias à ordem econômica capitalista e, por isso mesmo, do mercado. Já no caso dos “não possuidores de bens”, essa classificação ocorrera somente com uma parte desse amplo e multiforme estrato social, que poderia ser dividido em “duas categorias”: uma, vinculada à “economia de subsistência” ou às “estruturas arcaicas” no sistema econômico; outra, que conseguira “assalariar-se”, somados aqueles em “vias de proletarização” ou que “proletarizaram-se”. Florestan compreendia que a primeira categoria não constituiria propriamente um “exército industrial de reserva”, mesmo considerando o fato de que nela teriam sido recrutados “candidatos à proletarização” nos períodos de “constituição e expansão da indústria”. “Ela forma, antes, o que se poderia chamar como os *condenados do sistema*, o setor humano marginal de sua ordem

<sup>188</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 55.

<sup>189</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 56.

<sup>190</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 56, *grifos nossos*.

<sup>191</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 56.

econômica”<sup>192</sup>. Desdobrando essa linha de raciocínio, o sociólogo compreendera que, por um lado, se os “possuidores de bens”, possuiriam “idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe”, por outro, entre os “não-possuidores de bens”, apenas os que vendem sua “força de trabalho como mercadoria”, dotar-se-iam dos mesmos interesses de classe e situações de classe. O segmento que não participa desse grupo “não chega a ter interesse de classe e situação de classe, como polarização positiva na ordem econômica capitalista”<sup>193</sup>.

Naquilo que diz respeito às classes sociais, Florestan partiu das “elaborações perceptivas dos agentes humanos envolvidos” no regime de classes para construir uma caracterização desse regime. A composição dos “possuidores de bens” se daria por “classes altas urbanas” (“industriais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais especializados em serviços administrativos ou de elevada qualificação etc.”) e “classes altas rurais” (uma “classe-estamento”, por incluir “interesses de classe” e “situações de classe” heterogêneas, onde situar-se-iam “grande e médio proprietário, o pequeno industrial, o comerciante atacadista, o gerente de banco, o padre, o juiz de direito, o delegado, os profissionais liberais, eventualmente os professores e assalariados de “colarinho e gravata” descendentes de famílias tradicionais das localidades”), as quais vincular-se-iam “solidariamente como uma burguesia”, e a “classe média urbana”, que não poderia propriamente ser chamada de pequena-burguesia, pois se aproximaria mais de uma “classe média da sociedade de massas” e propenderia à “perda de *status* e a proletarização”. Essa última, seria subdividida em dois estratos: um “estrato tradicional” (“funcionários públicos, o grosso dos profissionais liberais, professores, jornalistas, assalariados de colarinho e gravata, operários altamente qualificados”) e um “estrato moderno” (“nascido principalmente do ‘tope’ das grandes empresas”)<sup>194</sup>.

Quanto aos “não-possuidores de bens”, a caracterização sociológica nos termos da ordem social competitiva enfrentaria maiores dificuldades. Grosso modo, esse grupo social teria sido caracterizado como “povo”, que equivaleria à “gente pobre” ou os “que não tem eira nem beira”. Alterações ocorreram no interior desse grupo e em seu interior persistiu uma certa distinção entre “operariado” e “pobres”. Sendo pobre, em termos

<sup>192</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 57-8.

<sup>193</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 59.

<sup>194</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 59-60.

classificatórios, uma “noção ambígua”, pois poderia referir-se tanto às “populações dependentes urbanas”, quanto ao “Zé-ninguém da roça”. A palavra “operariado” perderia o “sentido societário identificador”, ao se considerar “os efeitos da qualificação profissional e do assalariamento concomitante de vários membros das famílias operárias sobre seus níveis de vida e seus destinos sociais”. Em virtude disso, Florestan preferiu distinguir, no interior dos “não-possuidores de bens” do setor urbano, uma “classe baixa urbana” (“assalariados das fábricas, empregados de lojas e escritórios com baixos rendimentos”) de uma “classe dependente urbana” (“setor indigente e flutuante das grandes cidades, com frequência vivendo em estado de pauperismo e anomia”). Já a categorização dos “não-possuidores de bens” das zonas rurais padeceria de uma dificuldade que diz respeito à não existência no Brasil de um “campesinato propriamente dito”, mas que, mesmo assim, a palavra “campesinato”, seria a que melhor identificaria esse segmento, apesar de ser uma “solução descritiva precária”<sup>195</sup>.

Em termos de “atuação de classe”, Florestan compreendeu que as classes sociais altas condicionariam seu destino social à “ordem econômica inerente ao capitalismo dependente”, tanto pela ausência de condições para que isso não ocorresse, quanto pela identificação com a ordem. Em relação às “formas de consciência e de atuação das classes médias”, o sociólogo identificou uma condicionalidade dos “interesses do capital (nacionais ou estrangeiros)” sobre esses estratos. Já as classes baixas urbanas, classes dependentes urbanas e o “campesinato”, sofreriam duramente os “efeitos perturbadores da maneira pela qual se objetivam, positiva ou negativamente, seus interesses e situações de classe na ordem inerente ao capitalismo dependente”<sup>196</sup>. A classe baixa urbana, apesar de não “metamorfosear-se em um equivalente da ‘vanguarda consciente do proletariado’” e de possuir uma identificação positiva com a ordem econômica vigente (pela situação privilegiada em relação aos demais estratos “não-possuidores de bens”), e diferentemente das classes altas e classes médias, não depende, para atingir seus interesses de classe e enquanto classe, “da associação econômica dependente”. Ela seria livre, como e enquanto classe, para se “identificar com os alvos mais profundos da autonomização econômica, social e política da sociedade nacional, os quais em vários pontos coincidem com a

<sup>195</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 60-1.

<sup>196</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 62-3.

realização de seu destino social como classe”<sup>197</sup>. Esse potencial de pressão no sentido da autonomização nacional, enredaria uma “propensão a fazer a ‘revolução dentro da ordem’ pelo desenvolvimento”, podendo este tipo de comportamento metamorfosear-se em “outros tipos de comportamentos inconformistas e por soluções verdadeiramente revolucionárias”<sup>198</sup>.

O caso da não existência de interesses e situações de classe específicos por parte da classe urbana dependente, diz respeito a um certo estado de anomia, em função de “inconsistências da própria ordem econômica” ou de “deficiências adaptativas dos indivíduos e grupos de indivíduos”. Florestan Fernandes argumenta que esse estrato social tenderia a assumir uma “polarização comparável à do campesinato”, que, por sua vez, teria definido em “sentido negativo seu interesse e situação de classe”, pois a ordem econômica encarregar-se-ia de excluí-lo parcial ou totalmente “dos mecanismos normais que poderiam valorizar seu destino social, por meio das relações de produção e do mercado”<sup>199</sup>. Desse ponto de vista, o campesinato apareceria como uma “classe social negada, que não tem nenhuma vinculação nem nenhum compromisso, de raízes estruturais, com a ordem econômica e o regime societário do capitalismo dependente”<sup>200</sup>. Apesar disso, Florestan negara a ideia de que, em virtude dessa negação do campesinato enquanto classe, este voltar-se-ia revolucionariamente contra a ordem porque as mesmas condições que engendraram a negação de seus interesses e situação de classe, negam-lhe também “qualquer meio de consciência e de atuação de classe, reduzindo-o, ao mesmo tempo, à maior miséria e à mais extrema impotência”. A partir daí, “bloqueado o caminho da rebelião, só lhe resta a saída de negação de si próprio, através da ordem econômica e do regime societário que produzem essa situação”<sup>201</sup>, e assim, a “conciliação” dos condenados do sistema com a ordem sócio econômica que os condenara, dar-se-ia pela realização de movimentos migratórios, de transferência para o setor urbano, “identificação positiva com a proletarização”, como ascensão e mesmo “superestimação

<sup>197</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 64.

<sup>198</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 64.

<sup>199</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 65.

<sup>200</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 66.

<sup>201</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 66.



do estilo de vida operário”<sup>202</sup>. O papel que cumpriria o regime de classes diante dessa diversidade de formas seria o de “dar origem a um mínimo de homogeneidade e de equidade na distribuição das probabilidades de valorizar no mercado ‘o poder de posseção de bens e de trabalho’”, condição a partir da qual tornar-se-ia possível “construir uma estratificação social de fundamentos *univocamente econômicos*”<sup>203</sup>.

Como o capitalismo dependente traz algumas condicionalidades que lhes seriam inerentes, sob essa especificidade capitalista o regime de classes cumpria apenas algumas das funções das quais ele disporia em condições de um capitalismo “autônomo”. Em virtude disso, “o que entra sempre em jogo, a partir de dentro ou a partir de fora, consiste em fomentar e expandir uma economia capitalista em condições frequentemente adversas” e, assim, “as influências mais fortes e marcantes do regime de classes desenrola-se nessa esfera. Além disso, as funções que ganham relevo, no plano econômico são as que dizem respeito a aproveitar as oportunidades existentes”<sup>204</sup>. A partir dessas circunstâncias, o regime de classes sob o capitalismo dependente tenderia a vincular-se ao “aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando, distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre os estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas”<sup>205</sup>. Daí, Florestan depreende a conclusão de que o regime de classes sob capitalismo dependente “adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis”, além de elevar a “opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida”<sup>206</sup>.

<sup>202</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 66. “A questão que se coloca, para o sociólogo, não é tanto a da eficácia desses mecanismos. Ela já está comprovada. O homem rústico, socializado para a vida moderna (em condições rurais ou urbanas), passa a pertencer à sociedade de classes e deixa de ser um risco de violência explosiva em potencial. Ao que parece, é o próprio sistema econômico do capitalismo dependente que não dispõe de meios para enfrentar a escala do problema. O número envolvido é demasiado grande para enfrentar a escala do problema. O número envolvido é demasiado grande para que se consigam os reajustamentos necessários, mantendo-se as demais condições. Nesse plano, a solução ‘dentro da ordem’ só poderia vir de uma aceleração substancial do desenvolvimento econômico” Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

<sup>203</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 67, *grifos nossos*.

<sup>204</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 68.

<sup>205</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 69.

<sup>206</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 69.

## 2.2. “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (1974)

“A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” talvez seja uma das contribuições mais decisivas de Florestan Fernandes à sociologia e ao pensamento crítico no Brasil. Publicado em forma de livro, o texto foi concebido e escrito no período que vai dos anos 1964 à 1974. Esse período abrange a concepção do livro (1964), a redação da sua primeira parte e temporário abandono do projeto (1966) e sua reformulação e redação da segunda e última parte (1974)<sup>207</sup>. Como é o conjunto de sua obra, o autor busca com esse livro formular e apresentar uma interpretação das “razões” sociais e históricas que levaram a vida nacional a se encontrar submetida a uma ditadura direta sob regime militar. Ainda que tenha sido esse o propósito mais aparente do texto, a tarefa implicou em um “mergulho” nas determinações mais profundas do capitalismo brasileiro. Florestan Fernandes, que já vinha se debruçando sobre o assunto desde fins da década de 1950 e já apresentara alguns resultados dessas investigações<sup>208</sup>, com a *Revolução Burguesa no Brasil*, apresenta *uma interpretação original da sociedade de classes brasileira*. Desdobra aspectos contidos em reflexões anteriores, mantendo ou reformulando-os, além de acrescentar novos elementos.

O sociólogo parece estar menos interessado, principalmente na segunda parte do texto, em apresentar uma descrição do que houve, e mais afeito a buscar compreender quais foram os elos históricos que permitiram que, por um lado, o capitalismo dependente se concretizasse como forma específica dentro da qual se encontraria a sociedade de classes brasileira e no interior do qual processou-se uma etapa fundamental da Revolução Burguesa, que “acelerou a história” encarnando o próprio movimento de *contrarrevolução* em um ponto de vista de uma totalidade global integrada; e, por outro, procurava interpretar as implicações para o movimento socialista, estar diante desse “enigma” histórico.

A segunda parte do livro, redigida em 1974, é apresentada no livro como “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente” é constituída de três capítulos: capítulo

<sup>207</sup> Cf. Florestan Fernandes. “Repensando a Revolução Burguesa no Brasil”, *In*: Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Ver também. José de Souza Martins, “Prefácio à quinta edição”, assim como também a “Nota Explicativa” contida em Florestan Fernandes (2005), *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*.

<sup>208</sup> Mudanças Sociais no Brasil, o projeto de pesquisa Economia e Sociedade no Brasil, A Sociologia numa era de Revolução Social, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina já traziam resultados dessas investigações.

5 “A concretização da Revolução Burguesa”; o capítulo 6 “Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista”; e o capítulo 7 “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”. Os três capítulos se complementam e poderiam ser lidos como um apartado do livro, ainda que a explicação careceria dos elementos contidos na primeira parte do livro, rigorosamente descritivos, em termos históricos, dos tipos sociais envolvidos na Revolução Burguesa. Ainda assim, nesse fragmento do texto, consta, a nosso ver, o núcleo da contribuição mais decisiva de Florestan à interpretação do elo entre Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente, a qual corresponde às questões da transformação capitalista e da dominação burguesa. Aqui, o modelo autocrático-burguês é compreendido não só como uma dominação política *stricto sensu*, mas como uma etapa e um complexo modo de organização e exercício da dominação burguesa. Mesmo que essa noção esteja presente em toda a segunda parte do livro, o capítulo sete nos fornece os elementos centrais e decisivos à compreensão da relação entre *capitalismo dependente* e a *forma específica de dominação burguesa* constituída no Brasil.

Florestan Fernandes divide o tratamento do tema em quatro tópicos, os quais enfrenta na discussão do referido modelo: “Dominação burguesa e transformação capitalista”; “Contrarrevolução prolongada e ‘aceleração da história’”; “Estrutura política da autocracia burguesa”; e “Persistência ou colapso da autocracia burguesa”. É a partir do tratamento de cada um desses tópicos que iremos extrair elementos para encararmos o conceito de capitalismo dependente e como ele é teorizado em sua relação com aquilo que Florestan compreende como “modelo autocrático-burguês”.

Há uma variabilidade da relação entre transformação capitalista e dominação burguesa, não existindo um único padrão de relação.<sup>209</sup> Nessa relação articulam-se requisitos intrínsecos ao capitalismo e elementos pré, sub ou extracapitalistas<sup>210</sup>. A articulação entre esses requisitos configura: de que modo a transformação capitalista vai ocorrer; qual será o “padrão concreto de dominação burguesa”; como se dará a

<sup>209</sup> Florestan Fernandes, “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”, *In*: Florestan Fernandes (2005), *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo: Editora Globo, p. 337.

<sup>210</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 337.

reciprocidade entre transformação capitalista e dominação burguesa, no que diz respeito aos “requisitos centrais” e historicamente “construtivos”<sup>211</sup>.

Dependência e subdesenvolvimento não são compreendidos como estágios do desenvolvimento capitalista que desapareceriam com a autonomização desse desenvolvimento<sup>212</sup>, pois há um remodelamento da periferia do sistema capitalista a partir dos “dinamismos das economias centrais” e do “mercado mundial”. E mais. Essa autonomização depende decisivamente da “ruptura da dominação externa”. Não havendo essa ruptura, não existiriam possibilidades de autonomização e o desenvolvimento circunscreve-se ao *desenvolvimento capitalista dependente*, ocorrendo uma coexistência entre crescimento capitalista pela “aceleração da acumulação de capital”, ou pela “modernização institucional”, e “expropriação capitalista externa” e “subdesenvolvimento relativo”<sup>213</sup>. Vê-se que as diferenças entre os “casos clássicos” e os “não-clássicos” (como é o caso brasileiro) precisam ser compreendidas, caso se queira interpretar corretamente como se desencadeia a combinação entre *transformação capitalista e dominação burguesa* na periferia dependente e subdesenvolvida do sistema capitalista.

Um primeiro traço “típico” fundamental do desenvolvimento capitalista dependente diria respeito à dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, diferentemente do que ocorreria *no modelo democrático-burguês*<sup>214</sup>. Ocorre, ao contrário, uma forte associação entre desenvolvimento capitalista e autocracia<sup>215</sup>, e a democracia torna-se uma realidade restrita às classes possuidoras “que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa”<sup>216</sup>.

<sup>211</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 337-8.

<sup>212</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 338.

<sup>213</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 339. “O que a parte dependente da periferia ‘absorve’ e, portanto, ‘repete’ com referência aos ‘casos clássicos’ são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil, a mais-valia relativa etc. e a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria capitalista e não poderia participar de dinamismos de crescimento ou de desenvolvimento das economias capitalistas centrais” (*idem, ibidem*).

<sup>214</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 340.

<sup>215</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

<sup>216</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

Tem enorme importância na “notação sociológica” de Florestan Fernandes para a interpretação do capitalismo dependente a noção de *apropriação dual do excedente econômico*<sup>217</sup>. Essa apropriação, que se daria pela associação entre “burguesia nacional” e “burguesias hegemônicas”, exerceria uma enorme pressão sobre o desenvolvimento imperializado, na medida em que gera uma “hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa”<sup>218</sup>. Na concepção que Florestan Fernandes dá ao capitalismo dependente, tratar-se-ia de um *capitalismo selvagem e difícil*, “cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios e no terreno políticos”<sup>219</sup>. A “selvageria” e a “dificuldade” a ele inerentes têm que ver também com o completo desinteresse por parte das burguesias hegemônicas de inibir o “fluxo do elemento político”. A elas não interessaria uma burguesia dependente *fraca* nos termos da dominação burguesa “interna”. Pois as primeiras *precisariam* que estas burguesias “submetidas e identificadas” com a dominação imperialista sejam parceiros sólidos e consistentes para exercerem, pelas vias que forem necessárias, a dominação burguesa na periferia dependente e subdesenvolvida.

O caráter essencialmente político das Revoluções Burguesas na periferia capitalista é destacado por Florestan Fernandes. Tal caráter relacionar-se-ia visceralmente ao fato de que a “era” na qual encontram-se as burguesias, em termos mundiais, se orientam para preservar o controle burguês e a dominação burguesa a qualquer custo<sup>220</sup>. Já no momento em que Florestan escrevera o ensaio por nós abordado (1974), as burguesias já haviam passado, há muito, pelo tempo histórico em que seriam

<sup>217</sup> Miriam Limoeiro Cardoso refere-se a essa noção como *sobreapropriação repartida do excedente econômico*, denominação a qual temos aderido, pois ela consegue expressar ao mesmo tempo, o sentido de *associação* entre as burguesias imperialistas e imperializadas e de que essa proporção da apropriação tende a ir além daquela apropriação realizada nas economias centrais. A esse respeito, ver “Sobre a teorização do conceito...”, *op. cit.*.

<sup>218</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 341. “A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (que em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva)” *idem, ibidem*.

<sup>219</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

<sup>220</sup> Nas palavras de Florestan Fernandes, “Elas [as burguesias nacionais e as burguesias das nações hegemônicas] querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*” *op. cit.*, p. 343.

“conquistadoras” e as Revoluções Burguesas “em atraso” imprimiriam na ação política das “burguesias nacionais” uma orientação profundamente reacionária, revelando “a essência autocrática” da dominação burguesa sob capitalismo dependente e a sua “propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe”<sup>221</sup>. Em termos dialéticos, ao caráter retardatário dessas Revoluções Burguesas na periferia subdesenvolvida e dependente, corresponde um “avanço da história”, pois a partir de sua participação no botim da Revolução Burguesa, as burguesias das nações periféricas alcançaram o “vértice de suas possibilidades” e viram-se “patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário”<sup>222</sup>. Perdeu seu caráter revolucionário porque a Revolução Burguesa “em atraso” encarna a contrarrevolução para outras classes, o que faz com que as “opções burguesas” não sejam compartilhadas cegamente, quando elas não seriam rechaçadas. O que configuraria a coexistência, desse modo, duas revoluções antagônicas: “uma, que vem do passado e chega a termo sem maiores perspectivas; outra, que lança raízes diretamente sobre a ‘construção do futuro no presente’”<sup>223</sup>. Em outros termos, tratar-se-ia de uma contrarrevolução burguesa de “alto a baixo”, nucleada na associação de interesses de classe das burguesias periféricas com as burguesias hegemônicas, e de uma revolução que floresceria e emergiria a partir dos “de baixo”. A existência desse duplo movimento antagônico, introduziu um “elemento político” no comportamento de classe das “burguesias nacionais” periféricas, que seria central para a caracterização da dominação burguesa processada sob capitalismo dependente: tratar-se-ia da “inflexibilidade [no ‘comportamento de classe’ dessas burguesias] e a decisão de empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas”, atrelando-se a “sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O ‘nacionalismo-burguês’ enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo”<sup>224</sup>.

As imbricações entre transformação capitalista e dominação burguesa nas sociedades heteronômicas e subdesenvolvidas, que saltam do capitalismo colonial para o

<sup>221</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 343.

<sup>222</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 344.

<sup>223</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 344.

<sup>224</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 345.

capitalismo neocolonial, ou deste último para o capitalismo dependente, sofrem alterações que obedeceriam a ritmos próprios. As “mudanças espraiam-se por um *longo período*”<sup>225</sup>. Florestan Fernandes compreendia que o padrão de industrialização próprio ao capitalismo dependente no Brasil é caracterizado por um “fraco impulso intrínseco de diferenciação, aceleração constante e universalização do crescimento industrial”<sup>226</sup>. As alterações que daí derivam é que apenas poucas “metrópoles-chave” concentram “massas humanas, riquezas e tecnologias modernas”<sup>227</sup>. E dentro dessas poucas metrópoles, somente os grupos em posição estratégica no “ciclo de industrialização intensiva” lograram aumento real de poder econômico, social e político.

Na procura de equacionar teoricamente como pensar a relação entre transformação capitalista e dominação burguesa quando da eclosão do capitalismo monopolista na periferia heteronômica e subdesenvolvida, é preciso considerar como questão central que o “caráter duplamente articulado da economia brasileira” não foi desagregado, tampouco a dominação imperialista externa foi desarticulada. Ocorreria que, ao ingressar no estágio monopolista de desenvolvimento do capitalismo, as condições a partir das quais dependência e subdesenvolvimento manifestam-se sofrem modificações relativas, implicando um ajustamento da dominação burguesa de modo a preservar a nucleação da dupla articulação no interior do “novo tipo” de transformação capitalista requerido<sup>228</sup>. Além da preservação da referida dupla articulação, Florestan Fernandes trabalhava com a ideia de que é justamente ela quem “daria o tom”, não só da transformação capitalista e da revolução nacional, mas da própria “forma típica” da dominação burguesa, “adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa”<sup>229</sup>.

Quanto à ocorrência e à natureza da *revolução nacional* sob o capitalismo dependente, ela é igualmente necessária ao exercício da dominação burguesa e também o

<sup>225</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 347

<sup>226</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 347.

<sup>227</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 347.

<sup>228</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 349.

<sup>229</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 349.

“verdadeiro eixo político do controle do Estado pela burguesia”<sup>230</sup>. Sob essas condições, essa necessidade residiria em estabelecer um raio de alcance dentro do qual “certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos pela mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem ‘os interesses da nação como um todo’”, a revolução nacional assume o significado de “integração horizontal, em sentido e escala nacionais, dos interesses das classes burguesas” e maior “probabilidade de impor tais interesses” à essa comunidade nacional, “legítima” ou coercitivamente<sup>231</sup>. Ela seria, como *requisito da dominação burguesa*<sup>232</sup>, a *base política* necessária sobre a qual dar-se-ia a *transformação capitalista*.

Associar-se-iam à função da relação entre dominação burguesa e transformação capitalista de preservação e máximo aproveitamento da dupla articulação, três “funções derivadas”: uma primeira que diz respeito a manutenção e fortalecimento das “condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se”; outra, de ampliação e aprofundamento da incorporação, em termos de dinamismos e estruturas, “da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da comunidade internacional de negócios”, visando garantir ao limite de continuidade e intensidade “aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico” de modo a assegurar suporte e meios externos para a renovação e fortalecimento do poder burguês; uma terceira função estaria relacionada a preservação, alargamento e unificação dos “controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas”<sup>233</sup>.

Dessas funções que cumpririam a dominação burguesa deriva que a unidade do bloco burguês assumiria um “teor altamente conservador”, ou mesmo reacionário. Isso tornar-se-ia observável no fato de que a persistência da dupla articulação preserva vários

<sup>230</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 350.

<sup>231</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 350-1. Continua: “graças às suas conexões estruturais e dinâmicas com a dupla articulação a revolução nacional sob o capitalismo dependente engendra uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacional da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes”, *idem*, p.352.

<sup>232</sup> De acordo com Florestan Fernandes, a dominação burguesa seria concebida, sobre a ótica das próprias classes burguesas, como a “única fonte de ‘poder político legítimo’”, *op. cit.*, p.352.

<sup>233</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 354.



focos de desenvolvimento pré ou subcapitalistas, os quais mantêm, indefinidamente, “estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarização do trabalhador, à expansão do mercado interno etc.”. Decorre também daí que a especulação desenrolar-se-ia em um contexto “que é antes quase colonial que puramente capitalista (embora com predomínio do setor industrial e financeiro; e do capitalismo urbano-industrial sobre o capitalismo agrário)”<sup>234</sup> Dessas mesmas funções derivaria, principalmente da terceira, igualmente, uma certa condição de “impotência burguesa”, fazendo-a convergir para o Estado e nuclear sua ação política no e a partir dele. Mas, no movimento em que busca sanar essa “impotência”, a convergência das classes burguesas para o Estado resulta no desenvolvimento de uma “força relativamente incontrolável (pelas demais classes e pelas pressões imperialistas externas)”. Dessa forma, o Estado figura como o “cerne da existência” da dominação burguesa sob o padrão dependente do capitalismo e sob o subdesenvolvimento<sup>235</sup>. Florestan enxergava que essa força, que ficou escancarada com a instauração de uma ditadura de classe preventiva em 1964, não tornava a ordem menos vulnerável. Na verdade, para o autor, trata-se mesmo de que essa vulnerabilidade persistiria por ser uma própria condição de existência do capitalismo imperializado. O sociólogo enxergava inclusive que “a longo prazo” (...) “ou a dominação burguesa se refunde, ajustando-se às pressões de baixo pra cima e ao ‘diálogo entre classes’, ou ela se condena a desaparecer ainda mais depressa”<sup>236</sup>.

Emprestando a linguagem de Florestan Fernandes, essa conjugação de fatores estruturais e dinâmicos, assim como também dos ritmos e das funções inscritas na consolidação desse padrão de dominação burguesa e de transformação capitalista confluíram para consolidar a “Revolução Burguesa” no Brasil e suas respectivas tarefas históricas enquanto sociedade capitalista dependente, encarnando propriamente uma *contrarrevolução*. Florestan buscou compreender quais as determinações que o “avanço histórico” (nos termos das realizações das referidas tarefas burguesas) assumisse essa

<sup>234</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 356.

<sup>235</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 358. Florestan Fernandes identifica como produto dessa convergência inexorável das classes burguesas para o Estado a fins de garantir a persistência da dominação burguesa, a “natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa, com profunda e obstinada identificação com os alvos que ela perseguia”, às quais “facilitaram sobremaneira o processo implícito de domesticação particularista do estado”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 359.

<sup>236</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 359.

natureza contrarrevolucionária. No período de maturação da burguesia no Brasil (as quatro décadas subsequentes ao fim da primeira guerra mundial), verificou-se que foram exatamente os “estamentos dominantes do ‘antigo regime’” que “deram origem” às classes burguesas, sem que essas oligarquias “‘tradicionalistas’ ou ‘modernas’” sofressem pouco com essa modificação. Não se tratou da emergência e irrupção da burguesia como uma nova “categoria histórico-social”, mas de uma formação burguesa por composição. Essa composição, com predomínio de “interesses agrário-comerciais” que, “de início, pôs certos obstáculos” ao processo de “socialização do poder econômico, social e político, pelo qual as classes burguesas se unificam”. É somente no período do pós segunda guerra mundial que a burguesia brasileira “ganha fisionomia típica e se impõe como um corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força socioeconômica, cultural e política”<sup>237</sup>. Ainda que atingisse essa condição de classe, as funções que deveria cumprir enquanto burguesia de uma sociedade de classes periférica, dependente e subdesenvolvida não haveriam de ser as mesmas que as burguesias das sociedades capitalistas centrais e hegemônicas cumpriram.<sup>238</sup> A burguesia brasileira teve de aprender que não seria possível cumprir as mesmas funções das classes burguesas centrais, e Florestan compreendia que essa aprendizagem se deu por três vias: uma, pela descoberta de que não iriam “repetir a história” e que a concretização de uma democracia burguesa *plena* não seria “uma ‘questão de tempo’ nem de ‘gradualismo político’”<sup>239</sup>; por outra via, viu-se impossibilitada de “procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da dominação burguesa”<sup>240</sup>; a terceira, que se deu por meio de uma socialização externa das classes burguesas brasileiras e por influências manipuladoras diretas “dos problemas internos por meio de controles desencadeados e/ou orientados a partir de fora”, ainda mais porque a eclosão da fase monopolista implica na introjeção da dominação imperialista total, na qual as fronteiras “ao controle societário externo” desvaneceriam<sup>241</sup>.

<sup>237</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 362.

<sup>238</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 366.

<sup>239</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 364, *grifos nossos*.

<sup>240</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 365.

<sup>241</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 365.

Quando consegue apreender quais os reais papéis históricos que deveria cumprir, a “burguesia brasileira” passa a depurar e organizar abertamente seu comportamento de classe em termos pragmáticos, fundado no modelo irradiado a partir dos Estados Unidos de “desenvolvimento com segurança”. Um fator que estaria associado a essa adesão ao pragmatismo e a auto-organização em termos estritamente particularistas por parte dessa burguesia, diz respeito à falta de “controle societário eficiente”, dado que “as demais classes não possuem ‘condições de barganha’ e de autodefesa ‘dentro da ordem’”<sup>242</sup>. Esse aspecto configuraria uma condição na qual a “burguesia nacional” nas sociedades periféricas encontra-se em permanente “oscilação ideológica e utópica, *condicionada e orientada a partir de fora*”<sup>243</sup>, o que fortaleceria a “insensibilidade” diante dos problemas nacionais e suas soluções, em favor da segurança para o desenvolvimento capitalista interno e do “‘equilíbrio do sistema capitalista mundial’, ou ainda na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista”<sup>244</sup>.

Essa depuração de orientação da “burguesia nacional” teria sido necessária, segundo Florestan, para que essas classes burguesas dessem um “salto histórico”, “realizando sua integração horizontal, em escala nacional, diretamente no plano de dominação de classe (e antes mesmo que se completasse seu processo de diferenciação vertical)” e para que essas classes conseguissem “extrair vantagens estratégicas seja dos conflitos que minavam instintivamente a solidariedade burguesa, seja dos conflitos com as classes operárias e destituídas”<sup>245</sup>. Nesse movimento, a “burguesia brasileira” aprofundara e conferira ainda mais vigor à dupla articulação, dando maior peso à articulação dos “momentos internos da acumulação capitalista com o desenvolvimento

<sup>242</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 366.

<sup>243</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 367.

<sup>244</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 367-8.

<sup>245</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 368. Segue que, “As classes burguesas exploraram em seu próprio proveito “tanto os conflitos intestinos quanto os conflitos com o proletariado, as classes trabalhadoras em geral e as classes marginalizadas ou excluídas. Os conflitos faccionais foram capitalizados exclusivamente pela própria burguesia, em vez de servir de base para a dinamização das propostas ‘reformas de estrutura’, a aceleração e o aprofundamento da revolução nacional ou de possíveis ‘aberturas’ à democratização da riqueza e do poder. Os conflitos com as classes antagônicas ao serem estigmatizados, postos ‘fora da ordem’ e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao ‘defender a estabilidade da ordem’, portanto, as classes e os estratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem ‘legitimamente estabelecida’” Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 369.

desigual da economia brasileira” com os “avassaladores dinamismos das ‘empresas multinacionais’, das nações capitalistas hegemônicas e do capitalismo mundial”<sup>246</sup>.

O referido “salto histórico” da burguesia brasileira e igualmente do capitalismo dependente no Brasil, relacionava-se intimamente à superação da crise do poder burguês. Ao superar essa crise, “neutralizando as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e “reprimindo as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”, a burguesia brasileira efetiva uma adaptação ao padrão de “industrialismo intensivo”, inerente ao capitalismo monopolista, e, portanto, torna-se uma “burguesia madura”, na medida em que mostra-se apta a conduzir esses processos de adaptação da dominação burguesa às condições requeridas ao estágio mais avançado de transformação capitalista àquele momento histórico<sup>247</sup>. A essa “madureza” da “burguesia brasileira”, correspondeu uma dupla e contraditória condição: uma dificuldade em induzir ao colapso o “movimento autocrático-burguês”, pelo forte lastro externo dos pólos hegemônicos do capitalismo mundial que ele contém; ao mesmo tempo em que o fato de a sociedade de classes segregar ininterruptamente “tensões e conflitos variavelmente pró-burgueses e anti-burgueses”, ela mostra-se também sujeita a “fenômenos constantes de auto-desagregação”, agravados na periferia, “em virtude do desenvolvimento desigual interno e dos seus efeitos sociopáticos diretos ou indiretos”<sup>248</sup>.

A crise do *poder burguês* pela qual a “burguesia brasileira” se encontrou e superou e na qual seu padrão de dominação burguesa foi posto à prova, pôs em evidencia elementos da estrutura política da autocracia-burguesa. Florestan Fernandes compreendia que, apesar de as pressões as quais a ordem social competitiva vinha sendo submetida não oferecerem riscos diretos à deterioração do poder burguês e ao colapso da dominação burguesa, tratava-se de tensões que tendiam a saturar-se e levar a ordem a criar determinados “canais de alívio” dessas pressões. Todavia, o sociólogo sabia das limitações e das condicionalidades às quais, o capitalismo dependente em seu estágio monopolista, estava sujeito. Tendo isso em vista, o autor identificou elementos políticos próprios a essa forma específica de articulação da dominação burguesa com a

<sup>246</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 370.

<sup>247</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 371.

<sup>248</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 373.

transformação capitalista na qual há uma defesa intransigente da manutenção e da intensificação da “apropriação dual do excedente econômico” por parte das classes burguesas “nacionais” e “hegemônicas”. E identificou na “própria expansão interna da economia capitalista e do regime de classes” pressões que resultariam no fomento à solidariedade de classes burguesas.<sup>249</sup> Uma primeira diria respeito a pressões de “dentro da ordem”, em virtude da debilidade do “ponto de equilíbrio de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida”, que apesar de não representar um “perigo imediato”, encontravam “ressonância intimidadora e continham uma força de irradiação inesperada” dado o “perigoso elo entre miséria e pobreza, “pressão dentro da ordem” e “convulsão social”<sup>250</sup>. Uma segunda deriva do Estado nacional. Apesar de a burguesia brasileira depender, convergir para o Estado e utilizá-lo como centro irradiador do poder burguês, “o Estado surgia como uma espécie de um fantasma”, na medida em que “um processo de centralização independente do poder apareciam, aos olhos de uma burguesia dotada de “recentes origens patrimonialistas”, de um “agressivo particularismo” e de um “arrogante mandonismo conservador”, como uma clara e temível ‘revolução dentro da ordem’ anti-burguesa”<sup>251</sup>. Há ainda um terceiro foco de pressão, que deriva do alargamento e aprofundamento das “influências externas sobre o desenvolvimento capitalista interno” provocados pela “industrialização intensiva” e pela “eclosão do capitalismo monopolista”. Essa pressão impôs às classes burguesas “novos esquemas de ajustamento e de controle daquelas influências”, configurando-se como um verdadeiro “desafio externo”, na medida em que, junto ao risco de sofrer “afluxos de capitais, de tecnologias e de empresas” e de comprometer a “aceleração do desenvolvimento capitalista”, corria-se também o risco de se comprometer o próprio *status*<sup>252</sup>. Estes três focos de pressão, que

<sup>249</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 376.

<sup>250</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 376.

<sup>251</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 378.

<sup>252</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 379. “O fulcro do poder real interno da burguesia, no que diz respeito ao capitalismo dependente e subdesenvolvido e às conexões de economias nacionais capitalistas da periferia com as nações capitalistas hegemônicas e com o sistema capitalista mundial, passa por esse *status*. As classes e os estratos de classe burgueses viam-se na contingência de resguardar esse *status*, embora a quatro mãos estivessem empenhados numa cruzada pró-imperialista. Se ele fosse afetado, não haveria base material para qualquer processo de autodefesa e de autoafirmação da burguesia nativa como parte de um sistema nacional de poder. Ela deixaria, automaticamente, de ser uma ‘burguesia nacional’ – embora dependente e da periferia do mundo capitalista – e reverteria à condição de burguesia-tampão, típica de economias coloniais e neocoloniais, em transição para o capitalismo e para a emancipação nacional (...) Desse ângulo, percebe-se claramente o quanto o referido *status* é importante para uma burguesia dependente. Ela constitui a base material de autoproteção, autodefesa e autoafirmação dessa

imprimiram à “crise do poder burguês uma significação catastrófica”, foram equacionados pelas classes burguesas por meio da construção de uma unidade de classe “por precária que fosse”. Para garantir sua autodefesa e auto-privilegiamento políticos, a unificação dessas classes e de seus estratos se deu de modo a exercer sua capacidade de dominação burguesa e de poder de classe para “conjurar fantasmas, reais ou imaginários”, travando uma “verdadeira batalha pelo ‘mundo burguês’, aparentemente ameaçado”<sup>253</sup>.

Na sociedade de classes dependente e subdesenvolvida brasileira não havia condições históricas para que as “pressões de dentro da ordem”, “com frequência incentivadas ou radicalizadas pelos setores intermediários e até pela alta burguesia urbana”, fossem dotadas de um significado histórico positivo para as classes burguesas e seus estratos privilegiados, mesmo que fossem colocadas em termos de “estabilização consensual” da ordem, implicando que elas enredavam “um clima histórico negativo”<sup>254</sup>. Somaram-se a isso, a baixa complexidade e o insuficientemente baixo “grau de diferenciação vertical e de integração horizontal das classes e dos estratos de classes burgueses” para que fosse conseguido “qualquer modalidade de consenso burguês médio de tipo democrático”<sup>255</sup>. Às “pressões dentro da ordem” originárias das classes operárias ou das massas populares, que “pipocavam aqui e ali, ameaçando transformar-se numa torrente histórica”, em virtude da a “distribuição da riqueza e do poder numa sociedade de classes dependente e subdesenvolvida”, as classes burguesas respondiam com uma “mentalidade política especial, inflexível e intolerante mesmo às manifestações simbólicas e compensatórias do radicalismo burguês” estando estas classes dispostas a “impedir ou bloquear o seu avanço, em particular, o impacto que elas poderiam ter sobre a aceleração da revolução nacional”<sup>256</sup>. De acordo com Florestan Fernandes, com o intuito de estigmatizar as “pressões dentro da ordem” e “aumentar em bloco a eficácia do sistema de opressão e de repressão”, essas “pressões dentro da ordem” foram assimiladas às “pressões contra a ordem”. Evidenciava-se, desse modo, que a “versão brasileira da

burguesia no plano das relações internacionais do sistema capitalista mundial” Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 379.

<sup>253</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 380.

<sup>254</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 382.

<sup>255</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 382-3.

<sup>256</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 383. “Esse tipo de reação societária fundava-se, diretamente, em uma forma ultravulnerável de temor de classe” Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

sociedade de classes” impediria que os estratos de classes burgueses que se mostrassem abertos à alteração da ordem mantivessem qualquer “articulação flexível” com as pressões dentro da ordem provenientes das “classes operárias e das classes destituídas”. Impediria também que esses estratos burgueses absorvessem essas pressões daí provenientes<sup>257</sup>.

Verificar-se-ia que sob a sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, a ordem social competitiva ajusta-se ao “capitalismo dependente e às sequelas do desenvolvimento desigual interno” e “da dominação imperialista externa”. Trata-se de uma ordem social competitiva aberta somente aos que “se classificam positivamente em relação à ela” (ricos e poderosos)<sup>258</sup>. O “consenso burguês” configurado nessa ordem seria fechado sobre si mesmo e só confiaria nas “pressões de cima pra baixo, que possam ser mobilizadas através da dominação burguesa e impostas pelo poder burguês”, não havendo qualquer concessão à utilização dos meios de repressão e de opressão dos quais dispõe, por meio do Estado nacional<sup>259</sup>.

Os três referidos focos de tensão (“pressões dentro da ordem”; pressões relacionada aos “perigos” do Estado nacional; e alargamento e aprofundamento de influências externas) colocavam as classes burguesas e os estratos de classe burgueses diante do “problema da ordem (entenda-se: ordem burguesa que ‘devia ser salva’, posta em bases estáveis e ‘consolidadas’”. Mais precisamente do “problema da autocracia”<sup>260</sup>. Isso porque a “burguesia brasileira” possuiria “limitadas saídas históricas”, na medida em que mostra econômica, social e politicamente “impotente para enfrentar e resolver dentro da ordem pressões e tensões” como as que temos nos referido, a partir das questões

<sup>257</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 384.

<sup>258</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 385.

<sup>259</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 386.

<sup>260</sup> “Se se quiser traduzir tais conceitos em termos claros, o enfrentamento da burguesia brasileira com sua realidade estrutural e histórica impulsionou-a a colocar-se o dilema de como instaurar, abertamente, uma oligarquia coletiva das classes possuidoras. O que entrava em questão era portanto o problema da autocracia (embora dissimulado sob a aparência ambígua da ‘democracia forte’). Só assim ela podia deter os processos incipientes ou adiantados de ‘desagregação da ordem’, passando de uma ordem burguesa ‘frouxa’, para uma ordem burguesa ‘firme’. Aí, o elemento político desenhava-se como fundamento do econômico e do social, pois a solução do dilema implicava, inevitavelmente, transformações políticas que transcendiam (e se opunham) aos padrões estabelecidos institucionalmente de organização da economia, da sociedade e do Estado. As ‘aparências da ordem’ teriam de ruir para que se iniciasse outro processo, pelo qual a dominação burguesa e o poder burguês assumiriam sua verdadeira identidade, consagrando-se em nome do controle absoluto das relações de produção, das superestruturas correspondentes e do aparato ideológico”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 387.

colocadas por Florestan Fernandes<sup>261</sup>. Quando “postas contra a parede, nos momentos críticos de decisão coletiva”, as classes burguesas “repeliram toda ‘conciliação entre classes’”. Restava, desse modo, o enrijecimento e “uso organizado da violência de classe”<sup>262</sup>.

A natureza dessa falta de saídas históricas por parte das “classes burguesas brasileiras” repousaria sobre dois tipos de obstáculos que tem origem na “própria capacidade de ação coletiva” dessas classes e de seus estratos de classe: o primeiro relaciona-se ao já mencionado baixos graus de diferenciação vertical e de integração horizontal. Resulta daí que o “elemento unificador” das classes burguesas e de seus estratos seria o *status* “como e enquanto classes possuidoras”<sup>263</sup>; o segundo resultava de “contradições intrínsecas da burguesia”, que impelia essas classes e seus estratos a “uma imensa e incontrolável avidez por ‘oportunidades’ e ‘vantagens estratégicas’ novas”<sup>264</sup>.

A essa falta de saídas, as classes burguesas e seus estratos de classe responderam com a construção de uma unidade de ação parametrizada pela e para a autodefesa dos “interesses materiais comuns, que compartilhavam com e enquanto classes possuidoras”. Estruturou-se um tipo de hegemonia que Florestan denominou de “hegemonia burguesa agregada, de simples aglutinação mecânica”. Tratar-se-ia de um padrão de aglutinação artificial e fundamentalmente político, mas que foi o responsável pela unificação burguesa e por aquilo que Florestan concebeu como “aceleração burguesa da história”<sup>265</sup>. Florestan indicou que, mesmo a simples possibilidade de ocorrência do “padrão agregado de hegemonia burguesa” já seria a indicação de uma “alteração qualitativa fundamental das potencialidades sociodinâmicas e políticas da dominação e do poder de classes da

<sup>261</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 387.

<sup>262</sup> “Nesse jogo é que a *classe* tinha de sobrepor-se à *nação*; e de prevalecer sobre ela” Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 388, *grifos do autor*.

<sup>263</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 388.

<sup>264</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 388-9.

<sup>265</sup> “Antes mesmo de concluir todo o complexo processo de sua diferenciação vertical, de sua integração horizontal e de sua articulação, logram estabelecer, por via política, uma unificação que permitiria atingir os mesmos fins, pelo menos durante o período de desgaste imprevisível e de risco supostamente mortal do poder burguês. *Por elementar e tosca que seja, essa forma de hegemonia burguesa transferiu para as mãos burguesas o controle do tempo, do espaço e da sociedade, fixando os ritmos internos do impacto da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista sobre a ordem social competitiva existente*”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 390, *grifos nossos*.



burguesia”<sup>266</sup>. Potencialidades que conferiram uma “nova oportunidade histórica” às classes burguesas e seus estratos de classe. Oportunidade que fora convertida em “concentração e centralização do poder real”, que processava-se nos níveis das “relações diretas de classes” e da “dominação de classe mediada pelo Estado”<sup>267</sup>, ou seja, o “controle burguês da sociedade civil e do próprio Estado nacional”<sup>268</sup>.

Florestan Fernandes compreendia que a “unificação burguesa” e a “centralização do poder real” foram processos que “forjaram a transformação que tornava a contrarrevolução o seu coroamento lógico”, seja “estabelecendo o nexos entre a explosão modernizadora e a regeneração dos costumes e da ordem”, ou “imprimindo à autodefesa de classe da burguesia o caráter de uma afirmação e de um autoprivilegiamento de classe por meios insólitos”<sup>269</sup>. Segundo o sociólogo, duas questões estariam ligadas essa modificação no relacionamento entre as classes: o chamado “colapso do populismo”, que em verdade, para Florestan significava o “colapso do radicalismo burguês e da ordem pseudamente democrático-burguesa”<sup>270</sup>; outro tratar-se-ia da “impregnação militar e tecnocrática”, que só seria evitável, caso as classes burguesas e seus estratos de classe “contassem com amplo apoio estrutural ‘vindo de baixo’”. Quanto a esse último aspecto, a “reação autodefensiva da burguesia só podia atingir seu ponto de maturação e de eclosão sob forte e persistente impregnação militar e tecnocrática”. Florestan Fernandes atribuiu à própria “natureza” do padrão agregado de hegemonia burguesa, a transferência “para certos setores burgueses, civis e principalmente militares, as tarefas centrais do movimento histórico autodefensivo e contrarrevolucionário da burguesia”<sup>271</sup>.

Ao pensar a persistência desse movimento histórico, Florestan Fernandes negou veementemente qualquer possibilidade de que a “militarização e a tecnocratização do

<sup>266</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 391.

<sup>267</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 391.

<sup>268</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 393.

<sup>269</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 394.

<sup>270</sup> “A ‘demagogia populista’ não procedia de qualquer pluralismo real: ela era uma aberta manipulação consentida das massas populares”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 394.

<sup>271</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 395. “A militarização e a tecnocratização tanto do movimento contrarrevolucionário da burguesia (...) quanto do Estado nacional ‘regenerado’, autocrático-burguês, são intrínsecas à reação autodefensiva da burguesia e instrumentais para os fins históricos iminentes, de autoafirmação e autoprivilegiamento das classes burguesas. Se ambas não ocorressem e, ainda mais, se não atingissem níveis altos e persistentes, a crise do poder burguês provavelmente culminaria em uma ‘revolução contra a ordem’”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 396.

Estado nacional” fosse superada pela emergência de uma modalidade de *consenso burguês* dispostos à suplantar esses processos. O próprio consenso burguês vincula-se às “impulsões autocráticas da burguesia brasileira” por um lado, pela própria “estrutura da sociedade de classes”, por outro, pelo “caráter contrarrevolucionário assumido pela reação autodefensiva das classes e dos estratos de classe burgueses”. Isso implicaria que o referido “consenso burguês” não só acolhe, mas *endossa* a militarização e a tecnocratização “como processos de preservação e de consolidação da ordem”<sup>272</sup>.

Desenhado esse quadro, Florestan ainda dispusera-se a retirar desses movimentos históricos, “conclusões políticas pertinentes”. Uma primeira relacionar-se-ia diretamente ao Estado. Sob as condições descritas, o Estado possui como “função principal”, a supressão de “qualquer necessidade de articulação política espontânea nas relações entre as classes, tornando-a *desnecessária*, já que ele próprio prescreve, sem apelação, a ordem interna que deve prevalecer e tem de ser respeitada”<sup>273</sup>. Outra, diz respeito à transferência do consenso burguês “da sociedade civil” para a “nação como um todo”, convertendo-o no equivalente ao “consenso nacional”<sup>274</sup>. Em terceiro lugar, que se relaciona às outras duas conclusões, trata-se de que “a sociedade civil possa assumir o controle da vida política da nação”<sup>275</sup>. Por esses turnos, a ordem legal e política “sofre um estrangulamento”, negando a participação dos “dissidentes e das outras classes,

<sup>272</sup> “Sem a militarização e a tecnocratização intensivas e persistentes, *seria impossível* colocar o Estado nacional no centro das transformações históricas em curso e, portanto, seria também impossível: 1.º) manter o nexo entre a explosão modernizadora e a regeneração dos costumes e da ordem; 2.º) converter a realçai autodefensiva de uma ‘burguesia ameaçada’ numa fonte de autoafirmação e de autoprivilegiamento das classes burguesas como um todo. *O consenso burguês traduz, nessa matéria, a essência pragmática e realista de sua racionalidade*”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 397, *grifos nossos*.

<sup>273</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 400, *grifos nossos*. “A autocracia burguesa coloca seu ideal de Estado em conexão histórica com o fascismo e o nazismo” Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

<sup>274</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 401.

<sup>275</sup> “era impossível na esfera do jurídico e do político, sobrepor o consenso burguês ao consenso nacional e impor aquele sobre este, sem os riscos de um desdobramento regressivo da própria ordem legal e política. Para prevalecer, mesmo através de um movimento legal e politicamente contrarrevolucionário, a sociedade civil tinha que se amparar no grau de sua monopolização social do poder legal e político e, ao mesmo tempo, impor-se à nação a partir de dentro da ordem legal e política, como se ela objetivasse esta ordem, aparecendo como a sua encarnação ideal e corpórea” Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 402-3.

incorporados ou não na sociedade civil”<sup>276</sup> Por essa razão o Estado torna-se uma “super entidade política”: fonte de autoridade sagrada e “centro de um poder absoluto”<sup>277</sup>.

A importância desse Estado autocrático-burguês como estrutura-chave na estruturação e realização do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, para o sociólogo paulista, residiria centralmente no fato de que ele “dá o espaço histórico” que as classes burguesas e os estratos de classe burguesas necessitariam para “intervir, deliberada e organizadamente, em função de suas potencialidades relativas”, no próprio desencadear da Revolução Burguesa, “atrasando ou adiantando certos ritmos, bem como cindindo ou separando, entre si, seus tempos diferenciados”<sup>278</sup>.

Em termos conclusivos, pensar a persistência ou colapso da autocracia burguesa, implicaria, necessariamente, refletir sobre os rumos da contrarrevolução permanente. Esse parece ter sido o caminho escolhido por Florestan Fernandes. Tendo em vista que o enrijecimento da ordem não poderia perpetuar-se ao infinito, pois ele gera uma violenta contensão e represamento de tensões e pressões no interior da ordem que tenderiam a colapsar a própria ordem, as classes burguesas e seus estratos de classe precisariam desenvolver uma nova forma de constituir hegemonia e garantir que a dominação burguesa, o poder burguês e o controle burguês sobre o Estado nacional não esboroasse.

A contrarrevolução haveria descolado o “centro de gravitação política das classes burguesas e de suas elites, transferindo-o do eixo de relação das classes dominantes” para o “eixo do equilíbrio das classes burguesas *em si* mesmas e do seu controle sobre a sociedade nacional”<sup>279</sup>. Essa forma de articulação política entre “os mais iguais, democrático-oligárquica” gera, “imediato e irremediavelmente, a forma de uma cooptação sistemática e generalizada”<sup>280</sup>. Em termos de continuidade histórica da autocracia burguesa, Florestan apostava que esta transfigurar-se-ia em uma “democracia

<sup>276</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 404.

<sup>277</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 405.

<sup>278</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 408.

<sup>279</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 413, *grifos nossos*.

<sup>280</sup> “A cooptação se dá entre grupos e facções de grupos, entre estratos e facções de estratos, entre classes e facções de classe, sempre implicando a mesma coisa: a *corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder resultante*. Além disso, a cooptação se converte no veículo pelo qual a variedade de interesses e de valores em conflito volta à cena política, nela se instala e ganha suporte ou rejeição”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 416, *grifos do autor*.

de cooptação”. A modalidade de hegemonia burguesa agregada que possibilitou a unificação das classes e dos estratos de classe burgueses e a centralização do poder real em suas mãos, ganhou a estatura de um “elo flexível, que facilita a distribuição de todo o espaço político ‘revolucionário’ e a fruição desigual do poder ou de suas vantagens entre os mais iguais”<sup>281</sup>.

Haveria de se notar que a evolução do modelo autocrático-burguês implicou na consideração dos esforços de “distensão política” da ditadura de classe direta. Compreendera Florestan que para que as classes e os estratos de classes burgueses realizassem essa “distensão”, elas “precisariam ter um controle estático e dinâmico da ordem bastante sólido para poderem enfrentar e neutralizar as forças antiburguesas existentes dentro de seus muros ou nas outras classes”, o que demandaria a existência de um excedente de poder, diverso daquele conquistado com a unificação burguesa, com a centralização do poder real e com a militarização e tecnocratização do Estado, baseado na “localização do enrijecimento da ordem em certas funções ditatoriais permanentes do ‘Estado constitucional’ e na “continuidade indefinida do solapamento da ordem”<sup>282</sup>. Essa situação de “avanço democrático” deveria ser estruturada a partir do entrelaçamento entre “democracia de cooptação” e “Estado autocrático”<sup>283</sup>.

Florestan Fernandes tinha clareza de que o que estava em jogo na abertura não era a construção de uma “democracia burguesa”, mas da consolidação e persistência da própria autocracia burguesa, configurando-se uma “dupla abertura”: a instauração de uma “democracia de cooptação”, “abrindo-a ‘para baixo’ e para a dissidência esterilizada ou esterilizável”; noutra, tratar-se-ia de “definir o alcance do poder legítimo excedente que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático”<sup>284</sup>. Esse movimento é revelado, na medida em que a “burguesia brasileira” não dispõe de condições para abrir

<sup>281</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 416.

<sup>282</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 420.

<sup>283</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 421.

<sup>284</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 421. “Não se trata de um ‘retorno à democracia’ que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma ‘experiência democrática’ autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes 1964 e foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contrarrevolução preventiva”, Florestan Fernandes, *op. cit.*, *idem*.

mão “das próprias vantagens e privilégios”, “dos controles de que dispõe sobre si mesmas, como e enquanto classes” e dos “controles que dispõe sobre as classes operárias”<sup>285</sup>. Desse modo, a “democracia de cooptação” seria o “único caminho compatível com o tipo de ‘abertura democrática’ pretendido. E, mesmo o equacionamento da saída da ditadura de classe direta sendo realizado nesses termos, Florestan também considerou que seria “impossível que as classes burguesas” viessem “a contar com as condições para enfrentar, de ponta a ponta, o processo de longa duração, que deveria resultar no casamento de uma democracia de cooptação tão precária”, pela própria natureza da base socioeconômica, “com um Estado autocrático tão complexo, seja em suas estruturas, seja em suas funções”<sup>286</sup>. Isso porque a “democracia de cooptação” careceria de “pouca eficácia” e “pouca flexibilidade” nas nações capitalistas pobres onde há uma enorme “concentração de riqueza e de poder”, o que deixaria um “escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades”<sup>287</sup>. Essa condição tenderia a “exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes” o que enredaria pressões permanentes à “pontos explosivos de efervescência”, mais propensos a debilitar que a fortalecer o Estado autocrático<sup>288</sup>.

### 2.3. “Reflexões sobre as ‘revoluções ‘interrompidas’” (1981)

Temos tentado demonstrar que as interpretações que Florestan Fernandes desenvolve em torno da realidade brasileira de seu tempo ligam-se e apresentam-se como um ponto de convergência, a edificação da interpretação da especificidade do capitalismo e do regime de classes na periferia do sistema capitalista: o capitalismo dependente. Vimos também que esta especificidade ganha, na teorização do autor, uma expressão conceitual. Essa expressão pode ser entendida como uma espécie de “bússola”<sup>289</sup>, que

<sup>285</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 421.

<sup>286</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 423.

<sup>287</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 424.

<sup>288</sup> Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 424.

<sup>289</sup> Não estamos aqui defendendo a tese de que o conceito de capitalismo dependente refere-se a um tipo ideal, como na aceção weberiana. Trata-se mais de uma referência teórico-conceitual robusta, de fundamento histórico-concreto, que permitiu o sociólogo encadear e estabelecer nexos e uma série de processos sócio-históricos. Vale destacar, entretanto, que Florestan Fernandes compreende de um modo original como os três autores “clássicos” da sociologia (Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber) relacionam-se com o trabalho com a ideia de *tipo*. Além da já clássica formulação de Weber sobre os “tipos ideais”, para Florestan, Durkheim opera com o “tipo médio” e Marx com o “tipo extremo”. Foi Octavio Ianni quem ressaltou esse aspecto do pensamento de Florestan Fernandes.

busca orientar a interpretação de estruturas e dinamismos inscritos nos processos históricos de avanço, paralização e recuo no interior das sociedades capitalistas de origem colonial, como é o caso do Brasil e dos demais países da América Latina<sup>290</sup>. As questões até aqui colocadas unem-se no arco teórico que procura compreender a natureza dos processos revolucionários e contrarrevolucionários próprios às transformações capitalistas nas sociedades marcadas por uma “herança colonial”.

O sociólogo socialista<sup>291</sup> resgata uma tendência histórica nuclear que impõe-se à compreensão da natureza desses processos. Trata-se da *interrupção das revoluções*. Ao que parece, essa não é uma discussão a qual o autor se refere diretamente no conjunto de sua obra. Trata-se de um tema mais ou menos “marginal” em sua teorização, se estamos nos referindo à menção direta à discussão. Dizemos isso porque esse tema já foi desenvolvido *nesses termos* por outros intelectuais, dentre os quais Florestan menciona Orlando Fals Borda<sup>292</sup> e Adolfo Gilly<sup>293</sup>. Florestan explicita o diálogo com esses autores. O primeiro analisando esse processo em termos latino-americanos; o segundo, interpretando a história mexicana. Entretanto, ainda que, na maior parte das vezes, não tenha tratado do tema *nesses termos*, essa parece ser uma tendência histórica à qual ele presta suficiente atenção na teorização do conceito de capitalismo dependente. Suficiente porque temos a impressão de que o modo pelo qual o autor desenvolve o tema em “Reflexões sobre as ‘revoluções interrompidas’ (uma rotação de perspectivas)” não se descola das reflexões anteriores sobre o capitalismo dependente e a natureza dos processos revolucionários e contrarrevolucionários que o constituem. A interpretação daquilo que ele compreende como o *congelamento da descolonização* parece ser um elemento constituinte de suas reflexões sobre as transformações capitalistas e a dominação burguesa nos países de origem colonial, ligando-se também aos outros quatro

<sup>290</sup> Mesmo em relação as sociedades latino-americanas que não atingiram o padrão histórico do capitalismo dependente, como etapa na qual as sociedades nacionais periféricas atingem e internalizam o capitalismo monopolista, sendo este o caso das sociedades que permanecem ainda hoje em situação neocolonial, o conceito de capitalismo dependente merece uma reflexão sistemática na medida em que ele ilumina certas possibilidades de ser dessas formações sociais.

<sup>291</sup> Heloisa Fernandes, “Florestan Fernandes: um sociólogo socialista”, Apresentação de Florestan Fernandes, 2011, Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

<sup>292</sup> Orinaldo Fals Borda, “Las revoluciones inconclusas em América Latina”, *In: Victor Manuel Moncayo (org.) (2015), Orlando Fals Borda: Uma sociologia sentipensante para América Latina*, Buenos Aires, Siglo CLACSO.

<sup>293</sup> Adolfo Gilly (1977), *La revolucion interrumpida*, Mexico, Ediciones “El Caballito”.

problemas centrais enfrentados por Florestan no ensaio (limites da transformação capitalista; as lições da Revolução Cubana; e o aproveitamento das contradições na luta de classes), mas, diante dos quais, assume uma importância heurística de destaque no que diz respeito à formulação do conceito de capitalismo dependente. O equacionamento da interpretação das interrupções das revoluções, mediante a abordagem das quatro problemáticas elencadas, se inscreve naquilo que o autor compreende como “arco implícito revolução-e-contrarrevolução das classes burguesas e estabilização repressiva-e-revolução das classes trabalhadoras”<sup>294</sup>.

O objetivo declarado de Florestan ao refletir sobre a “interrupção das revoluções” é o de ponderar até onde as transformações capitalistas poderiam ir em sociedades em que a descolonização não se deu de modo completo, preservando “formas coloniais de exploração do trabalho”, além de as classes dominantes terem se tornado burguesas “*através e atrás* do desenvolvimento do capitalismo” e desse processo ter se dado em função da “luta interna para a submissão das classes subalternas – que não eram propriamente classes, mas estamentos e castas”, e para a conversão de “formas coloniais de propriedade em formas capitalistas de propriedade e de apropriação social”<sup>295</sup>. As evoluções da história de Cuba e dos Estados Unidos demarcam, de acordo com Florestan, possibilidades sobre as quais se deve refletir em termos de um certo paralelismo histórico. No segundo caso, Florestan nos lembra que a sociedade norte-americana tem um *passado colonial*, como também o tem as demais sociedades nacionais latino-americanas. Ocorre que, no caso estadunidense, desde sua formação enquanto colônia, constituíram-se internamente “dois universos históricos distintos, vinculados entre si pelo *destino colonial*, mas opostos de forma diferente à *situação colonial*, à *metrópole* e à *dominação do capital*”, e, quando da ruptura com a metrópole, existiram bases suficientes para impulsionar uma “autonomização nacionalizadora do desenvolvimento capitalista” em um desses universos<sup>296</sup>. Mas essa situação não se replicou nas outras sociedades latino-americanas, porque não haveriam de replicar-se, dado que desenvolvimento capitalista,

<sup>294</sup> Florestan Fernandes (2015), “Reflexões sobre as ‘revoluções interrompidas’ (uma rotação de perspectivas)”, *In: Poder e Contrapoder na América Latina*, São Paulo, Expressão Popular, p.99.

<sup>295</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 92, *grifos nossos*.

<sup>296</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 93.

por si, não gera automatismos e não imprime uma compulsão autonomizadora à burguesia automaticamente.

Quanto ao primeiro paralelo, Florestan compreende a revolução cubana como o contrário das revoluções interrompidas, ou ainda, como uma lição histórica cristalina sobre a natureza do processo de interrupção das revoluções que se desencadeou na América Latina e das reais possibilidades de enfrentar *revolucionariamente* esse fenômeno e desatar uma completa descolonização. Nela, a grande questão de destaque é que as classes e estamentos dominantes mostram-se *incapazes de levar a revolução a fundo*, na medida em que seus interesses eram realizar uma revolução nacional controlada, não pretendendo uma “descolonização completa”. Esses estratos mostram-se incapazes de conduzir transformações que transcendam as dimensões do capitalismo neocolonial ou do capitalismo dependente. O eixo do processo de descolonização deslocou-se para os “de baixo” e passou a ser dinamizado por esses segmentos. Esse deslocamento equivaleria tanto a um “atestado de incapacidade” por partes dos estamentos e classes dominantes para conduzir a descolonização completa, quanto à constatação de que esse processo só poderia ser conduzido a diante pelo ingresso dos destituídos na história. Para Florestan, o caso de Cuba reitera a concepção segundo a qual “toda verdadeira revolução gera padrões próprios de mudança social e permite que se refaça o entendimento do passado recente e remoto”<sup>297</sup>. Estaria em questão o fato de que a Revolução Cubana inscreve na história da América Latina a corrente histórica da revolução “contra a ordem”.

A orientação predominante das classes dominantes nas sociedades capitalistas latino-americanas, consiste em confundir “desagregação do antigo regime colonial com a descolonização como processo histórico-social”<sup>298</sup>, mistificação acentuada nos países que ainda se encontram em um processo de transição neocolonial. Nesse sentido, Florestan travou uma polêmica com a “teoria do colonialismo interno” e suas implicações políticas no enfrentamento do problema da descolonização, sendo encarada pelo o autor como “uma manifestação intelectual do radicalismo burguês e do nacionalismo reformista”,

<sup>297</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 98.

<sup>298</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 100.



tendo em vista a dificuldade de colocar “as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade numa linguagem especificamente socialista e revolucionária”<sup>299</sup>.

Encarou a descolonização como uma “categoria histórica mascarada pela dominação burguesa”, demandando que ela fosse tratada a partir daquilo que *não foi realizado*, da *descolonização que não se realizou* (e nem poderia realizar-se) sob capitalismo neocolonial e capitalismo dependente. Daí deriva a compreensão de que a descolonização deva se estabelecer, e ter o mesmo peso estratégico, que as “revoluções nacionais” e as “revoluções democráticas”, devendo ser uma “revolução anticolonial”. Florestan compreende que essas revoluções devam ser equacionadas nos termos daquilo que não foi e não poderia ser realizado pelas revoluções burguesas sob capitalismo dependente e neocolonial. Se isso não for levado em conta, corre-se o risco de não se ultrapassar os limites da descolonização quando feita na perspectiva de “independência perante a metrópole” e da “plenitude política da hegemonia social [dos estamentos que se tornaram classes dominantes] no plano interno”<sup>300</sup>.

O anticolonialismo dos estratos privilegiados na transição neocolonial só era intenso e fervoroso em um ponto, “o da conquista legal e política dos donos do poder”. Isso pressupunha a manutenção (e não o desaparecimento e a superação) de formas de produção existentes (de origem colonial) e explorá-las com maior intensidade, para que rendessem mais e gerassem um excedente econômico maior. Era imperioso, do ponto de vista desses estratos o *congelamento da descolonização*. “*Congelar a descolonização* constituía um pré-requisito estrutural e dinâmico não só da ‘defesa da ordem’”, tratava-se do expediente primeiro “da nova articulação entre os estamentos senhoriais e os estamentos intermediários em ascensão potencial *com* os centros de dominação econômica externa”<sup>301</sup>.

A criação de um mercado interno e da expansão de formas especificamente capitalistas incidem decisivamente sobre esse processo, pois trata-se do “financiamento desse padrão de desenvolvimento capitalista”. Nesse sentido, a descolonização não afetou a dupla articulação do padrão de desenvolvimento emergente e em consolidação:

<sup>299</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 100-1.

<sup>300</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 103.

<sup>301</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 104, *grifos nossos*.

“subordinado aos centros estratégicos da economia mundial e praticamente extorsivo quanto à massa da população pobre e trabalhadora, independentemente de sua condição civil formal”<sup>302</sup>.

Conforma-se um duplo movimento histórico no processo de *congelamento da descolonização* que tende a incidir persistentemente na “relação entre campo e cidade”, Um que diz respeito à “espoliação do campo pela cidade” e outro de “aviltamento do trabalho e do trabalhador”. “Crescimento do mercado interno, a expansão das cidades e de suas funções urbano-comerciais, a industrialização e o próprio crescimento do aparato do Estado e a diferenciação de suas funções extrapolíticas (especialmente as econômicas)” estiveram fortemente condicionadas, e dependentes, pelo processo de congelamento da descolonização. Entretanto, essa relação de “subdesenvolvimento do campo” não “debilitou” a burguesia rural, proveniente da aristocracia agrária, nem eliminou “a legião de intermediários (que especulam ultra-lucrativamente com os produtos primários) da sociedade civil”<sup>303</sup>. Ela “desabou unilateralmente sobre o homem pobre do campo, convertido em trabalhador semilivre de modo permanente”. Os que se privilegiam do congelamento da descolonização não tem interesse de que esse processo se dissolva. Sob capitalismo neocolonial e capitalismo dependente, exige-se uma “partilha desigual, que converte o deserdado da terra em novo pária social”<sup>304</sup>.

O aviltamento do trabalho e do trabalhador sofre decisivas influências do processo de congelamento da descolonização. Ele poderia ter sido corrigido pelos próprios mecanismos de mercado. Entretanto, a incorporação das lides rurais ao mercado, a chegada da universalização (de modo parcial e deformado) do mercado de trabalho ao campo e a expulsão de grande massa do trabalho do setor rural para o setor urbano só ocorreram tardiamente e de modo débil nas sociedades que atingiram o capitalismo dependente. Isso em virtude da persistência de traços coloniais no trabalho agrário. Como efeito, tem-se que, pela exclusão parcial ou total do mercado, há uma exclusão dos direitos e garantias sociais próprias à sociedade burguesa<sup>305</sup> e conseqüentemente, a possibilidade

<sup>302</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 105-6.

<sup>303</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 106.

<sup>304</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 107, *grifos nossos*.

<sup>305</sup> Florestan Fernandes, *idem, ibidem*.

desses setores de “se organizarem como *classe em si*, de um desenvolvimento como classe independente e da capacidade legal ou de fato para a luta de classes”<sup>306</sup>.

A interrupção da revolução burguesa, vista a partir da emergência de ditaduras militares, de “um Estado autocrático-burguês de contornos bem definidos” e de uma “maior imperialização das economias latino-americanas”, nos coloca diante de uma realidade mais ou menos autoevidente: “as ‘reformas tipicamente burguesas’ são reversíveis ou um jogo de aparências”<sup>307</sup>. Quanto a isso, Florestan é enfático: sem a libertação das “massas rurais da servidão disfarçada e os trabalhadores agrários da condição real de trabalhadores semilivres, o regime de classes não tem como funcionar normalmente e construtivamente”<sup>308</sup>, porque isso depende enormemente da capacidade das classes trabalhadoras unirem-se e impedirem essas *regressões*, e não de automatismos do desenvolvimento capitalista que podem operar exatamente no sentido dessas regressões.

O congelamento da descolonização é um expediente estratégico à burguesia na luta de classes. Não se prejudicaram pelos efeitos destrutivos desse fenômeno, mas ultra-favoreceram e dependeram dele para garantir sua supremacia sob o capitalismo neocolonial e o capitalismo dependente. A realização de pseudorreformas por parte das classes burguesas pode prender amplos setores populares à sua cauda. E, quando as massas conseguem organizar-se e exercer pressões de baixo para cima, impondo reformas

<sup>306</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 108, *grifos do autor*. “Essa é a base morfológica não só da desumanização da pessoa do trabalhador agrário, mas também o emprego sistemático de técnicas sociais paternalistas legais ou policial-militares, destinadas a converter a exclusão parcial ou total em *capitulação passiva* e em *apatia* provocada e dirigida a partir de cima. A dualidade ética, assim infiltrada nas relações de dominação, exclui “os de baixo” da condição de membro do “nosso grupo”, metamorfoseando-os em inimigos reais ou potenciais da ordem e em gente que “precisa de coerção” para “viver dentro da linha”. Além disso, os efeitos indiretos são igualmente calamitosos. De um lado, *essa massa de população pobre constitui o viveiro interior do recrutamento do trabalho livre*. Ao se proletarizarem, os componentes dessa população encaram a proletarização como “promoção social” (e ela é, de fato, uma promoção, pois envolve a classificação dentro da ordem, a curto ou a médio prazos). Esses candidatos rústicos ao trabalho livre estão prontos para aceitar as piores manipulações repressivas e precisam passar por um treinamento e uma socialização complexos para adquirirem a natureza humana e a concepção do mundo do trabalhador livre como categoria histórica. De outro lado, a exclusão parcial ou total e a apatia provocada retiram o grosso da população dos conflitos mais ou menos estratégicos nas relações das classes assalariadas com as classes burguesas. (...) Qualquer que seja o inconformismo do povo, ele *não* se converte em força política e *não* fortalece o poder de pressão das classes operárias, que ficam isoladas. Ou, então, a falta de alternativas do proletariado urbano-industrial joga-o nos braços da demagogia de estratos pseudopopulistas, completando-se, desse modo, *o circuito de esmagamento do homem pobre do campo e da cidade*” (*idem*, p.108-9, *grifos nossos*).

<sup>307</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 109.

<sup>308</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 110.

às classes burguesas, chegando a criar uma situação pré-revolucionária ou revolucionária, resta ainda o “recurso à violência armada”<sup>309</sup>.

Entendida a partir da perspectiva explorada por Florestan, vê-se que a interrupção das revoluções trata-se de um *fenômeno político repetitivo*, dentro do qual mostrou-se como decisivo o aborto da revolução burguesa<sup>310</sup>. Nesse interim, as condições objetivas da transformação capitalista mostraram-se muito débeis para gerar saltos constantes nas condições subjetivas, enredando obstáculos para o prosseguimento de processos de natureza revolucionária. Desse modo, dada essa debilidade estrutural proveniente da dupla articulação (“heteronomia” e “subdesenvolvimento relativo”) e para preservar essa dupla articulação, a burguesia privilegia sua relação com o mercado mundial, buscando fortalecer *unilateralmente* as posições de poder e evitar riscos que possam ser transferidos para os parceiros externos mediante mercado externo, dominação paternalista ou Estado<sup>311</sup>.

Tendo em vista esse sentido propriamente unilateral e essa orientação particularista, há, sob o capitalismo neocolonial e o capitalismo dependente, uma exacerbação do elemento político inerente ao capitalismo, que busca retirar da transformação capitalista o potencial de pressão da classe trabalhadora<sup>312</sup>. A mudança social progressiva que fora almejada situou-se mais como um reforço do *status quo* sobre as chamadas “revoluções interrompidas”. Ainda assim, *essas revoluções não seriam interrompidas para os estratos privilegiados das classes dominantes, mas quando seus dividendos seriam repartidos tanto com os “menos iguais” das classes dominantes (os “menos iguais dentre os iguais”), quanto com os “de baixo”*. Em virtude disso, a desagregação da ordem colonial conferiu fluxo mais forte às formas econômicas e sociais propriamente coloniais. O caráter restrito ou meramente político das revoluções, fechando-se no vértice da sociedade, em virtude da não expansão do regime de classes é decisivo nessa preservação de tal modo que, na transição neocolonial, os conflitos dos estamentos dominantes resolveram-se *por composição dos “mais iguais”*. Para que esse processo ocorresse de outro modo e completasse a desagregação da ordem colonial, seria

<sup>309</sup> Florestan Fernandes, *idem, ibidem*.

<sup>310</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 94.

<sup>311</sup> Florestan Fernandes, *idem, ibidem*.

<sup>312</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 95.

necessária uma maior diferenciação da sociedade e que os “de baixo” tivessem minimamente garantida uma voz política institucionalizada.

Florestan é enfático quanto a não extinção da “órbita colonial” e, nesse sentido, questiona: “o que entra no circuito da descolonização quando ela é obra histórica das elites econômicas e militares dos estamentos dominantes? E o que é condenado a ficar de fora da descolonização para que as classes burguesas emergentes possam controlar a mudança social progressiva e não arriscar tanto a sua supremacia social, quanto o seu monopólio do poder político”<sup>313</sup>.

Um desenvolvimento capitalista satelitizado não lança na arena política uma “burguesia conquistadora”; um desenvolvimento capitalista com baixa industrialização ou com uma industrialização maciça incipiente não conta de imediato com um “proletariado independente”<sup>314</sup>. As classes trabalhadoras possuem condições objetivas e subjetivas para travar em nome próprio e em seu proveito a luta de classes. O que seria necessário fazer para pôr termo às revoluções interrompidas do passado remoto e recente e do presente?<sup>315</sup> A alternância entre “conciliação” e “reforma” traduziriam o impasse crônico tanto do capitalismo neocolonial, quanto do capitalismo dependente. Esse impasse só seria ultrapassado com a própria destruição dos movimentos de reforma e conciliação “como ‘algo que vem de cima’ e ‘só fica lá em cima’”<sup>316</sup>.

Na focalização dos limites da transformação capitalista, deve-se considerar que, na perspectiva a partir da qual o próprio desenvolvimento capitalista era encarado como depurador das agruras do atraso e do subdesenvolvimento, um *arranque providencial* dar-se-ia por meio de “reformas propriamente burguesas” ou fatores de desempenho econômico, social e político<sup>317</sup>. Um mínimo compartilhamento, por parte das economias centrais e dominantes com aquelas em situação neocolonial e de dependência, dos

<sup>313</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 97.

<sup>314</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 98.

<sup>315</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 99.

<sup>316</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 100.

<sup>317</sup> “Parecia que o arranque providencial dependeria de um ou outro fator, como da prosperidade da agricultura e o volume de exportação, a ordem jurídica, a organização nacional, a expansão das cidades industriais e a industrialização de porte, a educação, a saúde pública os governos esclarecidos, o planejamento em escala nacional, o desenvolvimentismo, a exploração das riquezas nacionais, os governos fortes modernizadores, uma parceria articulada com o imperialismo etc” (p.113).

avanços da transformação capitalista fazia-se necessário para que essas últimas gerassem frutos, na medida em que elas teriam de cumprir um determinado papel na engrenagem sistêmica. Na América Latina, o que sucedeu foi que os estamentos dominantes “preferiram optar pela linha mais fácil de seus interesses e vantagens, dando prioridade total às soluções econômicas montadas no período colonial”<sup>318</sup>. Em verdade, a maior preocupação era evitar que a herança colonial se desagregasse<sup>319</sup>. E mais, não se via a Nação independente como saída histórica. “Entrou-se a construir um mundo neocolonial (que, e uns poucos países, serviu de base para o florescimento ulterior do capitalismo dependente)”<sup>320</sup>. Nos momentos em que emergiu uma pressão no sentido de frear os avanços destrutivos a forma de desenvolvimento capitalista aqui engendrada,

ela foi pulverizada, esmagada e serviu de pretexto para modalidades políticas de autodefesa da burguesia que lembram a autocracia e o despotismo. De outro lado, na medida em que o estágio de formação do proletariado alcançou maior maturação e este procurou organizar-se para desenvolver-se como classe independente, o processo foi contido, interrompido ou interceptado pela violência organizada. Em consequência, as forças sociais que poderiam funcionar como contrapeso e colocar na cena histórica o problema da forma do desenvolvimento capitalista nem isso puderam fazer (p. 116-7).

Configurou-se na América Latina, nos países de “maior envergadura econômica, demográfica e política”, a Revolução Burguesa se deu pela “*cooperação com o pólo externo* e através de iniciativas modernizadoras de monta, desencadeadas *pelo pólo externo*”<sup>321</sup>, tendo o Estado autocrático-burguês como “elo mediador” de uma “revolução que deixou de ser feita *por decisão histórica*” e caminhará para uma “*modernização dirigida e autocrática* e por transformações de estruturas previamente drenadas ou esterilizadas”<sup>322</sup>. Trata-se de uma Revolução Burguesa despojada da “grandeza histórica” que a definira na evolução da civilização moderna. Por essa revolução burguesa, encaminha-se na periferia do capitalismo monopolista (que vinha sendo montada concomitantemente a esse processo), uma modernização “impetuosa” e transformações na economia industrial e na sociedade de classes não imaginadas até então<sup>323</sup>. Nesse

<sup>318</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 115.

<sup>319</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 116.

<sup>320</sup> Florestan Fernandes, *idem, ibidem*.

<sup>321</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 117, *grifos nossos*.

<sup>322</sup> Florestan Fernandes, *idem, ibidem, grifos nossos*.

<sup>323</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 118.

movimento, as burguesias heteronômicas teriam avançado em duas direções. Uma na qual buscavam “queimar etapas” do desenvolvimento capitalista, como podiam e sem arriscar-se, para alcançar certas condições objetivas e subjetivas necessárias para a consolidação da etapa monopolista. Outra que diz respeito a uma “articulação mais flexível entre “capital interno”, “capital externo” e a atuação do Estado, na qual Estado e Nação, não perdendo sua particularidade e eficácia para as classes burguesas, foram “colocados dentro da estratégia global da luta contra o socialismo e da necessidade de crescimento contínuo”<sup>324</sup>. Em termos objetivos, a tendência é que se observara foi a transição e substituição, em médio prazo, da “segurança às brutas” pela “*segurança consensual, obtida na base da cooptação generalizada de certos segmentos das classes médias e do proletariado*”<sup>325</sup>. Em uma prospecção para um desenvolvimento tardio do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, Florestan compreende que o futuro reservado a essas sociedades é “um período terrível e angustiante se não se tentar (ou se tentar sem êxito) reverter as tendências históricas do capitalismo monopolista imperializado das nações capitalistas estratégicas da periferia”<sup>326</sup>.

Em termos também tardios, seria possível observar como os limites da transformação capitalista e a consolidação na periferia do capitalismo monopolista manifestam-se em relação às classes trabalhadoras. E concomitantemente a oportunidade histórica da qual gozam as classes burguesas, surge também a oportunidade histórica para as classes trabalhadoras, mesmo para os seus setores marginalizados, de emergirem na cena histórica como classe em si e de desenvolverem-se como classe para-si de maneira independente. Elas tiveram, e ainda tem, de lidar com um “imenso esforço de cooptação externa, através de sindicatos, partidos, órgãos de comunicação de massa”. Somam-se às dificuldades as quais essas classes teriam de enfrentar, “a formação de uma aristocracia operária”. Florestan compreendia que o que estava em questão era um momento de opção histórica das classes trabalhadoras e de seus setores mais avançados, configurando-se tardiamente, uma opção análoga a que tiveram os estamentos senhoriais quando da “dominação metropolitana” e da luta pela independência. A tendência é que as tarefas não realizadas pela revolução burguesa, ou “a revolução burguesa em atraso”, abram

<sup>324</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 118-9.

<sup>325</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 119, *grifos nossos*.

<sup>326</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 120.

espaço a intervenção tendencialmente mais organizada dos “de baixo”. A ideia com a qual trabalha Florestan Fernandes é que, “os que buscam o consenso pela cooptação e pela falsificação da realidade”, deparar-se-ão com uma “era de luta de classes”, na qual “a violência organizada” será posta a serviço das classes trabalhadoras, sejam elas do campo, ou da cidade<sup>327</sup>. Estaria em questão uma dupla tendência. Ou melhor. Uma tendência a favor das classes burguesas e uma contratendência a serviço dos “de baixo”. Ambas dependeriam de um outro fator a ser explorado: *quem aproveitaria a seu favor as contradições na luta de classes*.

Por parte das classes burguesas, o aproveitamento das contradições na luta de classes guardaria uma estreita relação com a utilização da “violência institucional”. Encarada como instrumento para “multiplicar as [suas] vantagens relativas”, seja na esfera estrita da acumulação de capital, seja para “atrofiar a luta de classes e a capacidade política dos proletários, quer para criar orientações conformistas e acomodação passiva, pelas quais o proletariado exclui o uso consciente e ativo das contradições a seu proveito”<sup>328</sup>. As burguesias da periferia do sistema tendem a maximizar a utilização da “relação interdependente entre a violência institucional e uma ‘posição invulnerável’ na luta de classes” para monopolizar para si o “uso deliberado das contradições intrínsecas ao crescimento do capitalismo e do regime de classes”, não pretendendo retardar a história, mas proteger-se na “história possível”<sup>329</sup>.

Ainda nos termos do aproveitamento das contradições na luta de classes por parte das classes burguesas a seu favor, teria considerável peso na interação entre as classes sociais antagônicas o não enfretamento dessa questão por parte dos setores organizados do proletariado e da classe trabalhadora, muitas vezes pela compreensão de que estes setores deveriam “deixar que as contradições ‘se acumulem’ e ‘amadureçam’”.

Essa postura por parte dos setores organizados das classes subalternas “acumula” e “amadurece” a “condição servil dentro da sociedade capitalista subdesenvolvidas”. Quanto esse aspecto, Florestan Fernandes põe ênfase no fato de que não bastaria uma

<sup>327</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 122.

<sup>328</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 132.

<sup>329</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 133.



postura defensiva<sup>330</sup> por parte desses setores, ainda que organizada. Sem uma posição “firme e inflexível” no aproveitamento dessas contradições, elas seria “*drenadas pelo sistema capitalista de poder*” e “*convertida em apatia das massas, ou seja, submissão dirigida*”<sup>331</sup>. Haveria uma simetria entre a acumulação de capital e uma “acumulação multiplicadora de poder político, centralizada no tope da classe dominante e no vértice do Estado”<sup>332</sup>. Mesmo com o ingresso no estágio monopolista de desenvolvimento do capitalismo, que implica para as classes trabalhadoras a possibilidade de “aquisição de meios de organização como classe” no sentido de um “desenvolvimento independente de classe”, é preciso considerar que a burguesia na periferia dispõe de toda uma sorte de “formas e de técnicas de *terrorismo burguês*”, enxergando na luta de classes “um elemento específico da desestabilização da ordem”<sup>333</sup>. Nessa situação, o risco que correm as classes subalternas é de que, sob o capitalismo monopolista dependente, seja compatibilizado o “crescimento morfológico dos proletários como classe em si com uma consciência de classe ‘esterilizada’ e com dinamismos da ‘luta de classes’ destituídos de elemento político e de um eixo verdadeiramente revolucionário”<sup>334</sup>. Para os setores de ponta e organizados das classes trabalhadoras, tratar-se-ia da necessidade de se reconhecer o progresso que reside na transição de um estágio de “apatia fomentada e dirigida” e de “‘alianças’ nocivas” para um “patamar de negociação”, incorporando posturas tanto defensivas quanto ofensivas sobre as classes antagônicas.

Por parte das classes subalternas, seria fundamental não se perder de vista que esse enfrentamento da luta pelo aproveitamento das contradições na luta de classes, deve estar associado à conquista da “capacidade de enfrentar a supremacia burguesa e de lutar pela conquista do poder nas condições existentes, de implantação do capitalismo monopolista dependente”, onde o proletariado se depara com a dificuldade de combater

<sup>330</sup> “Uma relação puramente defensiva (não simplesmente adaptativa ou passiva) já seria suficiente para que, sob o capitalismo neocolonial e o capitalismo dependente, os proletários nunca tivessem nem voz nem vez!” (p. 133).

<sup>331</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 133, *grifos nossos*.

<sup>332</sup> Florestan Fernandes, *idem, ibidem, grifos nossos*. “O que significa trabalhar às avessas com as contradições, eliminando, amaciando ou tornando inócuo o caráter antagônico da luta de classes, permitindo que a burguesia realize, de uma só vez, a apropriação do produto do trabalho e a expropriação da vontade do trabalhador” (p. 133-4).

<sup>333</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 134.

<sup>334</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 136.

“o capital nacional e seu regime autocrático-burguês” ao passo em que enfrentara também “o capital estrangeiro e o núcleo imperialista de poder”<sup>335</sup>. Para Florestan, a simultaneidade nesse combate é chave, pois estas duas frentes de luta configuram duas faces de um mesmo movimento.

Uma última questão sinalizada pelo sociólogo a respeito do aproveitamento das contradições na luta de classes, refere-se, primeiro, a inexistência, à época, de um sólido movimento socialista, segundo, a presença, no interior dos setores organizados das classes trabalhadoras de um “socialismo compensatório” ou “socialismo de fachada”. Estes últimos, “engendram falsas identidades e a terrível impressão de que ‘todas as classes são iguais’”, ‘todas as transformações possíveis’, o que contribui para plantar o socialismo no solo burguês”, esterilizando-o<sup>336</sup>. O enfrentamento do primeiro ponto é ainda mais importante, pois ela envolve a consideração de que as “contradições não fazem a revolução no lugar da classe operária”<sup>337</sup>. Para se romper com as “pseudorrevoluções” e com o fenômeno da interrupção das revoluções, e criar um movimento socialista consistente, seria preciso que os setores organizados não se furtem de explorar “inteligente e revolucionariamente” as contradições “na massa operária, na própria vanguarda das classes trabalhadoras, nas atividades dos sindicatos e dos partidos operários etc”<sup>338</sup>. Tratar-se-ia, em grande parte, de conhecer precisamente as contradições para explorá-las a seu favor e aproveitá-las inteligente, organizada e impiedosamente, jogando-as contra a ordem, fazendo a sociedade capitalista “saltar de uma revolução que abortou para outra revolução que começará levando *todas as contradições à sua dissolução completa e final*”<sup>339</sup>.

Essas são, em linhas gerais, as questões vinculadas à interrupção das revoluções na acepção de Florestan Fernandes. Ao nosso ver, trata-se mais de uma complementação e de um aprofundamento no enfrentamento da questão da *descolonização não realizada*

<sup>335</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 137.

<sup>336</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 140-1.

<sup>337</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 141.

<sup>338</sup> “Do mesmo modo que a burguesia procura fragmentar o movimento operário e pulverizar os meios de luta do proletariado, as classes operárias devem golpear as classes possuidoras e seus estratos dominantes, o que é muito difícil, pois elas detêm uma proteção que começa na empresa e termina no Estado” (p.141).

<sup>339</sup> Florestan Fernandes, *idem*, p. 142, *grifos do autor*.

e de suas consequências para a formação do capitalismo neocolonial e do capitalismo dependente, que propriamente uma viragem no sentido conferido a esse conceito, que se apresenta de modo mais sistemático no ensaio sobre a Revolução Burguesa no Brasil. O olhar sobre o fenômeno da interrupção das revoluções é calibrado a partir das conclusões desenvolvidas pelo autor na sua análise da Revolução Burguesa que nos coube<sup>340</sup>. Isso não implica que em “Reflexões sobre as ‘revoluções interrompidas’” não haja um elemento novo. Aquilo que o autor compreende como o *congelamento da descolonização* parece apresentar-se como uma reformulação da concepção de *condição colonial permanente*, indicada no ensaio “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”. O primeiro não parece ser uma reformulação integral desta última. Mas o estabelecimento de um novo patamar para a discussão sobre a condição colonial. Enquanto nesta última, como vimos, a condição heteronômica foi sendo reelaborada com o próprio desenvolvimento do capitalismo, indo do estatuto do antigo regime colonial, passando pelo colonialismo indireto da era do imperialismo e desembocando na vinculação dependente e imperializada da era do capitalismo monopolista. O elemento introduzido reside na explicitação dos fundamentos da não realização da descolonização completa, das consequências dessa não realização tanto para a natureza das transformações capitalistas realizadas e para certas estruturas e dinamismos próprios da luta de classes sob capitalismo neocolonial e capitalismo dependente.

A perspectiva radicalizada da luta de classes com a qual Florestan Fernandes encara o tema da interrupção das revoluções parece já estar presente na caracterização do “modelo autocrático-burguês”. Florestan está operando com a sociologia, imprimindo-lhe um sentido propriamente contestador. É importante destacar que o sociólogo nunca nutriu afeição à noção de neutralidade axiológica. Mas a maneira como o autor encarou

<sup>340</sup> É importante destacar que há um ponto “nebuloso” entre a acepção de “revoluções interrompidas” e uma passagem de “A Revolução Burguesa no Brasil”, na qual Florestan menciona a discussão sobre as “revoluções frustradas” com uma certa ressalva. Veja-se: “(...) a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” E por essa razão que, *se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma “revolução frustrada”, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a Revolução Burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos, com a objetividade e a circunspeção gramscianas)*. Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*” Florestan Fernandes, “O modelo autocrático-burguês...”, p. 343.

a perspectiva da luta de classes assumiu contornos mais radicalizados na medida em que a própria luta de classes vinha sendo aproveitada e balizada pelos estratos dominantes das classes burguesas. A emergência do Estado autocrático-burguês no Brasil e na América Latina parece ter sido decisiva nesse sentido. Ainda que o momento anterior ao golpe de 1964 não tenha se tratado de uma situação decisivamente pré-revolucionária, a instauração da contrarrevolução, significava, por parte das classes burguesas, uma contenção necessária de processos que poderiam culminar em reformas importantes para as classes subalternas. Temos a suspeita de que a essa radicalização da luta de classes em favor das classes dominantes, Florestan Fernandes respondera com uma radicalização de sua sociologia. Se estivermos corretos, sua reflexão sobre as “Revoluções Interrompidas” atesta esse sentido. E o conceito de capitalismo dependente ganha, tendo em vista que Florestan incorpora a sua teorização, uma formulação a respeito de como, em termos históricos, *o capitalismo dependente explica, pela perspectiva da luta de classes, a descolonização não realizada.*

## 2.4. Continuidades e rupturas na construção do conceito

A arquitetura do conceito de capitalismo dependente, tal qual formulado por Florestan Fernandes, carrega em si a projeção da trajetória do pensamento do autor. A esse respeito, três interpretações são representativas. Pode-se argumentar, como já fora feito, que Florestan Fernandes transita de uma posição acadêmica-reformista para uma político-revolucionária<sup>341</sup>. Essa compreensão da “evolução” do pensamento de Florestan está marcada pela tese de que foi operada uma ruptura epistemológica, cindindo temporalmente a produção de Florestan nos referidos momentos. Trata-se de uma interpretação que implicou em polêmicas no debate sobre as contribuições de Florestan Fernandes.

Por outro lado, José Paulo Netto, no ensaio “Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução”, argumenta que a contrarrevolução burguesa imprimira no pensamento de Florestan Fernandes uma “alteração substantiva”, que não é colocada nos termos de uma ruptura epistemológica, mas de um reposicionamento do marxismo no interior de seu sistema teórico e mesmo na acepção da própria sociologia de Florestan<sup>342</sup>.

Há ainda uma interpretação segundo a qual existe um *continuum* na teorização do autor, ainda que marcado por mudanças observáveis na focalização dos objetos de sua investigação sobre o capitalismo brasileiro e no redimensionamento da problemática sociológica em construção. Essa é a posição de Miriam Limoeiro-Cardoso<sup>343</sup>. É a autora quem nos fornece a ideia de que o capitalismo dependente em Florestan Fernandes assume a estatura de um *conceito* sociológico robusto e programático. Para Miriam

<sup>341</sup> Essa é a posição apresentada por Barbara Freitag (1987) e reiterada por Elaine Vera Soares (1997).

<sup>342</sup> “Trata-se de uma alteração substantiva que afeta o inteiro pensamento de Florestan, seu ideário socialista e sua vocação teórica – e numa simultaneidade de que só o artifício da abstração pode distinguir: por um lado, a pontenciação constante das ideias socialistas através de um confronto direto com a ordem autocrático-burguesa, no obstinado ofício do que ele retomou como ‘desobediência civil’; por outro, retotalização do seu conhecimento da sociedade brasileira num processo de nova investigação que, lançando-o para além dos limites da análise sociológica, condu-lo a redialogar com o legado de Marx. (...) ao fim dos anos 1960, o seu trabalho analítico-interpretativo muda estruturalmente: não só o leque das suas categorias e procedimentos que se amplia e diversifica – eles são refundidos e reorientados, com o movimento do capital agora colocado no centro do campo de análise. Penso que esse trânsito a um novo padrão heurístico, a que retornarei adiante, é apreensível *in statu nascendi* em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento e Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, adquirindo nitidez em *A Revolução Burguesa no Brasil*” (NETTO, 2005, p.208).

<sup>343</sup> Cf. Miriam Limoeiro Cardoso tem despendido esforços consideráveis na investigação sistemática sobre a obra de Florestan Fernandes, como é possível verificar em (CARDOSO, 1996a, 1996b, 2005).

Limoeiro-Cardoso os fluxos e influxos observáveis na sociologia de Florestan demarcam a natureza profundamente crítica de sua obra. Seria possível indicar também que parece haver uma concordância entre ela e Octavio Ianni<sup>344</sup> quanto a esse aspecto.

A sociologia crítica de Florestan Fernandes, expressão desse pensamento que “se pensa” continuamente, pertenceria à mesma linhagem de intelectuais do pensamento social brasileiro como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos e Caio Prado Junior<sup>345</sup>, linhagem que expressa um olhar a partir dos e sobre os setores populares da formação histórica da sociedade brasileira recuperando “dimensões básicas das condições de existência, de vida e trabalho, do índio, caboclo, escravo, colono, seringueiro, peão, camarada, sitiante, operário e outros, pretéritos e presentes”<sup>346</sup>.

Tais considerações sobre o pensamento do sociólogo paulista fornecem a dimensão da complexidade de apreensão do conceito de capitalismo dependente como expressão programática desse pensamento. Tendemos a concordar com Miriam Limoeiro Cardoso a respeito de que a conformação da interpretação/explicação da especificidade do capitalismo brasileiro ganha *forma* no conceito de *capitalismo dependente*. Desde a redação de “Economia e Sociedade no Brasil – análise sociológica do subdesenvolvimento”<sup>347</sup>, Florestan buscou construir um programa robusto de investigação sobre o capitalismo brasileiro. Tal programa evoluiu e sofreu fortes influências do contexto de enrijecimento da autocracia e do próprio impacto que esse processo exerce sobre a “estrutura anímica” de Florestan Fernandes.<sup>348</sup> As contradições subjetivas, relatadas pelo próprio sociólogo<sup>349</sup>, provenientes das encruzilhadas entre a vida política e a vida acadêmica, ganham um contorno que imprimem uma predominância daquela primeira em relação a esta última, ao contrário do que vinha sendo traço marcante da atividade do sociólogo, no período anterior a sua aposentadoria

<sup>344</sup> Cf. Octavio Ianni (2004), em seu ensaio de apresentação a uma antologia de Florestan Fernandes, da qual foi organizador.

<sup>345</sup> Cf. Octavio Ianni, *op. cit.* e José Paulo Netto, *op. cit.*

<sup>346</sup> Cf. Octavio Ianni, *op. cit.*, p.36.

<sup>347</sup> Cf. Florestan Fernandes (1976), “Economia e sociedade no Brasil – análise sociológica do subdesenvolvimento”, *In*. Florestan Fernandes, “A Sociologia numa era de Revolução Social”, 2.<sup>a</sup> edição reorganizada e ampliada, Rio de Janeiro: Zahar Editores. O texto foi escrito com auxílio de Fernando Henrique Cardoso.

<sup>348</sup> Cf. José Paulo Netto, *op. cit.*

<sup>349</sup> Cf. Florestan Fernandes, “A pessoa e o político”. *In*. Nova Escrita Ensaio. Ano IV. N. 8. 1981. (Concedida a J. Chasin; Helieth Saffioti, Paulo Douglas Barsotti, Narciso J. Rodrigues Jr., Marilena G.S. Pottes, Ester Vaisman e Paulo Edgar Rezende.)

compulsória em 1969. Em virtude disso, do programa de investigação sobre o capitalismo dependente brasileiro e das transformações capitalistas no Brasil, sobressaem as análises das classes sociais e das dinâmicas da luta de classes na formação dessa sociedade<sup>350</sup> e o diálogo com o que há de mais fecundo no pensamento marxista<sup>351</sup>.

Nesse sentido, as investigações sobre a Revolução Burguesa no Brasil, os padrões que a dominação burguesa assume na periferia do sistema capitalista e os fluxos e refluxos da revolução social e do movimento socialista, como também da contrarrevolução burguesa no Brasil e na América Latina demarcam uma posição do autor diante da “realidade a quente” do capitalismo dependente no Brasil. Parte da originalidade da contribuição de Florestan Fernandes para a construção da análise sobre a sociedade brasileira sobre a ótica da luta de classes reside na “recuperação marxista” da compreensão de Revolução Social<sup>352</sup>.

A retomada que o autor desenvolve da discussão sobre as “revoluções interrompidas” e sobre a natureza da “contrarrevolução burguesa” no continente americano demarcam essa originalidade. Esta última tem sido mais explorada pelos analistas<sup>353</sup>. A primeira ainda é uma dimensão pouco explorada de seu pensamento, talvez pelo fato de a edição de *Poder e Contrapoder na América Latina*, livro que veicula “Reflexões sobre as revoluções interrompidas”, estivesse esgotada e de difícil acesso até o ano de 2016, quando a Editora Expressão Popular publicou uma nova edição do texto. Talvez pelo fato de este momento da obra, cristalinamente mais radicalizado, ser considerado de “pouco valor científico”.

Focalizar o conceito de *capitalismo dependente* como um programa de explicação da especificidade brasileira a partir dos temas das revoluções interrompidas e da contrarrevolução permanente a partir de Florestan Fernandes parece ser uma abordagem útil para compreender adequadamente as estruturas e os dinamismos do capitalismo brasileiro sob plena vigência do neoliberalismo. O fenômeno do *congelamento da*

<sup>350</sup> Cf. José Paulo Netto. *op. cit.*

<sup>351</sup> Cf. Miriam Limoeiro-Cardoso, *op. cit.*, Ressalta-se o caráter altamente fecundo do diálogo que Florestan trava com as interpretações de Lenin do desenvolvimento do capitalismo na Rússia pré-revolucionária (pré-1917) e com o manuseio criativo que o revolucionário faz da herança legada por Marx e Engels.

<sup>352</sup> Nesse sentido, concordamos com José Paulo Netto, *op. cit.*

<sup>353</sup> Cf. Carlos Aguedo Nagel Paiva, “Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes”, 1991; Rodrigo Pereira Chagas, “Florestan Fernandes: a autocracia histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil”, 2011.

*descolonização*<sup>354</sup> e da persistência dos fundamentos da *autocracia burguesa* e dos padrões de dominação burguesa podem explicar se e de que modo o neoliberalismo pode conter a atualização e o redimensionamento dos nexos de dependência e a revitalização de formas sociais próprias às sociedades capitalistas subdesenvolvidas. Em virtude disso, longe de propormo-nos a um deslocamento do eixo central da teorização do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes, avaliamos ser fundamental identificar o lugar da interrupção das revoluções e da contrarrevolução permanente nessa teorização e das formas de manifestação desses fenômenos no capitalismo dependente contemporâneo.

<sup>354</sup> O congelamento da descolonização, que aparece teoricamente no texto sobre as “Revoluções Interrompidas” (1981), parece ser um reposicionamento da “dimensão colonial” daquilo que Florestan outrora compreendeu como condição colonial permanente, embora instável e mutável, em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” (1967), enquanto traço característico do capitalismo periférico.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trilhas teóricas legadas pela sociologia de Florestan Fernandes indicam que a interpretação dos dilemas do capitalismo brasileiro não pode ser realizada sem um cotejamento com os nexos que nos estruturam enquanto capitalismo dependente. A reiteração dos nexos de dependência e a rígida estrutura de classes que preserva a enorme concentração da riqueza incidem sobre uma enormidade de aspectos da vida nacional, desde a configuração de um projeto nacional de educação ou a erradicação da pobreza e do desemprego estrutural, até a compreensão do *apartheid* instaurado contra os “deserdados da terra”. Pensar a atualidade do conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan Fernandes implica, portanto, compreender de que modo essa dupla articulação permanece viva no capitalismo brasileiro. Nesse sentido, torna-se imperativo situar de que modo tendências históricas que deram suporte às configurações histórico-sociais dessa especificidade persistem ou mesmo se elas são dotadas do mesmo peso que outrora tinham.

As linhas da conceituação do capitalismo dependente, desenhadas a traços fortes em “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” e “Reflexões sobre as revoluções interrompidas” indicam que as estruturas e dinamismos, próprios a esse padrão de reprodução e desenvolvimento da sociedade capitalista, tendem a replicar-se. Ainda assim, a história é processo, e em determinados momentos e a partir de determinadas condições ela sofre alterações em seu curso e tem suas “bases” revolucionadas. Tal suposto teórico impõe ao analista da “história em processo” a compreensão dessa possibilidade de alteração da qualidade das tendências e estruturas preponderantes, em um movimento em que se nega-supera-transcende determinado momento histórico por incorporação, unindo, em um mesmo processo, continuidades e rupturas.

Os momentos de crise permitem que determinadas condições fiquem mais evidentes em relação aqueles momentos dotados de certa “estabilização”, “quietude histórica” ou certa “paz social”. A *crise* é movida pelo esgarçamento e agudização de certas contradições. Não que elas só estejam postas nos tempos de crise. Em verdade, elas estão presentes continuamente no processo histórico. Tais contradições não são estáticas e alteram-se em suas estruturas e movimentos à medida em que a histórica é feita. Mas, por vezes, podemos pensar que a crise pode ser um momento no qual determinadas contradições tendem a persistir historicamente, o que faz com que, ao invés de

desvanecerem, encarnam uma existência insolúvel e, pela saturação de suas características e consequências, tornam-se cada vez mais espinhosas aos grupos sociais em interação.

O filósofo húngaro István Mészáros compreende que o *capital* e seu sistema sociometabólico instauram uma *contradição nuclear* em nosso tempo. A radical separação entre produção/reprodução social da riqueza material (e da existência social) e o controle sobre essa produção *estrutura e dinamiza* a vida em sociedade desde os menores microcosmos da vida em sociedade até a interação entre os Estados-nação em tempos de irrefreável “globalização”. Essa contradição não paira no ar. Coloca-se junto com seus agentes viscerais: trabalho e trabalhadores; capital e capitalistas. Ainda que exista o Estado como um inexorável elo entre esses dois pólos, e que cumpre uma série de funções para conferir certo equilíbrio dinâmico ao sistema do capital, o antagonismo estrutural entre capital e trabalho tende a gerar crises que, em dados momentos, tornam-se incontornáveis.

A história brasileira recente parece estar sendo influenciada por esse tipo de movimento. A saída para a crise da ditadura empresarial-militar foi equacionada em torno de um pacto, certa “paz” entre as classes sociais. A ditadura direta, instaurada em 1964, foi lançada como forma de superar a crise do poder burguês, de modo que ela não desemboca-se em uma crise da dominação burguesa no Brasil. O regime ditatorial foi o momento de culminância do ingresso do capitalismo brasileiro em sua fase monopolista. Foi o pião definitivo de sua transição do capitalismo neocolonial para o capitalismo dependente. Essa transição carregou consigo toda uma série de determinações que implicaram na colocação dos antagonismos entre capital e trabalho em um novo patamar. A atrofia de determinadas dimensões propriamente capitalistas é superada pelo sabre, pelo canhão e pela abertura e internalização do grande capital monopolista. A forma abertamente ditatorial de gerenciamento desse salto ao capitalismo monopolista entrou em crise e “colapsou”. A transição, ou “abertura democrática” do regime autocrático data de três décadas atrás. A “Nova República” e o pacto social, que figura como um de seus “parteiros”, são marcados nos cerca de trinta anos transcorridos, por certas rotações históricas.

Ainda que tenha sido conformado em torno de um pacto, uma tentativa de equilibrar dinamicamente os antagonismos entre capital e trabalho, a crise do regime autocrático emergia como uma oportunidade histórica para trabalhadores urbanos e

rurais, seus setores mais organizados e as massas populares despossuídas, de fazerem frente ao poder burguês e a dominação burguesa, pois foram os setores mais impactados negativamente pelo regime criado para conferir prioridade incontestemente às transformações capitalistas visadas. Era do interesse desses setores que a ordem fosse aberta à participação efetiva dos setores subalternizados na definição dos rumos da sociedade nacional. Ocorre que o pacto firmado, crivado pela prevalência da perspectiva de conciliação de interesses de classes sociais antagônicas, teve implicações neutralizadoras e esterilizantes a essa participação. A natureza da “abertura” foi programada para ser uma distensão “lenta, segura e gradual”, uma verdadeira “transição transada” como frisara Florestan Fernandes<sup>355</sup>, por meio da qual se buscava preservar a ordem social competitiva de qualquer possibilidade de crise e colapso da dominação burguesa.

Tendo em vista que a “Nova República” foi amalgamada em termos de preservação e defesa da ordem, o antagonismo estrutural/estruturante da sociedade capitalista, e a luta de classes a ele inerente, sofrem uma contenção e a pressão dos setores do trabalho ficou sufocada por uma perspectiva de conciliação entre os pólos antagônicos. Compreendemos que esse pacto e a dinâmica da conciliação passou por fluxos e refluxos na medida em que as contradições eram ou não aproveitadas em favor das classes e dos setores organizados em disputa. Se as décadas de 1980 e 1990 no Brasil estiveram marcadas pela ascensão da luta de classes, mesmo com a desagregação das experiências socialistas, a década seguinte contou com um contraditório processo de ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República e de certa contenção e represamento de lutas dos trabalhadores diante da luta de classes. As raízes desse contraditório movimento não parecem ter sido explicadas à exaustão. Até porque foi preciso que esse pacto e esse “modelo político” entrassem em crise profunda para que suas contradições aflorassem e a explicação do *auge e declínio* do pacto, bem como de seus operadores, pudesse ser elaborada. Ocorre que, mesmo que tal pacto esteja em uma “crise terminal”, por tratar-se de uma expressão do “círculo de ferro” do padrão de dominação burguesa sob o capitalismo dependente<sup>356</sup>, existem reais possibilidades de

<sup>355</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Brasil: em compasso de espera”, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

<sup>356</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Padrões de dominação burguesa na América Latina”, *In: Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

restauração do pacto ou do estabelecimento de um novo tipo de pacto, à medida em que os fundamentos da dominação burguesa persistirem: dependência e subdesenvolvimento.

Interpretações sobre a história recente do Brasil problematizam o sentido e a natureza do período pós-ditatorial. Para os setores do trabalho, a “desertificação neoliberal<sup>357</sup>” no Brasil da década de 1990 colocou uma enormidade de consequências e desafios. Para Ricardo Antunes, o Partido dos Trabalhadores não passou imune a essas circunstâncias e transitou de “partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o país também se modificava”<sup>358</sup>. Em 2002, com a vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial, Luís Inácio “Lula” da Silva chega a presidência da república e encontra um quadro dramático em virtude da referida desertificação. E nesse cenário, o partido já não se mostra como outrora e torna-se “paladino do neoliberalismo”<sup>359</sup>, aumentando a sujeição, ampliando o “desemprego e a informalidade do trabalho”, além de estancar a produção em benefício dos capitais financeiros<sup>360</sup>.

A icônica evocação que Francisco de Oliveira faz do ornitorrinco<sup>361</sup> para representar o “transformismo” do Partido dos Trabalhadores é categórica. Francisco de

<sup>357</sup> “Privatização acelerada, informalidade descompensada desindustrialização avançada e financeirização desmesurada. Tudo conforme ditado o figurino global. Se Collor foi um bonapartista aventureiro, fonte inesgotável de irracionalidade, com FHC e sua racionalidade acentuada o país descarrilhou nos trilhos do social-liberalismo, eufemismo designado aos socialistas e socialdemocratas que praticam o neoliberalismo”, Ricardo Antunes, “A trajetória (e a tragédia) do PT”, *In*: “A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula, 2004, p.165.

<sup>358</sup> Ricardo Antunes, *op. cit.* Segue o autor: “No apogeu da fase de mundialização e da financeirização do capital-dinheiro, do avanço tecnocientífico, da propriedade intelectual, do mundo digital e quase espectral, onde tempo e espaço se convulsionam, o Brasil vivenciava também uma desmesurada mutação do trabalho, alterava sua polissemia, da qual a fragmentação, individualização e informalidade, precarização e o desemprego são expressões”, Ricardo Antunes, *op. cit.*, p. 165.

<sup>359</sup> Ricardo Antunes, *op. cit.*, p. 166.

<sup>360</sup> Ricardo Antunes, *op. cit.*, p. 166. Acrescenta: “Sua postura em relação aos transgênicos curvou-se e cedeu às transnacionais e sua ação contra a previdência pública foi a visceral e completa negação de todo o seu passado, gerando frenesi e catarse junto aos novos operadores e ‘analistas simbólicos’ dos fundos de previdência que vislumbram, sob a batuta do PT, a feliz confluência do mundo financeiro com o sindicalismo de negócios”, Ricardo Antunes, *op. cit.*, p. 166.

<sup>361</sup> “Mamífero monotremo, da subclasse dos prototérios, adaptado à vida aquática. Alcança 40 cm de comprimento, tem bico córneo, semelhante ao bico de pato, pés espalmados e rabo chato. É ovíparo. (...) O ornitorrinco vive em lagos e rios, na margem dos quais escava tocas que se abrem dentro d’água. Os filhotes alimentam-se lambendo o leite que escorre nos pelos peitorais da mãe, pois esta não apresenta mamas. O macho tem um esporão venenoso nas patas posteriores. Este animal conserva certas características reptilianas, principalmente uma homeotermia imperfeita”, Francisco de Oliveira, “O ornitorrinco”, *In*: “Crítica a razão dualista e O ornitorrinco”, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 115.

Oliveira compreende, assim como Ricardo Antunes, o transformismo<sup>362</sup> do partido e a adesão ao neoliberalismo, criaram uma nova forma de sujeição dos setores do trabalho vinculados ao Partido dos Trabalhadores e deram nova injeção de ânimo à dominação burguesa no Brasil, agravada pela proeminência que assumira a “acumulação primitiva”<sup>363</sup>.

Nesse mesmo sentido é que Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior tem trabalhado com a tese de que o Brasil vive um processo de *reversão neocolonial*<sup>364</sup>. O não rompimento com os fundamentos da origem colonial dos países onde vigora o capitalismo dependente, dependência e o subdesenvolvimento, bloqueiam e mesmo criam condições para regressões estruturais severas fortemente influenciadas e controladas pelas formas mais avançadas do imperialismo total<sup>365</sup>, satelitizando e vulnerabilizando ainda mais as condições do país em consolidar e controlar seu desenvolvimento.

Uma das saídas para o desenvolvimento do Brasil vislumbrada por alguns setores da intelectualidade brasileira foi aquilo que convencionou-se chamar de neodesenvolvimentismo ou novo-desenvolvimentismo<sup>366</sup>. Diferentemente daquilo que ficou conhecido como desenvolvimentismo, a perspectiva do neodesenvolvimentismo não prioriza a autonomização do desenvolvimento econômico e a internalização dos centros de controle sobre esse desenvolvimento. Grosso modo, tratar-se-ia da ideia de que seria possível lançar o desenvolvimento capitalista a novos patamares mediante uma

<sup>362</sup> Uma análise a esse respeito do transformismo do partido dos trabalhadores em sua adesão à institucionalidade burguesa pode ser observada no trabalho de Thabata Gomes de Pinho, “A experiência do Partido dos Trabalhadores e os (des)caminhos da institucionalidade: a avaliação da experiência do PT, suas transformações e a herança para as novas gerações”, Trabalho de Conclusão de Curso em Estudos Latino Americanos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2015. Ver também: Antonio Soler, “A crise do lulismo: ascensão e queda de um pacto social”, *In*: Dossiê “Dez anos de governos do PT”, 2015. [Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/A-crise-do-lulismo-A-Soler.pdf>].

<sup>363</sup> “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a segunda revolução industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, eles são apenas transferência de patrimônio, não são propriamente falando, ‘acumulação’. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, um espécie de ‘buraco negro’: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 150.

<sup>364</sup> Cf. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior, “Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, *In*: Revista Crítica e Sociedade: revista de cultura política – A crise atual do capitalismo, v.1, n.3, dez, 2011.

<sup>365</sup> Cf. Florestan Fernandes, “Padrões de dominação na América Latina”, *op.cit.*,

<sup>366</sup> Cf. Rodrigo Castelo (2010).

intensificação da entrada de capitais estrangeiros e da compra de tecnologias avançadas financiando esse processo a partir de uma matriz primário-exportadora, mantendo intocada, ou por vezes agravando, a inserção subordinada do país no mercado capitalista global<sup>367</sup>.

Conduzindo a interpretação em uma outra perspectiva, André Singer discute o “ensaio desenvolvimentista” de Dilma (2011-2014)<sup>368</sup> e argumenta ter havido certa dissolução daquilo que ele compreende como “frente produtivista”, associação entre setor industrial brasileiro, centrais sindicais (CUT e Força Sindical) e sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, setores importantes para o “ensaio desenvolvimentista”. Em decorrência dessa dissolução, formou-se uma “frente única da burguesia”, associando os setores industriais brasileiros, que sobre o auge do “lulismo” vincularam-se à referida “frente produtivista”, unificando “programaticamente” as frações burguesas<sup>369</sup>.

Há um lugar comum entre os interesses burgueses, ainda que existam especificidades importantes que implicam em uma diferenciação prática. Todavia, essas frações unificam-se em torno daquilo que de fato são: burguesias. Nesse sentido, parece que Florestan ajuda a compreender a natureza dessa ação de classe dessas frações. O chamado “modelo autocrático burguês de transformação capitalista” confere sentido histórico específico a esse movimento de unificação de classe da burguesia, assim como também a certa perenidade, ou “superfluidade”, da dimensão propriamente “nacionalista” do desenvolvimento capitalista brasileiro.

O impedimento do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff e quarto mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores, com o estabelecimento do governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – e vice-presidente eleito na chapa encabeçada pelo PT), operaram algumas modificações na condução do Estado brasileiro. A deposição de Dilma Rousseff não se deu sem que setores populares se mobilizassem contrários ao fato, fundamentalmente porque delineia-se em torno do governo de Michel Temer um programa de maior aprofundamento da neoliberalização, com a liquidação de direitos sociais conquistados e atrofiamento das já frágeis políticas sociais. A aceleração do processo de ajustes

<sup>367</sup> Rodrigo Castelo (org.), *op. cit.*

<sup>368</sup> André Singer, “Ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *In: Novos estudos CEBRAP*, n. 102, julho de 2015. p. 43-71.

<sup>369</sup> André Singer, *op. cit.*

estruturais que já se encontravam em curso, mas em menor “velocidade”, é uma dessas modificações. Uma das questões postas na avaliação do que teriam sido os mandatos presidenciais do PT refere-se ao grau de neoliberalização inscrito nesse governo, juntamente a quais setores da burguesia tiveram uma inserção privilegiada no interior do Estado; por outro lado, se e de que modo os setores populares, que sempre deram enorme sustentação política aos governos do PT, tiveram suas demandas atendidas nesse período.

Se pensarmos junto com István Mészáros a natureza do Estado no interior do sistema sociometabólico do capital, chegaremos à conclusão de que toda alternativa que se balize pelos parâmetros dessa ordem sociometabólica tende a ser incapaz de controlar e corrigir seus defeitos estruturais. Tais defeitos fundam-se na radical separação entre “produção e controle” no interior da reprodução sociometabólica, provenientes do antagonismo estrutural entre capital e trabalho, e suas personificações. Seguem ainda a separação entre “produção e consumo” e “produção e circulação”, como desdobramentos daquele primeiro defeito. Esses defeitos, e a impossibilidade de sua superação no interior do sistema sociometabólico do capital, sem que haja uma ruptura não só com o capitalismo, mas com o capital como forma social e núcleo estruturante da realidade global, tendem a neutralizar as forças que se voltam contra os parâmetros da ordem, caso não se estabeleça uma alternativa substantivamente radical<sup>370</sup>. Coloca-se, entretanto, o Estado como único ente capaz de atuar como agente corretivo, na medida em que mobiliza recursos sem os quais o sistema sociometabólico do capital entraria em colapso<sup>371</sup>.

Acresce-se que no estágio de crise estrutural<sup>372</sup>, inaugurado em termos mundiais com a crise do período de ouro da acumulação capitalista (1950-1970) e que ganha força com a desagregação das experiências socialistas, o sistema sociometabólico lança mão de todos os expedientes necessários à manutenção dos imperativos da expansão e da acumulação, pondo em movimento a incontrolabilidade inerente a seu sociometabolismo. Essas indicações nos permitem observar que a alternativa colocada pelo PT, por meio da estratégia democrático-popular<sup>373</sup>, ao invés de operar realmente como alternativa,

<sup>370</sup> Cf. István Mészáros, “A ordem da reprodução sociometabólica do capital”, Cap. 2 de “Para além do capital: rumo a uma teoria de transição”, São Paulo, Boitempo, 2002.

<sup>371</sup> Cf. István Mészáros, “A ordem da reprodução...”, *op. cit.*

<sup>372</sup> Cf. István Mészáros, *op. cit.*

<sup>373</sup> A concepção de um programa democrático e popular, como uma síntese “à brasileira” das experiências cubanas e chilenas para a transição ao socialismo, com forte coloração social-democrata,

estabelece-se como projeto inscrito no interior desses parâmetros estruturais e que tendeu a se alinhar a partir desses parâmetros. Dessa forma, a crise e o esgotamento do pacto estabelecido em torno do governo petista parece expressar uma forma de articulação dessa relação entre o tripé Capital-Trabalho-Estado, estando o Estado situado como agente corretivo dos defeitos estruturais.

No sentido do Estado cumprir essa condição no tripé fundamental, o neodesenvolvimentismo parece representar uma função categórica, mesmo que não seja capaz de cumprir o mesmo papel do nacional-desenvolvimentismo, não parecendo estar disposto a estabelecer uma agenda para a autonomização do desenvolvimento capitalista nacional<sup>374</sup>. A adesão do petismo ao neodesenvolvimentismo<sup>375</sup> diz muito sobre a natureza das alternativas pretendidas. Florestan Fernandes, que sempre manteve uma atitude crítica diante do desenvolvimentismo<sup>376</sup>, ainda que ela tenha se radicalizado ao longo de sua vida, o situava como perspectiva de autonomização do desenvolvimento capitalista nacional brasileiro. As modificações pretendidas pelos desenvolvimentistas estavam, no limite, no espectro da “revolução dentro da ordem”. Parece-nos, entretanto, que a condição histórica na qual se inscreve o neodesenvolvimentismo hoje, responde mais aos imperativos da contrarrevolução permanente, que propriamente uma pressão em favor dos “de baixo” ou mesmo da Nação, pois é balizada a partir de uma estratégia de pacto social pelo alto, conciliação entre capital e trabalho e de alinhamento aos interesses dos centros imperialistas, neutralizando os progressos possíveis dessa perspectiva. Mais

ganhou expressão programática no interior do Partido dos Trabalhadores. Cf. Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, “Pra quê PT? Origem, projeto e Consolidação do partido dos trabalhadores”, São Paulo: Cortez, 1989. Morena Gomes Soares Marques compreende que a estratégia democrático-popular como programa para a revolução brasileira apresenta lastro teórico em Caio Prado Junior e Florestan Fernandes. Dadas as condições históricas de refluxo do movimento de massas do período pós-ditatorial e aos impactos da “neoliberalização” do capitalismo brasileiro, por um lado, e aos recuos programáticos do Partido dos Trabalhadores nesse cenário, aquilo que se convencionou por estratégia democrático-popular deslocou-se para uma perspectiva democrática de cooptação. Cf. “Em busca da revolução brasileira: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil”. Thabata Gomes de Pinho também chama atenção para o “transformismo” e o “deslizamento” da orientação político-programática do PT na medida em que o partido vai sendo incorporado à institucionalidade do Estado Brasileiro.

<sup>374</sup> Cf. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr., “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”, *In: Serviço Social e Sociedade*, n.112, p.672-688, São Paulo: out/dez, 2012.

<sup>375</sup> André Singer, “A (falta de ) base política para o ensaio desenvolvimentista”,

<sup>376</sup> Rodrigo Castelo, “Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro”, *In: Maria Mello de Malta (org.), “Ecos do desenvolvimento...” op. cit.*



ainda, o neodesenvolvimentismo, nesses termos, tende a agir no sentido do aprofundamento dos nexos de dependência a esses centros, pois, ao contrário de ser um contraponto ao Consenso de Washington, perfila-se a ele<sup>377</sup>.

A esse contexto de crise da estratégia do lulismo e do petismo<sup>378</sup>, foi dada como uma resposta um programa político<sup>379</sup> de indisfarçável radicalização do processo de liberalização econômica, de flexibilização e reversão de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, aprofundamento dos nexos de dependência da sociedade brasileira em relação aos centros capitalistas hegemônicos, além de um reposicionamento geopolítico tanto em termos locais, quanto uma associação mais direta aos interesses geopolíticos estadunidenses. Não se trata do entendimento de que a ascensão do PMDB à presidência da República e seus desdobramentos inauguram um projeto político distinto daquele do PT. Basta pensarmos o Estado a partir daqueles parâmetros desenhados por Mészáros. A diferença é de intensidade com a qual os ajustes estruturais tem sido realizados, na medida em que as opções colocadas ao e pelo petismo, por meio da estratégia democrático-popular, dispunha de mecanismos de apassivamento, criando obstáculos à construção de uma alternativa radical. Dada a não vinculação do governo Michel Temer (PMDB) a bases populares, aquilo que chegou a ser denominado como mecanismos de “apassivamento” entram em crise e tornam os ajustes estruturais, que já vinham ocorrendo, e suas consequências indisfarçáveis.

<sup>377</sup> A esse respeito, ver Marcelo Dias Carcanholo, “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington”, *In*: Rodrigo Castelo (org.), “Encruzilhadas da América Latina no século XXI”, Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

<sup>378</sup> Seria inconsistente situar o programa político do PT naquilo que se convencionou chamar de “estratégia democrático-popular”. Essa estratégia, que fora concebida e adotada na construção do partido junto a suas bases na transição da década de 1970 para 1980 até o crepúsculo desta última, foi sendo progressivamente abandonada, e o programa político desloca-se de um eixo programático tendo por referência as classes subalternas passando a adotar, progressivamente, uma perspectiva pluriclassista e de conciliação de classes.

<sup>379</sup> O programa “Uma Ponte para o Futuro” foi apresentado como programa político do PMDB ainda antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff, e parece ter cumprido a função de mostrar a disposição, naquele momento ainda provável, do governo federal em assumir compromissos com uma agenda fortemente liberal. O programa pode ser visualizado em: [http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf), acessado em 11/08/2016, às 17:19. Indicações críticas a esse programa podem ser visualizadas em Luiz Bernardo Pericás, “Ponte para o abismo”, publicado em 27/04/2016 [disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/27/ponte-para-o-abismo/>], acessado em 11/08/2016, às 17:35]; e Mauro Luís Iasi, “O futuro da usurpação e as alternativas impensáveis: o trabalho do vento e a necessidade da tempestade”, publicado em 13/06/2016, [https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/13/o-futuro-da-usurpacao-e-as-alternativas-impensaveis-o-trabalho-do-vento-e-a-necessidade-da-tempestade/], acessado em 11/08/2016, às 17:36].

Indicações do campo econômico e do campo político sinalizam uma resposta conservadora à crise. A instabilidade política nacional e regressão no campo dos direitos sociais<sup>380</sup>, catalisadas pela decadência do petismo e do lulismo, alimentam um terreno político e sociocultural a partir do qual emergem respostas que tendem tanto a reafirmar os fundamentos materiais associados à crise quanto a criar um movimento propriamente contestador desses fundamentos e até mesmo negador da ordem. Como entendera Florestan Fernandes, trata-se das possibilidades históricas inscritas nos contextos de crise da sociedade brasileira: “defesa da ordem”, “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”. Em torno da primeira possibilidade, concentram-se os esforços de autopreservação da ordem, de lançamento de todos os recursos possíveis para que o atual estado de coisas não entre em colapso e ponha em risco a viabilidade dessa ordem. A “revolução dentro da ordem”, que diz respeito à introdução de modificações importantes, mediante pressão organizada “dos de baixo”, vincular-se-ia também à última possibilidade, não fosse a condição de que o alargamento e abertura da ordem a pressões construtivas ser bloqueada por mecanismos de resistência à mudança, que fecham o capitalismo brasileiro à efetiva participação dos setores subalternos dessa sociedade; além de a introdução de mecanismos de integração e participação na ordem, quando ocorrem, tenderem a funcionar como mecanismos próprios de autopreservação dessa ordem. Assim, “revolução contra a ordem” configura-se como possibilidade efetiva de ultrapassagem do estado de coisas em que se encontra a sociedade brasileira, pela desintegração dessa ordem social e da construção de uma nova alternativa.

Pensar a atualidade de Florestan Fernandes a partir dos desdobramentos recentes do capitalismo dependente é um esforço que, de algum modo, já vem sendo desenvolvido. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr. tem se destacado pela utilização que faz do arcabouço teórico legado por Florestan Fernandes, Celso Furtado e Caio Prado Jr. A própria tese da reversão neocolonial, em construção desde que foi apresentada pela primeira vez em sua tese de doutoramento<sup>381</sup>, apesar de procurar ser uma síntese a partir desses três autores, apresenta traços bem definidos da influência de Florestan, muito

<sup>380</sup> Não queremos estabelecer aqui uma ligação direta entre a saída do governo do Partido dos Trabalhadores e a perda de conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente porque a gestão do próprio PT foi participe direto em processos de desmonte e flexibilização de direitos. Entendemos que está havendo uma aceleração dessa regressão no campo dos direitos, não uma mudança na estrutura da política social.

<sup>381</sup> Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr., “Entre a nação e a barbárie, *op. cit.*”

decisivamente no modo como o sociólogo socialista pensava as naturezas das relações de classe no Brasil, do modo pelo qual os nexos de dependência tendem a atualizar-se e no modo como esses dois aspectos imprimem traços dramáticos na segregação interna, própria aos países dependentes e nos quais o fundamento colonial não foi desagregado. Nesse sentido, a concepção de contrarrevolução permanente própria ao capitalismo dependente, que Florestan Fernandes desenhara mais decisivamente em “Revolução Burguesa no Brasil”, exerce forte influência sobre aquilo que Plínio Sampaio Junior compreende como um processo de reversão neocolonial, na medida em que além de haver certa regressão do ponto de vista de transformações capitalistas, esse processo tende a ser profundamente autocrático. Ainda assim, parece ser necessário ampliar os esforços de trabalhar programaticamente com o conceito de capitalismo dependente, tal qual desenvolvido pelo autor e mesmo criticá-lo e atualizá-lo<sup>382</sup>, a partir dos marcos do capitalismo brasileiro hoje, depois de mais de 20 anos de vigência do neoliberalismo.

Do ponto de vista da utilização da leitura que Florestan Fernandes desenvolve do processo interrupção das revoluções, pouco se tem feito sobre a vigência ou vitalidade desse processo no Brasil contemporâneo. Ao que nos parece, na medida em que, acoplado ao conceito de capitalismo dependente, a radicalidade da leitura que o autor desenvolve do processo permitir compreender a natureza de certos bloqueios estruturais ao revolucionamento das sociedades capitalistas periféricas de origem colonial permitiria compreender a transformação programática de certas forças sociais de origem popular no sentido de uma forte adequação à ordem, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, expondo a voracidade da defesa-da-ordem, os limites da revolução dentro-da-ordem e as possibilidades da revolução contra-a-ordem. A partir desses marcos, tornar-se-ia imperioso, inclusive compreender de que modo o *congelamento da descolonização* é um processo ainda em curso e identificar as convergências possíveis entre esse processo e a aquilo que está sendo chamado de *reversão neocolonial*.

O estudo de “sociologia teórica” ora em tela, buscou lançar luz sobre um momento da obra de Florestan Fernandes. Trata-se de momento central na sociologia crítica desenvolvida pelo sociólogo paulista. Dentro dos limites e das possibilidades das quais dispúnhamos, procuramos dar ênfase ao conceito de capitalismo dependente. Tal conceito

<sup>382</sup> Miriam Limoeiro-Cardoso, “Sobre a teorização do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes”, *op. cit.*

foi abordado aqui como um programa de investigação sobre o capitalismo brasileiro para explicar a sua especificidade. No período de 1964/5 à 1981 esse programa foi obstinadamente desenvolvido por Florestan, legando-nos essa herança sobre a formação social brasileira.

A tarefa de lidar com o programa de investigação em torno do capitalismo dependente e de sua expressão heurística é em si altamente complexa. Por isso, atemo-nos na presente pesquisa em compreender como a contrarrevolução burguesa permanente e a interrupção das revoluções configuram-se como fundamentos para o conceito de capitalismo dependente na explicação do capitalismo brasileiro. Para tanto, estabelecemos um itinerário na obra de Florestan Fernandes indo de “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” (1967), passando por “Revolução Burguesa no Brasil” (1975) e chegando em “Poder e Contrapoder na América Latina” (1981). A não inclusão de outras contribuições sociológicas do autor não se dá sem danos, fundamentalmente quando pensada a partir da perspectiva da totalidade. De todo modo, o que buscamos aqui foi estabelecer algumas indicações teórico-analíticas a partir do conceito de capitalismo dependente e da concepção florestaniana dos imbricados processos de contrarrevolução burguesa permanente e interrupções das revoluções para a construção de um programa de investigação sobre o capitalismo dependente contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, “Taxa de desemprego no país se mantém em 13,3% diz IBGE” publicado em 30/06/2017, [disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/taxa-de-desemprego-no-pais-se-mantem-em-133-diz-ibge>], acessado no dia 08/08/2017, às 11:02].

\_\_\_\_\_, “Desemprego chega a 11,2% no trimestre e atinge 11,4 milhões de pessoas”, publicado em 29/06/2016, [disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/taxa-de-desemprego-fica-em-112-em-maio>], acessado no dia 10/08/2016, às 14:46].

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal do Brasil: Collor, FHC e Lula** Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Siglo Veintiuno, 1999.

BORDA, Orinaldo Fals. Las revoluciones inconclusas em América Latina, *In*: Victor Manuel Moncayo (org.), **Orlando Fals Borda: Uma sociologia sentipensante para América Latina**, Buenos Aires, Siglo CLACSO, 2015.

CÂMARA NOTÍCIAS. “Câmara aprova MP que permite 100% de capital estrangeiro em empresas aéreas”, publicado em 21/06/2016 [Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRANSPORTE-E-TRANSITO/511051-CAMARA-APROVA-MP-QUE-PERMITE-100-DE-CAPITAL-ESTRANGEIRO-EM-EMPRESAS-AEREAS.html>], acessado em 10/08/2016, às 19:40].

CALIXTRE, André Bojikian; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs.). **Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. *In*: D’INCAO, Maria Ângela (org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes – algumas questões preliminares. São Paulo: IEA/USP, dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. São Paulo: **IEA/USP**, agosto de 1995.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *In: Estudos Avançados/USP*. 10(26), São Paulo: 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre a teorização do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes. *In: FÁVERO, Osmar (orgs.). Democracia e Educação em Florestan Fernandes*. Niterói/Campinas: EdUFF/Autores Associados, 2005

CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XX**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. **Florestan Fernandes: a autocracia histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil**. 2011.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL, “Apyka’i: polícia despeja indígenas Guarani Kaiowá de terra explorada por Bumlai, preso na Lava Jato” [disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?p=221004>, acessado em 10/08/2016, às 20:24].

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. *In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *In: Desenvolvimento em Debate*. v.1, n.1, p.111-125, 2010.

\_\_\_\_\_. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2013.

ESTADÃO, “Abertura de capital da Caixa é estudada por equipe de Temer”, publicado em 09/05/2016 [Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abertura-de-capital-do-banco-e-estudada-por-equipe-de-temer,10000050079>, acessado em 10/08/2016, às 19:24].

\_\_\_\_\_, “Consumo no Brasil volta aos níveis de 2010”, publicado em 15/05/2016, [disponível em: [http:// economia.ig.com.br/2016-05-15/consumo-no-brasil-volta-aos-niveis-de-2010.html](http://economia.ig.com.br/2016-05-15/consumo-no-brasil-volta-aos-niveis-de-2010.html), acessado no dia 10/08/2016, às 15:06].

FATORELLI, Maria Lucia, O ajuste fiscal alimenta o corrupto sistema da dívida, *In: Marxismo21. Dossiê Ajuste Fiscal*, outubro de 2015 [disponíveis em: <http://marxismo21.org/ajuste-fiscal/>, acessado em 10/08/2016, às 19:07].

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. *In: A Sociologia numa era de Revolução Social*. 2.<sup>a</sup> Edição reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma sociologia crítica e militante. *In: FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977

\_\_\_\_\_. A herança clássica e seu destino. *In: A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980

\_\_\_\_\_. A pessoa e o político. *In: Nova Escrita Ensaio. Ano IV. N. 8*. 1981. (Concedida a J. Chasin; Helieth Saffioti, Paulo Douglas Barsotti, Narciso J. Rodrigues Jr., Marilena G.S. Pottes, Ester Vaisman e Paulo Edgar Rezende).

\_\_\_\_\_. **Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Brasil: em compasso de espera**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

\_\_\_\_\_. **Poder e Contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FERNANDES, Heloísa. Florestan Fernandes: um sociologia socialista. *In: FERNANDES, Florestan. Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

FERNANDES JUNIOR, Florestan. “Um adeus no Olhar: a vida e a morte de Florestan Fernandes”, [disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/10/1699583-o-adeus-em-um-olhar-a-vida-e-a-morte-de-florestan-fernandes.shtml>], publicado em 28/10/2015, acessado em 09/08/2017, às 09:14].

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. *In: D’INCAO, Maria Angela. O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora UNESP, 1987.

G1. “Petrobras aprova compartilhar controle da BR Distribuidora”, publicado em 22/07/2016, [Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/petrobras-aprova-compartilhar-controle-da-br-distribuidora.html>], acessado em 10/08/2016, às 19:30].

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra quê PT? Origem, projeto e Consolidação do partido dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GILLY, Adolfo. **La revolucion interrumpida**. Mexico: Ediciones “El Caballito”, 1977.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia?**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Ática, 1990.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. *In: **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.*** São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. *In: Octavio Ianni (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.*** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. A formação do proletariado rural no Brasil. *In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980.*** São Paulo: Expressão popular, 2012.

IASI, Mauro Luís. O futuro da usurpação e as alternativas impensáveis: o trabalho do vento e a necessidade da tempestade. Publicado em 13/06/2016, [https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/13/o-futuro-da-usurpacao-e-as-alternativas-impensaveis-o-trabalho-do-vento-e-a-necessidade-da-tempestade/, acessado em 11/08/2016, às 17:36].

KOSIK, Karel. A dialética da totalidade concreta. *In: **Dialética do concreto.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MARIANA SCHREIBER (BBC Brasil), “Após ampla derrota no Senado, aliados de Dilma dizem que só Lava Jato muda impeachment” publicado em 10/08/2016 [Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37032064>, acessado em 10/08/2016, às 19:51].

MARQUES, Morena Gomes Soares. **Em busca da revolução brasileira: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-58: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011

MELO, Demian, “Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje”, publicado em 25/05/2016 [disponível em: <http://blogjunho.com.br/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje/>, acessado em 10/08/2016, às 20:09].

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas.** São Paulo: Cortez, 2005.



OLIVEIRA, Francisco. **Crítica da razão dualista/O Ornitorrinco**, São Paulo: Boitempo, 2013.

OURIQUES, Nildo. O intelectual militante. *In: O colapso do figurino francês*. Florianópolis: Insular, 2014.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. **Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes**. Dissertação de Mestrado em Economia. Unicamp. Campinas: 1991.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Ponte para o abismo. publicado em 27/04/2016 [disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/27/ponte-para-o-abismo/>, acessado em 11/08/2016, às 17:35].

\_\_\_\_\_; SECCO, Lincoln Ferreira (orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINHO, Thabata Gomes de. **A experiência do Partido dos Trabalhadores e os (des)caminhos da institucionalidade: a avaliação da experiência do PT, suas transformações e a herança para as novas gerações**. Trabalho de Conclusão de Curso em Estudos Latino Americanos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PERES, Jean. Dívida pública e Ajuste Fiscal: as armadilhas do circuito fechado do endividamento. **Dossiê Ajuste Fiscal**, outubro de 2015 [disponíveis em: <http://marxismo21.org/ajuste-fiscal/>, acessado em 10/08/2016, às 19:07].

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. Tese de Doutorado (Instituto de Economia/UNICAMP), Campinas: 1997.

\_\_\_\_\_. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, *In: Revista Crítica e Sociedade: revista de cultura política – A crise atual do capitalismo*, v.1, n.3, dez, 2011.

\_\_\_\_\_. “Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária” *In: STÉDILE*, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo o Fascismo: el nuevo caracter de la dependência y el dilema latinoamericano**. Cidade do México, Edicol, 1978.

SINGER, André. Ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *In: Novos estudos CEBRAP*, n. 102, julho de 2015. p. 43-71.

SOARES, Elaine Vera. **Florestan Fernandes: o militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, Difel, 1982.

SOLER, Antonio. A crise do lulismo: ascensão e queda de um pacto social. *In: Dossiê “Dez anos de governos do PT”*, 2015. [Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/A-crise-do-lulismo-A-Soler.pdf>].

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VALOR ECONÔMICO. “Ser Educacional vai abrir mais 20 campi até 2020”, publicado em 08/08/2016 [disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4661861/ser-educacional-vai-abrir-mais-20-campi-ate-2020>, acessado em 10/08/2016, às 19:49].